DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 033.3.53.O

DATA: 12/03/09

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 18h45min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
17:27	CP	PAES LANDIM

Incluídos os seguintes discursos: do Deputado Paes Landim proferido na Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados nº 022, realizada em 2 de março de 2009; do Deputado Daniel Almeida proferido na Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados nº 024, realizada em 4 de março de 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 033ª Sessão, em 12 de março de 2009

Presidência dos Srs. ....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Michel Temer

Marco Maia

Antonio Carlos Magalhães Neto

Rafael Guerra

Inocêncio Oliveira

Odair Cunha

Nelson Marquezelli

Marcelo Ortiz

Giovanni Queiroz

Leandro Sampaio

Manoel Junior

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. EDINHO BEZ, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. EDINHO BEZ, servindo como 1° Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço uma manifestação em favor dos carregadores de mala que trabalham há muitos anos no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Trata-se de pessoas que sustentam a família com o suor do trabalho e vêm sofrendo todo tipo de óbice por parte da administração da INFRAERO em relação ao exercício efetivo desse trabalho.

E no que consiste o trabalho? Em ajudar pessoas que muitas vezes não têm condições de carregar as próprias malas, fazendo com que tais malas cheguem ao local de destino, ou seja, aos ônibus, aos táxis, enfim, ao transporte que o passageiro escolhe ao chegar à cidade, ou, ao contrário, levando as malas desses meios de transporte ao setor de embarque das companhias.

Portanto, peço à INFRAERO que olhe com cuidado a necessidade de dar condições a esses trabalhadores, que tantos serviços prestam à população que chega e que sai do meu Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Wilson e, em seguida, aos Deputados Glauber Braga e Edinho Bez.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, homenageando nosso querido Deputado Ricardo Quirino, quero dizer que estive no Palácio do Planalto, onde os Ministros Edson Santos, Paulo Vannuchi, Nilcéa Freire, representada pela Secretária-Adjunta Teresa de Souza, e José Pimentel lançaram, em nome do Presidente Lula, a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a se realizar de 25 a 28 de junho de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Trata-se de mais um compromisso do Presidente Lula e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Todos os Estados e Municípios estão convocados para realizarem, até maio, as conferências estaduais e municipais, para podermos realizar a II Conferência Nacional, que busca políticas de igualdade para a população que no passado foi obrigada a vir para o Brasil, onde encontrou a escravidão, e hoje continua vítima de exclusão social.

Além de saudar os Ministros Edson Santos, Paulo Vannuchi, José Pimentel e Nilcéa Freire, registro a presença de Sandra Cabral, Secretária-Executiva, de Oraida Abreu, do Conselho, e de Denise Carvalho, Secretária de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial do Governo de Goiás.

Registro ainda a presença de Soninha, Teodorico, Isabel Cristina, Amilton, Ivana, Ieda, Leandro, Sérgio, Valéria, Karlos, Tico, Ester, Calunga, Dalma, Sandra, Manoel, Edmilson, Alencar, Getúlio, Bertolino, Albertino, Rosalino, Juliana, Idailson e Abadio. São pessoas em favor da luta da igualdade racial.

Deixo, então, o registro de que, nos dias 25 a 28 de junho, haverá a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de deixar registrada a reunião que tivemos hoje, às 11h, com o Presidente Michel Temer, juntamente com o Senador Paulo Paim e demais representantes do Senado Federal e com outros Deputados desta Casa, para solicitar a votação de algumas matérias, como a que trata do fator previdenciário.

Recebemos, por parte do Presidente Michel Temer, o compromisso de que, a partir do momento em que houver a votação das medidas provisórias que trancam a pauta da Câmara dos Deputados, haverá a votação da proposta de extinção do fator previdenciário e de outras proposições relativas ao benefício dos aposentados e pensionistas, apresentadas pelo Senador Paulo Paim.

Aqui fica nosso agradecimento ao Presidente da Casa e ao Senador Paulo Paim.

Essa medida, não tenho dúvida, é da mais alta importância para o benefício dos aposentados, que, no momento de crise, são os que mais sofrem. Hoje, por exemplo, o jornal *O Globo* traz manchete mostrando o aumento do preço dos medicamentos em 5,9%. E quem mais sofre com esse aumento, sem dúvida nenhuma, são os aposentados. Nessa fase da vida, eles precisam de orientação e, cada vez mais, de acompanhamento médico, hospitalar e ambulatorial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil — ADVB/SC realizará amanhã, sexta-feira, a cerimônia de entrega do Prêmio Top Turismo 2008, às 19h, no Parque Beto Carrero World, no Município de Penha. Na mesma oportunidade, o Governo do Estado entregará também do Troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo.

Os 2 prêmios são inéditos e prestam homenagem ao empresário João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero. O Top Turismo ADVB/SC, de 2008, selecionou as indicações por categoria: iniciativa privada — festas, eventos, feiras, parques, hotéis, restaurantes, operadoras e agências, cruzeiros, centro de eventos e locadoras; iniciativa pública — festas regionais, parques municipais, rota turística, empreendimento público, campanhas, eventos e feiras.

Os vencedores foram escolhidos por um júri formado por especialistas no segmento de turismo. Nesse prêmio, os homenageados receberão o certificado e a medalha João Batista Sérgio Murad — Beto Carrero.

Já o Troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo, concedido pelo Governo do Estado, teve 3 premiados: uma personalidade: Governador Luiz Henrique da Silveira; um Município: Florianópolis; e um empreendimento turístico do ano: Parque Beto Carrero World.

O evento contará com a presença deste Deputado, do Governador Luiz Henrique da Silveira, do Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar

Knaesel, do Secretário de Articulação Internacional, Vinícius Lummertz, entre outros, e demais empreendedores da área.

Na qualidade de membro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, pelo segundo ano consecutivo, tenho dito também que Santa Catarina precisa focar o turismo e que iniciativas como essa só engrandecem e estimulam o setor.

Parabéns à ADVB, na pessoa do seu Presidente, Carlos Joffre do Amaral Netto, extensivo a toda Associação dos Dirigentes — ADVB.

Cumprimento todos, especialmente o Governador.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO QUIRINO (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o direito de greve é uma das grandes conquistas dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos, asseguradas pela atual Constituição, embora para esses últimos seja motivo de polêmica e ainda carente de regulamentação.

Inicio com essa reflexão porque certamente algumas greves trazem mais prejuízos que outras. Alguns prejuízos são medidos em termos monetários, outros de maneira mais complexa, com resultados imprevisíveis.

Assim é que vemos com preocupação a mobilização por greve iniciada pelos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal que ameaça o aprendizado de mais de 500 mil alunos.

Não queremos ocupar esta tribuna para criticar a greve ou o Governo, mesmo porque estamos cientes das responsabilidades e da situação de ambas as partes.

Os professores do DF ganham menos do que outras carreiras pagas com recursos federais — médicos, enfermeiros, dentistas, policiais e bombeiros — e estariam em antepenúltimo lugar no rol de salários das categorias de nível superior. Para corrigir essa distorção, um acordo do ano de 2007 foi transformado em lei, vinculando o aumento em 2009 e 2010 ao percentual de repasse do Fundo Constitucional, que por sua vez está vinculado ao desempenho fiscal da União.

A média salarial dos professores do DF é de mais de 3 mil reais, sendo quase 3 vezes maior que a de São Paulo, o segundo colocado, embora isso indique, por outro lado, que os demais Estados pagam pouco.

É preciso, pois, encontrarmos uma solução para o impasse, especialmente neste momento de crise financeira mundial, em que o cenário e as expectativas

mudam a cada dia, e, infelizmente, para pior. É previsto, por exemplo, que a disponibilidade de recursos federais em 2010 será a menor desde 2002, ano da criação do Fundo Constitucional.

Sr. Presidente, o que mais nos preocupa neste momento, como legítimos representantes da população, é que esse é um assunto que afeta a todos, especialmente as pessoas mais humildes, que ganham em média 2 salários mínimos, razão pela qual dependem das escolas públicas para educar seus filhos.

E como já não bastasse a angústia causada pelo risco de desemprego a que esses pais estão expostos, ainda se soma o desânimo dos alunos, que são as principais vítimas da paralisação do ensino, mesmo porque o Governo continua, o emprego e os salários dos professores, seja muito ou seja pouco, são assegurados, porém o aprendizado de nossas crianças e adolescentes sofre prejuízo, a expectativa das férias é ameaçada com possível prolongamento do calendário escolar e os finais de semana, com possível reposição de aulas, também são prejudicados.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para não ficarmos somente nas análises dos fatos, propomos como alternativa para este momento que seja feita a correção pela inflação registrada pelo IPCA de 2008, que foi de aproximadamente 6%, sem desconsiderar o que foi acordado, que poderia ser efetivado tão logo houvesse uma melhora da situação.

Sabemos do compromisso do GDF para com nossos professores. Sabemos do compromisso dos nossos professores para com seus alunos. Por isso temos a certeza de que, com serenidade e bom senso, em breve teremos um desfecho feliz

para essa situação e a educação pública do Distrito Federal continuará sendo uma das mais respeitadas do País.

Sr. Presidente, peço consenso ao Governo do Distrito Federal e também ao Sindicato dos Professores relativamente a essa greve marcada para abril.

Ontem, houve uma paralisação que não teve a adesão de 100% dos professores, apenas 2,9% não compareceram às salas de aula. E são 500 mil alunos que podem vir a ser prejudicados com essa paralisação!

O Governo do Distrito Federal, na pessoa do nosso Secretário da Educação, Sr. Valente, está aberto ao diálogo. Vou deixar registrada carta que o Secretário enviou, dia 10, ao Sindicato dos Professores pedindo consenso, pedindo ajuda.

Lerei apenas o início dessa carta:

> *"Preciso da ajuda de vocês e das suas lideranças para que possamos refletir sobre a grave crise econômica que se abateu sobre o mundo e sua perversa repercussão na economia dos chamados países emergentes, entre eles o Brasil".*

O Secretário enviou essa carta pedindo consenso, pedindo consideração dos professores e do Sindicato. É claro que os professores merecem e deveriam ganhar muito mais do que ganham, mas não é o momento para reivindicar, o que talvez possa prejudicar o ano letivo no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 13 A 13-B)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos 12 anos o ensino superior sofreu forte expansão em relação ao número de instituições privadas, resultado de uma política desenvolvida primeiramente por Fernando Henrique Cardoso e continuada pelo Presidente Lula. O ponto central foi: enorme flexibilização nos critérios para as concessões e relaxamento na fiscalização das instituições e cursos.

Essa política de expansão do setor privado contrasta com a estagnação no número de instituições públicas, deixando o ensino superior a cargo apenas dos interesses privados, que descobriram nesse nível de ensino um promissor e lucrativo mercado, sem qualquer preocupação com sua importância social.

Com argumentos que apontavam a incapacidade do Poder Público de responder pelo ensino superior, pois este seria muito caro, e os recursos públicos deveriam garantir o atendimento na educação básica, iniciou-se o processo acelerado de expansão das instituições privadas, sem qualquer controle dos órgãos responsáveis pela educação nacional. Optou-se por uma política em que se autorizava a abertura dos cursos; e só bem depois se realizava algum tipo de avaliação, por meio dos Provões — instrumentos pontuais e sujeitos a todo tipo de fraude.

Não demorou muito para se consolidar o cenário que temos hoje: um número enorme de instituições privadas e cursos de qualidade muito questionável, distribuídos pelo País sem qualquer planejamento mais global, atendendo apenas aos interesses e às oportunidades do mercado, ocupando todo tipo de espaço físico, sem estruturas mínimas, com alta rotatividade dos profissionais mais preparados,

flexibilizando da forma mais absurda as grades curriculares para atrair novos consumidores. São, em síntese, máquinas de vender diplomas.

Não demorou muito também para que toda essa precariedade e falta de planejamento levassem um grande número dessas instituições a terem uma enorme ociosidade de vagas. E então o Poder Público, aquele mesmo que não dispunha de condições para atender ao ensino superior, é chamado a formar uma grande parceria com essas instituições para dar acesso a pessoas das camadas mais populares a um curso de nível superior.

O financiamento público, por meio do FIES e principalmente do PROUNI, vem para socorrer as instituições privadas, com suas milhares de vagas ociosas. Isso sem mencionar que também foi com recursos públicos que se financiaram os investimentos das instituições privadas para sua ampliação.

Agora, diante do cenário de crise econômica, novamente vemos a movimentação das instituições privadas em direção aos cofres públicos. A mídia noticiou que entidades representantes desse setor reivindicam uma linha especial de financiamento junto ao BNDES, para ser utilizado como capital de giro.

Tal pedido tem como origem a estimativa de que 41,5% das instituições privadas terão um número menor de alunos durante este ano, no Estado de São Paulo. Vem acompanhado da observação — quase ameaça — de que esse “socorro” evitaria, por exemplo, a demissão de professores, como se um grande número dessas empresas já não mantivesse uma política de constantes demissões e contratações de novos profissionais por salários mais baixos, como forma de aumentar seus lucros.

Outro argumento que apareceu para justificar o pedido foi o de que o setor privado “assumiu” o ensino superior em razão de ausência de vagas nas instituições públicas. Ora, essa condição, como já disse anteriormente, foi gerada por uma política voltada exclusivamente para atender o interesse das empresas que exploram esse mercado — nunca foi em favor dos estudantes. Agora, de repente, aqueles que se enriqueceram explorando o que deveria ser um direito da população se colocam como abnegados que prestaram socorro a todos, mas que exigem suas recompensas.

É fundamental reafirmarmos a educação pública e de qualidade como um direito de todos. Como tal, tem de ser garantida pelo Poder Público. Nunca pode estar a serviço de interesses privados. Não podemos permitir que esse direito continue sendo tratado como mercadoria. Os recursos públicos devem ser aplicados na educação pública, na manutenção e ampliação das instituições públicas. O dinheiro público não pode ser usado para sustentar os lucros de empresários e corporações.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do País, financiando obras de infraestrutura e projetos que tragam benefícios sociais. Não é papel do BNDES socorrer empresas, muito menos garantir capital de giro para o funcionamento de instituições privadas ou proteger os lucros daqueles que exploram qualquer tipo de mercado. O apoio que esse órgão dá para investimentos do setor privado demanda fiscalização e acompanhamento que garantam que esses recursos

estão sendo utilizados pelas empresas de forma a trazer benefícios para o conjunto da sociedade.

É inaceitável que o Governo Federal destine recursos públicos para socorrer instituições que transformaram o ensino superior num imenso balcão de negócios e que, ao primeiro sinal da crise, tentam apenas defender seus lucros.

É preciso ter coragem para romper com esse modelo neoliberal, que tentou transformar tudo em mercadoria. Os direitos sociais, como é o caso da educação, não podem ser explorados na perspectiva de gerar lucros. Devem ser garantidos a toda a população. Só podem ser mantidos e geridos de forma adequada pelo Poder Público.

A educação não é um produto a ser comercializado, sujeito às regras do mercado e ao poder econômico. Ela demanda investimento público nas instituições públicas. Deve-se, urgentemente, investir na ampliação do ensino superior público, estabelecendo uma política capaz de reverter o quadro atual.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Deputado que me antecedeu que, se sobram vagas no ensino público e a procura aumenta nas instituições privadas, alguma coisa está errada. Se nossos estudantes e as famílias preferem pagar escolas privadas e deixar de usufruir do direito de frequentar a universidade pública, alguma coisa errada está acontecendo. Temos de rever isso.

Sou daqueles que querem fortalecer o ensino público em todos os níveis. Mas a baixa qualidade da educação no Brasil se inicia pelo ensino fundamental, e os alunos do 4º ano do ensino fundamental sabem aquilo que os alunos do 1º ano deveriam saber. Se, comparativamente com outros países, nós somos colocados em último lugar em Matemática e em penúltimo lugar em Biologia, é porque alguma coisa está errada.

Mas que elite dominante no Brasil nós estamos preparando para o futuro se todos os índices oficiais ou não oficiais têm demonstrado que a qualidade do nosso ensino vai mal?

Se os nossos professores que saem das escolas não sabem ou sabem muito pouco Matemática, se cada professor do ensino privado e do ensino público prepara seu programa, se as nossas escolas querem competir em assuntos com a televisão e deixam de ensinar o feijão com arroz dos conteúdos, pobre elite que nós estamos preparando para os próximos anos!

Se os alunos fogem da escola pública, é porque alguma coisa está errada, Sr. Presidente, e este Congresso precisa se debruçar sobre isso, não só a Comissão de Educação. A sociedade está aceitando, a sociedade não reage, a sociedade quer que os filhos passem de ano, mas, se continuarmos assim, pobre Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para prestar meus cumprimentos a todas as companheiras brasileiras, que foram homenageadas no último domingo, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Retomo hoje em plenário a origem da data em homenagem às mulheres. Nesse dia, no ano de 1875, operárias têxteis de Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica para reivindicar a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, onde ocorreu um incêndio e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Diante do breve relato da tragédia que originou a data, percebemos alguns progressos, com aquisição de direitos políticos, bem como uma maior participação em entidades políticas e sociais.

No entanto, apesar desses avanços, muito espaços ainda estão por serem ocupados pelas mulheres para que possamos, de fato, assegurar a igualdade de tratamento e de condições, conforme prevê nossa Constituição.

Com o intuito de cooperar na construção de um aparato institucional mais igualitário, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.821/08, que torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil.

O projeto tem por objetivo permitir que um maior número de mulheres venha a participar da composição de entidades de representação civil, tais como OSCIPs,

sindicatos, fundações, associações e organizações similares. A proposição já passou pela Comissão de Seguridade Social e Família, tendo recebido parecer favorável da Deputada Aline Correa. Encontra-se atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, sob apreciação do Deputado João Campos.

Assim, ao mesmo tempo em que presto a devida homenagem ao papel da mulher na sociedade brasileira, ressaltando a necessidade de ampliação da participação da mulher no contexto político e social, conto com o apoio de meus nobres pares para a aprovação desse projeto de lei.

Finalizo, enfim, parabenizando as nobres Deputadas e Senadoras do Congresso, pelo trabalho desenvolvido, bem como as Prefeitas e Vereadoras que assumiram recentemente o mandato. Não posso também deixar de prestar minha homenagem àquelas mulheres que não fazem parte da vida pública, mas contribuem diariamente para a construção de um Brasil melhor.

Essas eram as minhas considerações.

O SR. DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo registrar que, na quinta-feira próxima passada, dia 5, estiveram na minha querida e amada Cabo Frio o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Na ocasião, foi inaugurada uma escola técnica de fundamental importância para os jovens dos 14 Municípios que formam a Região dos Lagos.

Simultaneamente, foram inauguradas escolas técnicas em Duque de Caxias em Volta Redonda, cidade da nobre Deputada e colega médica Cida Diogo.

Portanto, foram inauguradas 3 escolas técnicas no Estado do Rio na quinta-feira passada, tendo o Presidente Lula o objetivo de construir, até o final do ano, 100 escolas técnicas, instrumentos de grande importância para a formação profissional da juventude brasileira..

Meus agradecimentos ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, e parabéns a Cabo Frio, Duque de Caxias e a Volta Redonda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa entrevista de Frei Betto ao *Brasil de Fato,* ocasião em que o frade dominicano comenta os 2 casos polêmicos envolvendo representantes da Igreja Católica.

Também gostaria de registrar a luta que estamos travando contra o crime praticado pelas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente o crime de pedofilia.

Um exemplo é o que está acontecendo em Catanduva, no Estado de São Paulo, onde a Polícia Civil e o Ministério Público estão atuando para desvendar uma rede de exploração sexual, de pedofilia, que atua naquele Município, inclusive, com autoridades, com gente graúda.

As próprias crianças estão contribuindo, trazendo informações, indo aos locais e dando informes sobre o que tem acontecido naquela região.

Parabenizo o delegado que está à frente dessa atuação e também o representante do Ministério Público.

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias deverá também ir àquela localidade para conversar com os familiares, no sentido de ajudar e pedir apoio psicológico para quase 50 adolescentes que foram vítimas dessa organização criminosa.

Quero dizer que nossa luta vai continuar, porque crianças e adolescentes deveriam estar hoje na escola e não ser vítimas dessas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente de crime de pedofilia.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 24 A 24-A)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Tem a palavra a Deputada Cida Diogo.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que daqui a pouco, às 15h, acompanharemos uma comissão, vinda do Estado do Rio de Janeiro, em uma audiência com os Ministros Luiz Dulci e Carlos Lupi, respectivamente da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Trabalho e Emprego, para discutir as questões do desemprego em Volta Redonda e na região sul-fluminense, em função da crise econômica.

Estaremos lá, acompanhados de representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, do Poder Público local de Volta Redonda, e da Cúria Diocesana de Volta Redonda, além do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Hoje, infelizmente, estamos assistindo, como justificativa para a situação de crise econômica que o País e o mundo estão enfrentando, várias empresas da nossa região, como Companhia Siderúrgica Nacional — CSN, Peugeot e Volkswagen, utilizarem esse argumento para reduzir quadro de funcionários e demitir trabalhadores. A mobilização que está havendo em Volta Redonda e em todo o sul-fluminense é no sentido de buscar alternativas que impeçam essas demissões. Por isso os Ministros Luiz Dulci e Carlos Lupi estarão nos recebendo. Realmente, temos uma expectativa muito grande de encontrar algumas alternativas, tentando sensibilizar os empresários dessas empresas que citei, mas principalmente o conjunto dos empresários da região, porque sabemos que isso acaba comprometendo o comércio local. Vários setores do comércio estão demitindo.

Acho que essa é uma discussão que estamos fazendo em âmbito local. Em âmbito nacional, várias mobilizações também estão acontecendo. Daqui a pouco, às 15h, no Palácio, estaremos discutindo essa questão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a gentileza.

Quero apenas comunicar a V.Exa. e aos demais pares que estou dando entrada num requerimento de informações dirigido ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a respeito da utilização do Grupo de Transporte Especial da Força Aérea, destinado ao transporte de Ministros e altas autoridades do Governo.

Segundo denúncias, tem havido utilização indevida. Então, estou requerendo informações a respeito, a fim de exercer a competência constitucional desta Casa de fiscalizar as ações dos órgãos do Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que, na noite de ontem, tivemos uma reunião com a FETAESC — Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Santa Catarina — e mais de 200 sindicalistas. Hoje, inclusive, estão presentes lideranças de Santa Catarina para o 10º Congresso Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que reivindica ações do Governo para a nossa agricultura, para a pequena propriedade, a questão dos juros agrícolas, do financiamento, a safra que está chegando com problemas, a questão do leite, dos suínos e a área sindical que precisa ser trabalhada.

Também estão presentes inúmeras mulheres. Segundo informações, 30 a 40% das pessoas que vieram para esse Congresso são mulheres. Portanto, homenageamos as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, presentes nesse grande evento da CONTAG, que reúne lideranças do Brasil inteiro.

Gostaria de cumprimentar os companheiros de Santa Catarina, que ficarão até o próximo sábado em Brasília para participar desse evento e representar a CONTAG, a área sindical e os pequenos produtores rurais do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a CHESF, completa 61 anos de atividades no próximo dia 15 de março.

Em 1948, quando foi fundada, era para muitos um projeto impossível de ser realizado. Naquele mesmo ano começaram as obras de construção da primeira usina hidrelétrica, batizada de Paulo Afonso I. Foi a pioneira de uma série de usinas que seriam erguidas no Rio São Francisco.

Hoje, a empresa atende a 8 Estados do Nordeste, o equivalente a uma população de 42 milhões de habitantes. A CHESF é responsável por aproximadamente 13% de toda a energia produzida no nosso País, com produção de 57.301 *gigawatts*/h. São 15 usinas e 99 subestações.

A empresa, hoje integrante do Sistema ELETROBRÁS, está completando 61 anos com um dos melhores resultados da história. Em 2007, o efeito combinado do crescimento da receita, aliado à política adotada pela administração, relacionada aos aspectos operacionais e financeiros, permitiram à Companhia obter lucro líquido de 652,6 milhões de reais, 42,7% superior ao verificado em 2006, que foi de 457,3 milhões de reais.

E, quando nos referimos a resultados, Sr. Presidente, não estamos falando apenas do lucro. A CHESF é uma empresa que contribui para o desenvolvimento da Região Nordeste, que impulsiona ações na área de energia, obviamente, mas também investe em responsabilidade social e em cultura.

A CHESF é um exemplo de que empresas estatais podem funcionar bem, com geração de lucros e benefícios sociais.

O nosso País está em pleno desenvolvimento. E, para que esta ação não seja estancada, é necessário que o sistema elétrico mantenha-se no caminho da modicidade tarifária e do planejamento. Precisamos atentar para a política tarifária e consolidar o novo modelo do setor elétrico do País. Na área de energia elétrica não há improviso: ou se investe e se trabalha, projetando o serviço para as futuras gerações, ou se é atingido pelas adversidades decorrentes da ação natural ou do crescimento, a exemplo do apagão de energia elétrica ocorrido a 9 anos passados.

A CHESF, senhoras e senhores, é importante peça nesta estrutura vital para a garantia da nossa segurança energética futura. É uma das empresas que, felizmente, não foi privatizada, graças à luta que travamos nesta Casa e à compreensão do Governo do Presidente Lula, que se revela completamente atualizada e importante nesta cena mundial de crise.

A dilapidação do nosso patrimônio foi promovida no Governo passado, mas foi impedida no atual. Temos, assim, condições de suportar esses momentos de crise a partir do mínimo de infraestrutura e de recursos públicos das empresas públicas.

Quero fazer também um apelo à Mesa Diretora da Casa. Uma vez que o Rio São Francisco é responsável pela geração de energia elétrica pela maior empresa do setor no Brasil — a CHESF só é menor do que Itaipu, que é binacional —, ele precisa de revitalização.

Tramita nesta Casa a PEC nº 524, de 2002, que estabelece a instituição de um fundo financeiro para a revitalização do Rio São Francisco e sua adequação ao

múltiplo uso da água. Faço mais uma vez o apelo para que esta PEC seja votada, pois assim poderemos revitalizar um curso de água tão importante como o Rio São Francisco e favorecer o seu múltiplo uso, o que tanto favorecerá o Nordeste e todo o País.

Parabéns, mulheres e homens que fizeram e fazem da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco um modelo de gestão para todo o País!

Obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada protocolei um requerimento, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, de audiência pública no sentido de tratar de assuntos referentes à dificuldade, devido aos altos preços das passagens aéreas, de trânsito na Amazônia Legal. Ontem estive com o Ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, em audiência pela Comissão da Amazônia, e apresentei algumas questões referentes à trafegabilidade aérea na região.

Sr. Presidente, estou certo de que o tema sobre a trafegabilidade, que envolve tanto a questão do turismo como da própria integração regional, será abraçado pela Comissão da Amazônia, por esta Casa, posto que trata-se de uma necessidade premente, e que em muito contribuirá para o desenvolvimento dos 9 Estados amazônicos.

Srs. Parlamentares, essa audiência pública deve contar com a presença de membros do Ministério dos Transportes, da Integração Nacional, da Defesa, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Casa Civil a fim de que se busque soluções para as dificuldades referentes ao complexo tráfego aéreo na Amazônia Legal.

Com base nos elevados custos das passagens aéreas que se estabelecem, via empresas que atuam na região, aos passageiros interessados em visitar a Amazônia Legal ou deslocar-se, percebemos claramente a disparidade expressa em valores. Basta fazer uma rápida pesquisa no mercado brasileiro que encontraremos passagens mais baratas para viajar ao exterior, seja para países da América Latina, para o Caribe ou até para outros continentes.

Só para se ter uma ideia, 120 dias atrás a mesma empresa que cobrava 280 reais por um trecho Belém-Santarém, cobra hoje até 829,12 reais, o preço de ida e volta chega a 1.632 reais. Uma passagem aérea de Belém para o Município de Altamira chega ao valor de 450 reais, ida e volta custa 900 reais. Não dá para admitirmos que, por exemplo, uma passagem de Belém a Brasília seja praticamente o mesmo preço de se viajar de um Município do Pará a um outro! Isso está fora do que entendemos razoável, esses valores fogem ao bom senso, são absurdos. Srs. Parlamentares, se fizermos uma comparação com trechos internacionais, por exemplo para a Argentina, uma passagem de ida e volta custa cerca de 1.000 reais, ou seja, é mais barato sair do Brasil e voltar do que viajar do norte para o norte do País. Esse quadro precisa ser modificado.

Sr. Presidente, rever este cenário e buscar mecanismos que estimulem o turismo interno e a integração da região amazônica com as outras regiões são iniciativas que debateremos na audiência pública. A Amazônia, além de toda sua riqueza natural, saberes tradicionais e a sua imensa biodiversidade, é um dos grandes polos de turismo no mundo, seja interno ou externo, é um fator de desenvolvimento e de atração de recursos e de investimentos. No entanto, levando em consideração os elevados custos das passagens aéreas, tudo isso é dificultado e representa, efetivamente, um dos entraves para o fortalecimento e desenvolvimento, justamente por dificultar o ir e vir dos que desejam visitar a região, seja no Pará, no Amazonas, no Acre ou em Rondônia.

O turismo é um dos setores da economia que mais crescem em todo o mundo, sobretudo na geração de empregos e na inclusão social. Possui a capacidade de libertar esse gosto pelo lazer, robustecendo as interações sociais. A

atividade turística é forte distribuidora de renda, devido à demanda de mão-de-obra ser predominantemente de baixa qualificação, dando emprego aos que mais necessitam, aos mais pobres. Neste contexto, o turismo agrega importantes características que podem cooperar fortemente para o combate a pobreza, nos setores da hotelaria, da gastronomia, do transporte e das recepções hoteleira que não podem ser substituídas totalmente pelas novas tecnologias. Fortalecer o turismo regional significa investir na cidadania e ampliar o consumo de produtos e serviços. Significa ampliar a produção, gerar emprego e renda e fazer circular a mercadorias e impostos, além de promover a integração regional. No entanto, tudo se torna impossível na medida em que as passagens aéreas representam um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

Sr. Presidente, é nesse contexto que abordo este debate por compreender que é imprescindível que se constitua essa audiência pública. Com nosso esforço conjunto poderemos nos organizar e elaborar proposições que viabilizem a facilitação de acesso à região amazônica, com preços acessíveis e, se for necessário, até subsidiados.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação de meu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, internautas, telespectadores da *TV Câmara,* há poucos instantes solicitamos ao ilustre Presidente Michel Temer que coloque imediatamente em votação os Projetos de Lei nºs 4.434, de 2008, 3.299, de 2008, e 01, de 2007.

Trata-se de projetos importantíssimos, já aprovados no Senado Federal, de autoria do Senador Paulo Paim. Um deles cria o índice de correção previdenciária, o outro extingue o fator previdenciário e o outro concede aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

Esses 3 PLs estão sendo aguardados com muita ansiedade por todos os aposentados e pensionistas do País, pois corrigem uma grande injustiça.

Tenho certeza de que o Presidente Lula terá sensibilidade e mudará radicalmente a situação desastrosa em que se encontram os aposentados e pensionistas do País.

Muito obrigado.

O SR. HOMERO PEREIRA (PR-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como porta-voz do produtor rural brasileiro, quero fazer um alerta e chamar a atenção do Congresso Nacional, do Poder Executivo, do Ministério Público, do Poder Judiciário e de toda a sociedade brasileira para a agressão ao direito de propriedade, para o vandalismo em terras produtivas e órgãos públicos praticado por entidades ligadas ao MST por todo o País.

As invasões do grupo denominado Via Campesina em 8 Estados brasileiros representam um desrespeito ao Estado de Direito, ao setor mais competitivo da economia brasileira, que é o agronegócio, setor responsável por 25,11% do PIB do Brasil, o que significa o equivalente a 329,5 bilhões de dólares por ano, e que participa com 36,28% nas exportações brasileiras, que equivalem a 71,8 bilhões de dólares ao ano. Sendo também o setor responsável por 37% da geração de empregos, conforme dados do próprio Governo Federal, isso desestabiliza nossa democracia, nossa economia, nossa imagem e a ordem social.

Sras. e Srs. Deputados, os vandalismos desses grupos estão colocando em xeque a capacidade de intervenção do Estado brasileiro, pois estão agindo contra um setor que contribui com o desenvolvimento do País, com a economia brasileira, que gera milhões de empregos e ainda é responsável pelo abastecimento interno do Brasil.

Não podemos nos calar diante de um movimento que pratica atividades ilegais e antidemocráticas, semelhantes as praticadas pelo MST e seus liderados.

Comprometidos com a intolerância e a violência, esses movimentos (Via Campesina; MST e outros) tornaram-se uma das maiores fontes de insegurança jurídica e instabilidade institucional que pesa sobre o Brasil e que impõe prejuízos

incalculáveis a toda nossa sociedade, como está sendo o caso das invasões por todo o País.

Esta semana tivemos mais um exemplo de vandalismo, de desordem e desrespeito com os órgãos públicos. O edifício sede do Ministério da Agricultura em Brasília foi invadido por mulheres ligadas à Via Campesina.

Lamentavelmente, movimentos com interesses espúrios e ações ilegais iguais às do MST contam com a complacência de autoridades do Governo Federal e recebem financiamento público para suas ações ilegais. Quem financia as jornadas criminosas e de terror desses movimentos é o contribuinte e os cidadãos brasileiros honrados, que têm a cultura dos seus direitos e dos deveres.

O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, cumpre com rigor e responsabilidade institucional seu papel de guardião da Constituição e do Estado de Direito ao declarar que foge à lei a concessão de financiamentos públicos a entidades que promovem invasões ilegais de propriedades públicas e privadas.

Aproveito a oportunidade para parabenizar também o Ministério Público de São Paulo pela brilhante atuação, e, em especial, o Juiz José Carlos Francisco, da 14ª Vara Cível Federal, que determinou, na última sexta-feira, o bloqueio dos bens da ANCA — Associação Nacional de Cooperação Agrícola, por suspeitar repasses ilegais de recursos ao MST. Espero que essa decisão seja mantida até que a ANCA esclareça a destinação de repasse no valor de R$3,8 milhões pelo Governo Federal. Espero que esse caso seja tratado com o rigor da lei.

A grande crise que o mundo está vivendo gera desconfiança. Nenhuma nação avança quando falta confiança na força que emana das regras livremente

constituídas e respeitadas. A cadeia produtiva da agropecuária, independente do seu tamanho, assim como todos os brasileiros, precisa de estabilidade e de respeito às leis para trabalhar, produzir, gerar empregos e renda, para contribuirmos na construção de uma sociedade sustentável.

Vivemos em um Estado Democrático de Direito e não podemos tolerar esses abusos que afrontam os preceitos legais e agridem a Nação.

Se todos somos iguais perante a lei, desta tribuna conclamo a todas as autoridades constituídas a cumprirem seu papel constitucional e restabelecer a ordem jurídica e a paz social em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ITAGIBA (Bloco/PMDB-RJ.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algo no céu além dos aviões de carreira.

O jornal *O Globo*, em suas edições de ontem e hoje, traz uma grave denúncia sobre o esquema de terceirização na Administração Pública Estadual no meu Estado, o Rio de Janeiro. Afirma que 23% do que o Estado pagou em 6 áreas de terceirização no ano de 2008 foram destinadas ao empresário Arthur César ou às empresas a ele ligadas.

Esta denúncia já foi formulada por mim, desta tribuna, por diversas vezes, assim como outras denúncias que vêm chegando ao meu gabinete, informando que, em relação ao pagamento das empresas terceirizadas, nenhum é feito sem a concordância do Sr. Arthur César.

Parece-me, portanto, que essa denúncia que o jornal *O Globo* traz é muito grave e pode conspurcar o Governo do Governador Sérgio Cabral.

Há algo no céu além dos aviões de carreira.

Hoje encaminhei à Presidência desta Casa um pedido de informações ao Ministério da Defesa para que me informe se o Sr. Arthur César, ou as suas empresas, possui aeronave privada, e se essa aeronave privada faz voos internacionais. E, tendo feito voos internacionais, que informe se levou dentro de suas aeronaves servidores da administração do Governo Sérgio Cabral. O Governador precisa ser alertado e tomar as devidas decisões. Ou seja, se for comprovada a viagem de servidores do Estado, de Secretários de Estado, de membros da administração, em aeronave pertencente a prestador de serviço do Estado, esses servidores deverão ser imediatamente afastados de seus cargos.

Sr. Presidente, não podemos compactuar, não podemos concordar e devemos todos denunciar o que está acontecendo em nosso Estado. Conforme disse, de acordo com as denúncias que chegaram ao meu gabinete, nenhum pagamento aos terceirizados é feito se não for por intermédio de uma reunião estabelecida por uma associação que reúne algumas empresas que prestam serviço ao Estado.

Então, aqui fica um alerta também ao Secretário de Fazenda Joaquim Levy, que é quem efetivamente faz os pagamentos: antes de fazer os pagamentos, verifique se não há irregularidades, porque um homem com a trajetória do Sr. Joaquim Levy, em sua brilhante carreira, não pode servir de instrumento para pagamentos indevidos, incorretos, espúrios, e que podem ser, inclusive, criminosos.

Por isso, Sr. Presidente, espero que todos façam a devida fiscalização. Que isso seja verdadeiramente esmiuçado, para que a verdade saia e para que S.Exa. o Governador do Estado adote medidas para evitar esses escândalos denunciados pelo jornal *O Globo.*

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Resende, para uma Comunicação de Liderança pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi um dia muito especial na minha vida.

Como num episódio mitológico, sinto-me renascido. Como a fênix que ressurgiu das cinzas, desvencilhei-me de uma ameaça injusta, da tentativa de cassação do meu mandato. Foi um longo e tenso período, que me tirou a paz, mas nunca me abalou a confiança.

Na noite de terça-feira, os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral julgaram improcedente o pedido de perda de mandato que o PPS movia contra mim alegando infidelidade partidária. Foi uma votação inquestionável: 6 votos a 1.

Enquanto acompanhava o julgamento, no plenário do TSE, o filme da minha vida tomou o meu pensamento. Vi-me menino pobre, no interior de Minas Gerais. Vi meus pais, meus irmãos. Revi a longa jornada que fizemos atravessando a imensidão do Brasil até chegar a Dourados, onde a minha família decidiu aquietar o coração e passar o resto da vida.

Considero-me abençoado por Deus, porque descobri cedo o dom de persistir, de não calar diante das injustiças e de enxergar no bem coletivo uma razão para repartir tudo o que conquistei com o meu suor, com o meu esforço.

Foi assim que cheguei à medicina. Foi assim que descobri que minha vida não teria sentido de outra forma. A minha maior riqueza é minha capacidade de trabalhar por uma sociedade mais justa, mais digna. Foi assim que me transformei

em um homem público. E na origem da minha trajetória estão os conceitos que aprendi em casa, com meu pai e com minha mãe, que nunca perdi de vista e dos quais sempre me orgulhei.

Foram longas e cansativas horas naquele julgamento. Ouvi, resignado, acusações que considero injustas e que beiram à agressão e à prepotência. Mas ouvi também o que foi decisivo para o desfecho desse caso: o testemunho de Ministros do TSE que enxergaram justa causa para a minha atitude de deixar o PPS e ingressar no PMDB.

Não foi uma jornada fácil. Por muitas vezes enfrentei o descrédito. Por muitas vezes minha atitude foi questionada e posta à prova. Resisti como pude a provocações daqueles que demonstravam uma sede desmedida de vingança. Suportei com resignação a tentativa dos meus adversários de transformar em uma atitude oportunista o que denunciei desde o início como "uma grave discriminação pessoal e perseguição política". Suportei porque sempre confiei na Justiça.

Nesta Casa, senhores, não deve haver lugar para intolerâncias. O Congresso Nacional é o retrato fiel da Nação brasileira. Cada um de nós que está aqui foi eleito graças aos sonhos de milhões de brasileiros humildes que veem em nós a possibilidade de estar representado em seus desejos mais sinceros. Por isso não posso e não devo me calar diante da tentativa vã de fazer prevalecer a intolerância sobre o bom senso.

Sim, nós estamos organizados em partidos políticos. Não seria possível, num Estado Democrático, ser de outra maneira.

Mas a razão de existir dos partidos políticos são os cidadãos que escolhem as teses que lhe parecem mais pertinentes, que mais se identificam com aquilo em que acreditam.

Se é verdade que temos compromissos com as linhas programáticas dos partidos a que estamos ligados, também é verdade que estes compromissos não podem prevalecer sobre aqueles que assumimos com as pessoas a quem representamos nesta Casa.

Se é verdade que sofri minhas dores sem fazer alarde, também é verdade que encontrei o apoio explícito de amigos sinceros, de companheiros de jornada sem os quais eu não estaria aqui hoje. Agradeço de público os testemunhos de Ciro Gomes, de Darcísio Perondi, de Júlio Delgado e do Dr. Talmir. Das declarações deles diante do Ministro Relator do processo partiram os mais consistentes argumentos que resultaram na preservação do meu mandato.

Agradeço também ao Presidente do PMDB, Michel Temer, hoje Presidente desta Casa, o apoio que recebi, ao Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, de todos os integrantes do PMDB e de inúmeros companheiros Parlamentares de todas as legendas com assento nesta Casa, que sempre me dispensaram um gesto de acolhimento, um voto de confiança. Ao Governador André Puccinelli, aos Parlamentares do meu Estado, especialmente ao Presidente do meu partido PMDB, Waldemir Moka, que sempre confiaram em mim, um agradecimento especial. Eu não seria justo se não agradecesse também aos advogados que me acompanharam, responsáveis por uma das peças mais emocionantes que já ouvi em toda a minha vida, a defesa oral feita na sessão de anteontem à noite no TSE.

Como eu disse no início, não deve haver lugar para intolerância nesta Casa. Eu considero essa página da história virada, superada, resolvida.

Por fim, quero agradecer à minha família, às pessoas a quem amo, à minha equipe de trabalho e a todos os anônimos que dos lugares mais distantes me enviaram preces e orações, que torceram para que eu tivesse forças para superar mais esse desafio, dentre os inúmeros que já aconteceram em minha vida.

Saio dessa jornada mais forte, com mais razões para me orgulhar da minha linha de princípios e com muito mais responsabilidade pela condução de um mandato que, em verdade, pertence ao povo de Mato Grosso do Sul, legitimado por mais de 67 mil votos que me foram confiados na última eleição. Hoje, tenho uma razão a mais para acreditar que a vida vale a pena e que nenhum homem justo deve temer pelo seu julgamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Meus parabéns, Deputado Geraldo Resende. Nós esperávamos apenas esse resultado da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Deputado Francisco Rodrigues, do DEM de Roraima. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira visitei o Pelotão Especial de Fronteira no nosso Estado, na região de Surucucu, área emblemática para os Pelotões Especiais de Fronteira da Amazônia.

Diria, Sr. Presidente, que essa área é emblemática porque ali estão localizados pelotões, postos avançados que, na realidade, são verdadeiras sentinelas da Pátria. Ali verificamos o glorioso Exército Brasileiro cumprindo o papel constitucional de defender, com a sua presença, as nossas fronteiras. E, obviamente, o Comandante Militar do Estado de Roraima, o general que hoje ocupa o posto, tem mantido posição de equilíbrio, acima de tudo de cumprimento fiel dos pressupostos que são paradigmas para os demais segmentos do Poder nacional, ou seja, cumprir à risca o papel do Exército Brasileiro, com as suas tropas, com a sua presença, mediante ação dissuasória, mantendo permanentemente a crença na nossa soberania.

Mas, Sr. Presidente, não poderia esquecer que a pista que dá acesso ao pelotão está em condições precárias. A pista vem sendo mantida com remendos porque ações do IBAMA, da FUNAI e das ONGs não permitem a execução de trabalhos mais completos, a ponto de hoje o único acesso, na Amazônia, àqueles pelotões serem pelas aeronaves da Força Aérea Brasileira. Para manter aquelas tropas, mantimentos e suprimentos têm de ser deslocados por aviões porque não existem estradas, não existem rios, não existe outro meio para se chegar àquele Pelotão Especial de Fronteira.

Pois bem. Estamos aqui solicitando que esses trabalhos sejam urgentemente realizados, que os aviões CASA da Força Aérea Brasileira, que transportam até 6 toneladas de carga, sejam utilizados para levar o asfalto necessário ao recapeamento da pista. Aí, sim, daremos melhores condições de suporte e logística àqueles Pelotões Especiais de Fronteira, nas longínquas terras amazônicas, nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, com a Guiana, com a Bolívia, com a Colômbia, etc.

Portanto, quero deixar aqui esse registro, de forma dura mas acima de tudo patriótica, no sentido de que aqueles pelotões sejam vistos com mais carinho e sobretudo com mais responsabilidade pelo Governo Federal. Sabemos que o Exército Brasileiro, que teve seus recursos contingenciados, precisa de mais recursos para operacionalizar essas obras de manutenção e recuperação daqueles pelotões que, lá construídos há mais de 20 anos, estão em situação precária.

Sr. Presidente, a nossa preocupação é no sentido de alertar o Governo para que não apenas o Pelotão de Surucucu, mas também os Pelotões de Tiriós, Uiramutã, Bonfim, Normandia, São Gabriel da Cachoeira, enfim, aqueles pelotões que ficam ao longo das áreas de fronteira, realmente recebem os recursos necessários; para que o Ministério da Defesa repasse os recursos ao Exército, e este contrate os serviços de manutenção. Esses postos avançados, os Pelotões Especiais de Fronteira, como já disse, são sentinelas da Pátria e estão a proteger as nossas fronteiras.

Portanto, deixo aqui este alerta, mas acima de tudo o meu apelo no sentido de que esses recursos sejam rapidamente transferidos para o Exército, para que a instituição mantenha com qualidade esses Pelotões Especiais de Fronteira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Francisco Rodrigues, o Sr. Nelson Marquezelli, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Colatto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Com a palavra o Deputado Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trago a esta tribuna assunto de extrema importância: o preço do combustível no nosso País.

Nas últimas semanas, em diversas reportagens, li o seguinte: *"Preço da gasolina no Brasil está até 50% acima da média mundial; a gasolina do Brasil já está 60% mais cara que nos Estados Unidos*; *o valor da gasolina no Brasil poderia estar 32% mais barato".*

Se analisarmos os preços internacionais, especialmente nos países que competem com os nossos produtos, verificaremos a nossa grande desvantagem, sobretudo em relação a países autossuficientes, nos quais o valor da gasolina chega a 10 centavos, 12 centavos, valor infinitamente menor do que o cobrado no nosso País. Isso faz, Srs. Deputados, com que tenhamos dificuldade de competir com os preços internacionais.

Neste momento em que já existem tantas outras dificuldades na nossa economia, acredito que a PETROBRAS deve dar urgentemente uma explicação, dizer por que o preço dos combustíveis é tão elevado.

Aliás, tenho aprovado desde o ano passado requerimento de realização de audiência pública para tratar desse assunto, que até hoje não conseguimos realizar.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais desta Casa de reportagem veiculada pelo jornal *Zero Hora* no dia 26 de fevereiro, bem como artigos do jornalista Paulo Sant'ana, publicados nos dias 25 e 28 de fevereiro

e intitulados *Bombástico: melhor não fôssemos autossuficientes* e *Estamos sendo roubados!*

Srs. Deputados, faço parte da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e espero que ela realmente trabalhe no sentido de convidar o presidente da PETROBRAS a explicar por que o preço dos combustíveis está tão elevado; por que, quando a taxa de câmbio estava em mais de 3 reais, o valor da gasolina foi para cima e até hoje não baixou — o barril de petróleo chegou a valer 170 dólares e hoje está valendo menos de 50 dólares.

A PETROBRAS lucra 33,9 bilhões de reais. Toda empresa precisa obter lucro, mas não à custa do povo trabalhador, que a cada dia paga mais. O setor produtivo tem dificuldades de exportar os nossos produtos em função do Custo Brasil, e o petróleo é um dos elementos que mais faz com que o preço permaneça alto.

Para gerar mais emprego, para fazer a economia crescer mais e mais rápido, para valorizar o setor produtivo, a PETROBRAS deve urgentemente baixar o preço do óleo *diesel*, da gasolina. É possível, urgente e necessário.

Esperamos que a PETROBRAS, orgulho nosso, pratique preços justos e cresça, principalmente para que o Brasil continue crescendo e dando oportunidade a milhões de pessoas por meio do emprego.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - A Presidência autoriza o registro nos Anais da Casa dos documentos referidos pelo nobre Deputado Renato Molling.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Valdir Colatto, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 16 de março, a cidade de Varginha, no sul de Minas Gerais, promoverá a Marcha pelo Café. Trata-se de uma reivindicação justa dos produtores de café do nosso Estado, comerciantes e todos aqueles que trabalham direta e indiretamente nesse setor imprescindível para o nosso País, que passa por uma crise sem precedentes.

Nos últimos anos, Sr. Presidente, o setor cafeeiro vem amargando perdas irreparáveis, com as quedas nos preços da saca do café e o aumento dos custos de produção. Para exemplificar isso, nos últimos 10 anos, o custo de produção e o preço dos principais fertilizantes usados nas lavouras subiu mais de 560%, enquanto a saca do café obteve um acréscimo de pouco mais de 20%.

Portanto, a exemplo de outros setores da economia nacional, que receberam forte incentivo governamental, como a redução de impostos, o agronegócio brasileiro também precisa que o Governo Federal cuide mais de perto desse setor, que emprega mais de 8 milhões de pessoas.

Como grande produtor de café do nosso País, Minas Gerais não apenas necessita do café para o seu desenvolvimento, como depende dele para criar empregos e aumentar a renda dos seus trabalhadores.

Quanto a isso, Sr. Presidente, Deputado Valdir Colatto, um dos maiores representantes do agronegócio nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério do Trabalho divulgou recentemente que Minas Gerais foi o segundo Estado do País que mais demitiu em janeiro deste ano, confirmando um aumento do desemprego nas

principais cidades de Minas Gerais. No total, 158 mil trabalhadores do nosso Estado ficaram sem emprego no mês de janeiro. Em se tratando do setor agropecuário, o impacto da crise pode ser percebido principalmente na agricultura familiar e nos assalariados rurais, pois eles formam o elo mais vulnerável da cadeia produtiva do café.

Por isso, Sr. Presidente, torna-se imprescindível a adoção de medidas urgentes, além das que já foram tomadas, para viabilizar a cultura do café como sustentáculo e fortalecimento da agricultura mineira, em especial, já que a previsão, segundo a CONAB, é de que a próxima safra, a de 2009/2010, sofra uma redução entre 15,6% e 19,8%, comparando-se com a safra anterior, de 2008.

Como podemos notar, a crise no setor precisa ser contornada com urgência, para que nossos trabalhadores não sejam afastados de suas atividades. A área econômica do Governo tem que se mobilizar e dar a devida atenção à cafeicultura, estudando as propostas apresentadas não apenas pelas Comissões do Congresso Nacional, como também pelas instituições ligadas ao agronegócio e, especialmente, ao café.

Medidas mais robustas, condizentes com o que os produtores necessitam, certamente darão ao setor o ânimo necessário para alavancar a produção nacional de café, além de oferecer ao produtor condições de continuar plantando e colhendo bons frutos para o País.

Nobre Presidente, Deputado Valdir Colatto, nada é por acaso. V.Exa., que preside a sessão neste momento, é um dos maiores batalhadores e defensores do agronegócio em nosso País. Quero aqui fazer *quorum* com V.Exa., com a Frente Parlamentar da Agricultura e com a Comissão de Agricultura, para que possamos

sensibilizar nosso Governo, a fim de que veja essa situação o mais rápido possível, porque ela está insuportável.

A marcha, que será realizada em Varginha na próxima segunda-feira, está prometendo mobilizar mais de 20 mil produtores rurais, porque o setor cafeeiro é o que mais dá empregos no nosso Estado, Minas Gerais, e hoje a situação está grave, como acabamos de relatar.

Conto muito com V.Exa. e quero aqui, em público, dizer ao povo brasileiro que tenho orgulho de ser companheiro de V.Exa. na Frente Parlamentar de Agricultura, porque V.Exa. é um dos maiores batalhadores em defesa do agronegócio brasileiro. Faço questão de fazer *quorum* e parceria com V.Exa.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Obrigado, Deputado Aelton Freitas.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

A cafeicultura brasileira é um setor que gera um dos maiores números de empregos neste País. Seguramente, o pronunciamento de V.Exa. será ouvido pelo Congresso Nacional, pela sociedade brasileira e, oxalá, pelo Governo, para que tome, com urgência, as providências necessárias.

Somos solidários a V.Exa. A Frente Parlamentar da Agropecuária estará com V.Exa. nessa luta justa e solidária de Minas Gerais, na qual o Estado é representado por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Marinho.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Valdir Colatto; Sras. e Srs. Deputados; telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a temática de cotas para a população afrodescendente em nossas universidades públicas tem despertado calorosos debates de norte a sul do País. Felizmente isso ocorre, pois no centro dessas discussões emerge a constatação de que existe, na composição de desigualdades socioeconômicas, inequívoco aspecto racial.

A desfavorável condição desse segmento social, materializada em preocupantes índices de pobreza, de empregabilidade ou mesmo de escolaridade, remete-nos a complexos e sutis mecanismos de exclusão social, os mesmos responsáveis por reafirmar uma lógica fundada na discriminação e no preconceito.

Lembremos, ainda, que, a partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura e da promulgação da nova Constituição — a Carta Cidadã —, lideranças negras promoveram profícuo trabalho com foco na contundente defesa de seus direitos civis. Muitos foram os avanços, e não se deve negá-los.

Contudo, a pauta reivindicatória assume, de forma legítima, maior amplitude, justificando importantes ações afirmativas. É nesse exato contexto que ganha relevo, por exemplo, o debate sobe cotas nas universidades públicas, com argumentos contrários e favoráveis.

Nobres Parlamentares, os posicionamentos que refutam esse tipo de ação afirmativa tentam encontrar respaldo em 2 elementos frágeis de serem sustentados. No primeiro, entende-se que o essencial seria a significativa melhoria de nosso

ensino médio, de forma a garantir uma equiparação de saberes para os alunos interessados em ingressar em centros universitários. O segundo argumento, como derivação do primeiro, ergue-se no fato de que a diferenciação entre os ingressantes e os não-ingressantes em universidades públicas possui natureza essencialmente econômica, sobretudo quando se analisa a formação escolar em seu conjunto.

Apresentados, em linhas gerais, os 2 argumentos, quero ressaltar a incompletude deles. A necessidade de melhoria do ensino no País é um argumento de longa data e que não se revelou suficiente para reverter reais quadros de exclusão, realidade evidenciada no número de estudantes negros em nossas universidades públicas.

Quanto ao segundo argumento, referente à desigualdade econômica no âmago do problema, lembremos que o quantitativo de negros atingidos pela pobreza também apresenta elevado patamar. E mais: como resultado de uma perversa lógica social excludente, a população afrodescendente sofre, entre outros aspectos, com baixos salários e com reduzido acesso aos espaços de poder.

Com efeito, a questão de ingresso e de permanência de negros no ensino superior púbico apresenta complexidade maior que o mero diagnóstico da desigualdade social polarizada entre pobres e ricos. E enfatizo, para que não reste dúvida: ocorre, na composição de nossas marcantes desigualdades, inequívoco aspecto racial.

Esse cenário explica a razão pela qual a adoção de ações afirmativas para a comunidade negra deve ter caráter prioritário. A dificuldade de inserção dessa numerosa comunidade no ensino superior nacional alimenta uma lógica de exclusão, tendo em vista principalmente o poder transformador revelado no campo

educacional. A incansável busca por espaços de poder e por melhoria nos níveis socioeconômicos vincula-se ao aperfeiçoamento nos mecanismos de ingresso no ensino superior.

Destacar, assim, a sistemática de cotas é mais que relevante.

Sras. e Srs. Deputados, debater acerca dessa sistemática permite-nos refletir, em última instância, sobre o amplo projeto de um Brasil alicerçado numa sociedade cada vez mais democrática, com bases sólidas de justiça e de equidade.

Sim! A inclusão mais intensa da comunidade negra no ensino superior brasileiro tem, certamente, foco na justiça e na equidade como supremos valores.

Por fim, não poderia deixar de registrar o lançamento da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que ocorreu hoje, no Palácio do Planalto. No encontro, foram distribuídos 2 importantíssimos documentos: o Caderno de Subsídios e o Regimento Interno da Conferência. Os documentos são fundamentais para a realização das conferências estaduais e regionais, responsáveis pela eleição dos delegados que atuarão na Conferência Nacional, que acontecerá entre os dias 25 e 28 de junho deste ano, aqui em Brasília.

Esse encontro será uma oportunidade para ampliar o diálogo e a cooperação entre órgãos e entidades governamentais e não governamentais de promoção da igualdade racial, na qual deverão ser apontados possíveis ajustes nas políticas de igualdade ora em curso, e fortalecidas as relações com as políticas sociais e econômicas em vigor.

Estiveram presentes nessa abertura o Ministro da Igualdade Racial, Edson Santos; o Ministro dos Esportes, Orlando Silva; o Ministro da Previdência Social,

José Pimentel e o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

A esse respeito ainda, comunico que o Partido da República delegou-me a incumbência de tratar dos assuntos da igualdade racial, tanto no âmbito da Câmara dos Deputados quanto nos demais foros nacionais. Em virtude disso, acompanho de perto a tramitação do Estatuto da Igualdade Racial, que ora se encontra sob análise desta Casa.

Peço aos nobres pares que nos ajudem a aprovar logo o referido Estatuto, que há muito tempo se encontra nesta Casa para ser debatido e aprovado, mas ainda não entrou em pauta.

Agradeço a V.Exa. a compreensão e desejo a todos um bom fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Márcio Marinho.

O SR. FERNANDO MARRONI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reportagem especial preparada e divulgada ontem (quarta-feira) pela *Agência Brasil* mostra como e quanto o tráfico e o consumo de *crack* estão disseminados pelo País. O trabalho jornalístico é mais do que uma denúncia: é um alerta, um necessário alerta sobre a situação, que está fora de controle. O *crack* já pode ser considerado, como bem definiu a reportagem, epidemia nacional.

Dados obtidos pelos jornalistas da *Agência Brasil* mostram que tanto a sociedade quanto o Poder Público não estão preparados para tratar os dependentes da droga, combater o tráfico ou trabalhar a prevenção ao uso de *crack*. A maior prova disso é o resultado do estudo recentemente realizado pelo Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nas cidades de Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro: houve aumento assustador do número de usuários da droga; já chegam a 50% do total de internos nas clínicas de recuperação para tratamento de dependentes químicos.

Esse mesmo estudo divulgado pela reportagem mostra que a idade média do usuário de *crack* é de 31 anos, ou seja, são os jovens as principais vítimas dessa droga que há muito já deixou as grandes cidades e hoje devasta médias e pequenas comunidades do interior do Brasil. E os números do Hospital São Pedro (o maior hospital psiquiátrico do Rio Grande do Sul) comprovam isso: de cada grupo de 10 usuários de *crack* que chega até a emergência psiquiátrica do hospital, 7 são moradores do interior do Estado.

A reportagem divulgada no *site Agência Brasil* mostra ainda que, em Minas Gerais, o *crack* já devasta cidades do interior como Juiz de Fora e Uberaba e outras com menos de 50 mil habitantes. No Centro Mineiro de Toxicomania, por exemplo, os dependentes de *crack* representam 25% dos pacientes atendidos. Há 10 anos eram apenas 5%.

Aqui no Distrito Federal os usuários de *crack* são 80% da clientela dos serviços ambulatoriais de auxílio a dependentes químicos.

Outro mérito da reportagem produzida pela *Agência Brasil* é o de confirmar aquilo que a sociedade parece querer ignorar: o *crack* já deixou as favelas e chegou aos bairros de classe média. A cada dia o consumo da droga cresce entre jovens de classe média, seja nos grandes centros, seja nas cidades do interior.

Dados da Polícia Federal, revelados pela reportagem, mostram o aumento das apreensões da droga, que passaram de 145 quilos em 2006 para 578 quilos em 2007. E o mais assustador de tudo é que, conforme depoimento do próprio Secretário Nacional Antidrogas, General Paulo Uchôa, o órgão não possui política pública específica para o controle do *crack*.

Aliada a essa falta de ações e de programas específicos está a dificuldade das pequenas e médias cidades em oferecer atendimento adequado aos usuários da droga, o que aumenta os danos causados por essa verdadeira epidemia. Nesse contexto, a reportagem especial da *Agência Brasil* serve como alerta para que a sociedade brasileira perceba a necessidade de ações rápidas e eficazes para controlar o uso e o tráfico do *crack*. E cabe a esta Casa dar o apoio e o amparo necessários a isso.

Muito obrigado.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Governo ainda não tem política específica de combate ao *crack*

Mariana Jungmann

Repórter da *Agência Brasil*

Brasília - Dados da Polícia Federal mostram um aumento das apreensões de *crack* que passaram de 145 quilos em 2006 para mais de 578 quilos em 2007. Mas, segundo o secretário nacional Antidrogas (Senad), general Paulo Uchôa, existem poucas informações sobre o tema e nenhuma política pública específica para o controle do *crack* está nos planos do órgão.

"Não vamos ter plano voltado exclusivamente para o *crack*. Mas estamos nos preparando para fazer uma pesquisa mais voltada para essa droga. Nas estatísticas, ainda aparece muito como se fosse cocaína e seus derivados, apenas em alguns momentos vemos o *crack* em separado", explica.

A Senad considera que somente uma pesquisa, de âmbito nacional, poderá dar a real dimensão do problema. "Qualquer que seja a droga, as políticas devem estar baseadas em pesquisas epidemiológicas que nos garantam o rigor científico do dado. Temos internações, algumas informações, a imprensa tem divulgado, a apreensão também tem aumentado. Mas a gente não pode confundir aumento da apreensão com aumento do consumo", justifica.

Especialistas como a socióloga Sílvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, entretanto, alertam que o problema é grave e exige maior sensibilidade das autoridades. "O *crack* é um tragédia que desperta pouco interesse. Mas não é possível que o Estado tenha uma postura de desistência. Tem que treinar pessoal, profissionais das áreas de assistência social, médicos, enfermeiros, mobilizar a sociedade civil e o setor de segurança", ressalta.

As críticas também partem de quem trabalha diretamente com as vítimas da dependência. César Ricardo Rodrigues da Cunha já foi viciado em cocaína e, há 23 anos, coordena um grupo de recuperação de dependentes. "Um governo que é conivente com a divulgação de álcool, que mata milhões e milhões de pessoas no mundo, não vai fazer trabalho de prevenção contra o *crack*", afirma.

Na área de assistência social, as ações voltadas para os moradores de rua — população mais vulnerável e mais atingida pelo avanço da droga — são as mais próximas do problema.

“Transferimos dinheiro para 93 municípios com mais de 250 mil habitantes para que eles ofereçam serviços de abrigo e acolhimento para a população de rua”, explicou a diretora da Secretaria Nacional de Assistência Social, Valéria Gonelli. “As pessoas ficam internadas e retornam, mas nem sempre elas têm um serviço de casa-apoio ou albergue. Precisamos trabalhar a qualidade deste acolhimento.”

A Senad diz que investe em capacitação de educadores, lideranças comunitárias e até líderes religiosos para tratar do problema. Aqueles que se sentirem com “uma certa agonia”, segundo o secretário, podem também ligar para o serviço 0800 510 0015.

“É um serviço gratuito. Quando você liga para lá, de forma anônima, você relata o seu problema e alguém do último ano de graduação da área médica vai dar orientação.” A Senad é ligada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e tem papel articulador. A secretaria não possui orçamento para executar diretamente os projetos. Por isso, as políticas são propostas e tocadas com outros ministérios e com os governos estaduais e municipais.

A Secretaria de Assistência Social garante que o atendimento e o tratamento sobre o uso de substâncias psicoativas estarão previstos no Plano Nacional de Assistência Social. Os dois órgãos, contudo, ressaltam a importância de que os prefeitos tomem a iniciativa. “Cada município precisa criar o seu conselho antidrogas. Capacitamos gratuitamente os conselheiros”, afirma Uchôa.

Sem prevenção e repressão eficiente, *crack* avança em capitais e cidades médias brasileiras

Marco Antonio Soalheiro

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Na esteira do despreparo do poder público e da sociedade em relação à prevenção, à repressão e ao tratamento dos efeitos da droga, o consumo

do *crack* avança com desenvoltura no Brasil e faz multiplicar relatos de sua gravidade nas grandes capitais e cidades do interior.

Especialistas ouvidos pela *Agência Brasil* apontam para uma possível epidemia deste subproduto da cocaína, que provoca dependência agressiva, exclusão social do usuário e desagregação familiar, além de estimular a criminalidade.

Estudo recente realizado em Salvador, São Paulo, Porto Alegre e no Rio de Janeiro detectou um aumento do número de usuários de *crack* em tratamento ou internados em clínicas para atendimento a dependentes de álcool e drogas. Eles respondem por 40% a 50% dos indivíduos em tratamento, dependendo da clínica e de sua localização. A idade média dos usuários de *crack* (31 anos) é inferior à dos demais pacientes em tratamento (42 anos). Entre os dependentes desta droga, 52% são desempregados.

O levantamento foi coordenado pelo psiquiatra Félix Kessler, vice-diretor do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro da Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas (Abead).

No cotidiano de atendimento a dependentes em Porto Alegre, Kessler ressalta a presença forte da droga no interior.

“No Hospital São Pedro, o número de usuários de *crack* vindos do interior é muito grande. A cada dez pacientes que procuram a emergência psiquiátrica do hospital, cerca de sete são usuários de *crack* vindos do interior”, conta Kessler.

Em Minas Gerais, municípios de médio porte, como Governador Valadares, Montes Claros, e Uberaba, apresentam há três anos índices elevados de homicídios entre jovens que coincidem com o aumento das apreensões de *crack*.

Segundo Luís Sapori, coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a droga também está presente há 10 anos em toda a região metropolitana de Belo Horizonte, com maior peso nas cidades de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Ibirité. Na cidade histórica de Ouro Preto, jovens que frequentam as repúblicas estudantis admitem, em conversas reservadas, que o *crack* também passou a ser consumido nos últimos anos.

"Podemos concluir de forma categórica que o *crack* chegou ao interior de Minas Gerais. E não deve demorar a atingir municípios com menos de 50 mil habitantes. Infelizmente o *crack* transformou-se na principal droga comercializada. Ele tem um elemento mercadológico que supera em muito a cocaína", afirma Sapori, em alusão ao fato de o *crack* ter mercado consumidor mais amplo e provocar uma dependência mais agressiva, que leva o usuário a gastar mais com o vício.

No Centro Mineiro de Toxicomania, unidade de atendimento ambulatorial mantida pelo governo estadual, há dez anos os dependentes de *crack* representavam 5% do total de atendimentos. Dados de 2008 indicam que eles já respondem por 25% da demanda, superando os dependentes de cocaína e maconha.

Caruaru, no agreste pernambucano, e Petrolina, no sertão próximo ao Rio São Francisco, são pólos que congregam cinturões de cidades de menor porte e já apresentam clara expansão no mercado de *crack*. "São regiões onde o *crack* entrou nos últimos anos, e o problema não é só da área metropolitana. O conceito de epidemia é uma metáfora instigante para pensarmos nesta explosão do *crack* em municípios de médio e grande porte no Brasil", avalia José Luiz Ratton, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

No Rio de Janeiro, em favelas como Jacarezinho e Manguinhos, que eram historicamente livres do *crack*, há 3 anos formaram-se cracolândias com a "benção" de criminosos que viram, na droga, uma chance de ampliar seus lucros. "É impressionante. A qualquer hora do dia, vemos crianças e adolescentes consumindo a droga e deitados no chão. Áreas dominadas pela facção Comando Vermelho passaram a vender e isso vem como uma *tsunami*", descreve a socióloga Sílvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.

No Distrito Federal, pontos de comercialização estão espalhados por praticamente todas as cidades satélites. A venda acontece também na região central da cidade, próximo à Esplanada dos Ministérios.

Em meados da década de 1990, usuários de cocaína e *crack* eram responsáveis por menos de um quinto da procura em serviços ambulatoriais

relacionados a drogas ilícitas. Hoje eles respondem por 50% a 80% da demanda. Nos últimos anos, o *crack* também começou a ganhar terreno entre grupos com rendimentos mais elevados, apesar de a droga ainda ser mais comum entre as classes de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Continuando o Pequeno Expediente, passo a palavra ao Deputado Lupércio Ramos, do PMDB da Amazônia. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pautado pelo anseio de um novo paradigma, no qual se equacionem justiça, equidade, bem-estar social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental, o Governador Eduardo Braga, com a sua visão holística e competência inconteste, criou, em parceria com o Banco BRADESCO, a Fundação Amazonas Sustentável — FAS, que tem por missão lutar pela conservação das florestas e pela melhoria da qualidade de vida das populações que nela vivem. À frente da FAS, onde atua com dedicação e empenho no comando do inédito programa ambientalista desenvolvido pela instituição, está o ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e atual Presidente da Sadia S/A, Dr. Luiz Fernando Furlan.

A partir da Fundação Amazonas Sustentável está sendo executado o ambicioso e inovador Programa Bolsa-Floresta, que visa à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável de 34 Unidades de Conservação do Amazonas. Com isso, promove-se a inserção de milhares de famílias no programa, cujo objetivo é reconhecer, valorizar e compensar financeiramente as populações tradicionais e indígenas do Estado — os guardiões da floresta — pelo seu papel na conservação das florestas, rios, lagos e igarapés.

Pela primeira vez na história, existe no Brasil um programa de pagamento de serviços ambientais, feito diretamente para as comunidades que residem nas

Unidades de Conservação do Estado, com o objetivo precípuo de reduzir as emissões por desmatamento.

Construído de forma participativa, o Bolsa-Floresta está incluído na Lei de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas e tem provocado participação cada vez mais acentuada e amplo debate, tanto nas comunidades quanto nas instituições governamentais e não governamentais que atuam no Amazonas.

Os números crescem em progressão geométrica, Sr. Presidente, atestando o sucesso do programa. Em setembro de 2007 foram pagos os primeiros benefícios a 265 famílias da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uatumã. Até o mês de abril de 2008, foram cadastradas 2.102 famílias residentes nessa e em outras Unidades de Conservação. Ao final de 2008, o número de famílias contempladas chegou a 4 mil famílias, e até dezembro deste ano a previsão é de que o benefício atinja o patamar de 10 mil famílias em todo o Amazonas.

A Fundação Amazonas Sustentável tem atraído cada vez mais empresas a se tornarem parceiras na empreitada, acentuando a compreensão de que o meio ambiente faz parte integral de qualquer negócio. Recentemente, a Coca-Cola integrou-se à instituição, com um aporte de R$20 milhões e, na ocasião, o Presidente da empresa no Brasil afirmou: *"a visão da FAS se casa perfeitamente com nossa plataforma de meio ambiente"*.

Felizmente, cada vez mais pessoas estão convencidas de que o combate às mudanças climáticas é uma responsabilidade de todos. Prova disso é o número cada vez maior de pessoas e instituições parceiras, uma rede que vê nessa

participação a oportunidade para concretizar ações que garantam um futuro melhor para as gerações vindouras, do Brasil e de todas as partes do planeta.

Honra-nos com sua presença em Manaus, capital do Amazonas e da Amazônia, Sua Alteza o Príncipe Charles, que, sabidamente, é um incansável defensor das causas ambientalistas. Sua Alteza estará no ambiente ideal para conhecer programas como o Bolsa-Floresta e outras iniciativas e ações concretas em defesa do meio ambiente e para integrar-se ao desafio da manutenção da floresta.

Estudos da consultoria McKinsey estimam em 17 bilhões de reais ao ano o volume de investimentos necessários para a preservação da floresta ao longo de duas décadas. Isso representa pouco mais de 1% dos impostos arrecadados no Brasil.

O Brasil dispõe de programas de preservação e de farta legislação ambiental. Positivamente, precisamos cada vez mais estabelecer parcerias com governos e instituições nacionais e internacionais que, de forma efetiva, possam contribuir para a preservação ambiental, mas que permitam o desenvolvimento sustentável, gerando atividades formais que tornem possível empregar aqueles que hoje vivem da exploração predatória.

Espero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que Sua Alteza o Príncipe Charles, ao assistir hoje à apresentação da Orquestra Sinfônica no Teatro Amazonas, obra arquitetônica mais significativa do período áureo da borracha e principal patrimônio artístico cultural do Estado do Amazonas, possa articular o passado com o presente e incorporar-se na manutenção do nosso maior patrimônio: a Floresta Amazônica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Obrigado, Deputado Lupércio Ramos.

Com certeza, a Casa tem grande responsabilidade na elaboração do Código Ambiental Brasileiro, que deve ser competente e atual. Portanto, essa questão do pagamento de prestação de serviço ambiental tem que estar na pauta do Congresso Nacional, de modo que se busque uma solução, inclusive para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Maluf.

O SR. PAULO MALUF (PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no ano passado, na cidade de São Paulo, houve um fato constrangedor: uma senhora pobre, faminta e sem recursos furtou um pote de margarina de um supermercado e ficou 4 meses na cadeia por esse ilícito.

Pergunto: quantos séculos, pelo mesmo critério, deveriam ficar na cadeia os atuais Diretores do Banco Central, que, com toda certeza, surrupiam do bolso dos brasileiros o mínimo de 4 pontos da Taxa SELIC, que representa, sobre a dívida interna de 1 trilhão e 300 bilhões, 50 bilhões de reais por ano? Esses recursos, que saem do Orçamento e vão diretamente para aqueles que investem de maneira especulativa em títulos do Tesouro, têm rendimento, hoje, de 50 bilhões de reais por ano.

Enquanto em todo o mundo os bancos estão em dificuldades porque o *spread* — a diferença entre aquilo que é tomado emprestado e aquilo que é emprestado — não é mais do que 4%, 5% ou 6% ao ano, no Brasil ele é de 150% ao ano.

Tenho aqui, por exemplo, o extrato de minha conta corrente do Banco do Brasil, em que recebo o meu salário, assim como V.Exas. devem receber, e está bem impresso que, no meu cheque especial, posso sacar o equivalente a mil reais, a uma taxa de 156,59% ao ano. Ou seja, enquanto o Presidente Lula diz que precisamos baixar os juros, o Banco do Brasil cobra de qualquer um de V.Exas. mais de 150% ao ano, se entrarem no cheque especial.

O Banco Central, ontem, divulgou nota em que diz ter agido com generosidade ao baixar os juros em 1,5%. Meus amigos, como pode ser generosidade baixar 1,5%?

A última edição da revista *The Economist,* a revista de economia mais reputada do mundo, impressa em Londres, diz que o Brasil é o País que tem a maior taxa de juros do mundo. Nos Estados Unidos, os juros são de 0,37% ao ano; no Japão, de 0,57% ao ano; na China, de 1,27% ao ano; na Grã-Bretanha, de 2,05% ao ano; no Canadá, de 0,45% ao ano.

Por que temos de comemorar a redução da taxa básica de juros brasileira para 11%, como se fosse uma grande generosidade?

Quero dizer honestamente, sem ironia: este Governo tem de estatizar o Banco Central, porque é um banco privado que está à disposição da FEBRABAN. Quando todos os seus dirigentes saírem, vão arrumar emprego onde? Na rede bancária privada.

Nos últimos 3 meses, mais de 1 milhão de pessoas ficaram desempregadas; indústrias de ponta pararam; trabalhadores altamente qualificados ficaram sem emprego. Enquanto isso o Governo, com todo respeito, do Partido dos Trabalhadores, jacta-se da solidez do nosso sistema bancário, mas o sistema bancário do resto do mundo está em dificuldade.

Como diz todo mundo, sou de um partido que deu sustentação ao regime militar, mas não me sinto comunista perto do esforço que vejo o Governo do PT empreender na defesa dos banqueiros. Esse é o problema. Será que nós, quando fomos governo — e fui Governador, Prefeito e quase Presidente da República por 2

vezes — e defendíamos o emprego, estávamos certos, ou estão certos o Governo do PT e o Banco Central, que defendem os banqueiros?

Sr. Presidente, quero aqui registrar a minha absoluta insatisfação por ver que pais de família perdem o emprego enquanto as altíssimas taxas de juros engordam os balanços orgulhosos dos banqueiros. Isso, na minha visão, é um contrassenso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do registro que vou fazer pelos meios de comunicação da Casa: *Jornal da Câmara*, *Rádio Câmara* e *TV Câmara*.

Tratarei do encontro ocorrido ontem entre o Senador Inácio Arruda, do Ceará, e Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo.

Há 50 anos lutamos para que o Ceará tenha uma refinaria. Só no Governo Lula isso foi possível. E não só no Ceará, mas também em vários Estados do Nordeste. Desde a época em que era Vereador, juntamente com outras pessoas da sociedade organizada, lutamos para que isso ocorra. Agora está ocorrendo.

O Ceará tem petróleo em Paracuru e Aracati; e vai rumo ao Rio Grande do Norte. Ontem, a conversa entre o Senador e o Diretor-Geral da Agência Reguladora foi no sentido de incentivar o aumento das pesquisas sobre a existência de petróleo na região do Cariri, mais especificamente no Crato, sul do Ceará. Alguns podem pensar em aventura, mas nós que conhecemos o Nordeste, particularmente o meu Estado, achamos isso perfeitamente possível. Pesquisas de fósseis, como as que são feitas na Europa e em alguns outros países, dão conta de que a história das civilizações passa por aquela região.

Alguns estudos levam a crer que teremos sucesso. Precisamos investir em pesquisa e infraestrutura. É o caso da refinaria, da Transnordestina, da transposição de águas do Rio São Francisco, pela qual há mais de 100 anos estávamos esperando e só está sendo possível agora, neste Governo; são obras deste Governo. Nenhum país consegue se desenvolver sem investir em educação e pesquisa, que gera conhecimento. Estamos na era do conhecimento.

Assim, parabenizo a iniciativa da Agência Nacional do Petróleo e do Senador Inácio Arruda. O Ceará tentará se organizar e se mobilizar para que esses recursos não sejam diluídos no espaço e no tempo, objetivando dar uma resposta àquilo de que o Estado, o Nordeste e o País tanto precisam: sair do subdesenvolvimento, da dependência, às vezes externa.

E gostaria de saudar o Presidente da República por mais uma vez ter feito algo pelo Nordeste, particularmente pelo Ceará.

Mas, Sr. Presidente, acho que o Banco Central precisa ser mais nacionalista e respeitar mais a economia externa. Não pode continuar aplicando esses juros. Até o Deputado Paulo Maluf se diz comunista! Sou antirregime militar; considero-me marxista; acredito em outra sociedade. Embora S.Exa. tenha-se manifestado com certa ironia, estamos juntos.

O Banco Central precisa compreender que o Governo está fazendo esforços. Os empresários também. Mas o setor financeiro não está tendo nenhum prejuízo no Ceará, enquanto o resto do mundo está vivendo essas dificuldades. Alguma coisa está errada.

Queremos — e também a Oposição —, mais do que nunca, que essa situação seja resolvida da melhor forma possível. O que não podemos aceitar é desemprego e centralização da poupança popular nas empresas. Não podemos aceitar isso!

Acredito que a crítica do Deputado Paulo Maluf é bem-intencionada. Nós a acatamos; achamos que é isto mesmo: tem de mudar o comportamento do Banco Central, mesmo que desagrade setores que estão se saindo bem.

Mais do que pensar em Oposição e Situação, estamos pensando no País, que precisa sair dessa dificuldade por que está passando, que, para determinados segmentos da sociedade, pode ser muito boa. Pensando na maioria, preocupam-nos o desemprego e a queda da nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Há 2 Deputados inscritos para fazer Comunicação de Liderança: Bruno Araújo, pelo PSDB, e Sarney Filho, pelo PV.

Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Edinho Bez, meu conterrâneo de Santa Catarina.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de saudar V.Exa., meu amigo e companheiro, que preside a sessão neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para comemorar os 180 anos da imigração alemã em solo catarinense, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, apoiada pelo Governo do Estado por meio dos fundos estaduais de incentivo (FUNTURISMO, FUNCULTURAL e FUNDESPORTE), está lançando um calendário oficial de eventos culturais, esportivos, religiosos e gastronômicos que envolvem os 164 municípios de origem alemã.

A abertura dos eventos ocorreu em São Pedro de Alcântara, cidade catarinense que recebeu os primeiros imigrantes alemães, em 1829. A festa foi no último dia 1º de março, dia da fundação da primeira colônia alemã no Estado. Na programação, apresentação de danças, coral e competições esportivas típicas.

Viajando pelo Estado catarinense é possível encontrar localidades que preservam as características e os detalhes da colonização. Cito os Municípios de São Ludgero, Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e São Martinho, no sul do Estado, entre outros

Pomerode, por exemplo, é conhecida como a cidade mais alemã do Brasil, já que tem a maior concentração de casas enxaimel fora da Alemanha, com cerca de 50 edificações na região do Vale Europeu.

Foi para mim um privilégio morar em Pomerode e gerenciar a agência da Caixa Econômica Federal da cidade.

Santa Catarina também é reconhecida internacionalmente por promover as principais festas alemãs no Brasil. A mais conhecida é a Oktoberfest, de Blumenau, considerada a maior celebração da cultura alemã fora da Alemanha.

Os nossos cumprimentos aos imigrantes alemães, que, com a sua força e a sua perseverança, ajudaram a construir não só Santa Catarina, mas também os demais Estados da Federação, contribuindo para o desenvolvimento econômico nos diversos setores sociais.

Parabéns aos descendentes de alemães residentes em Santa Catarina, que muito ajudaram no desenvolvimento do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Bruno Araújo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a 17ª Vara Federal de Brasília acaba de absolver integrantes do alto escalão do Governo Fernando Henrique Cardoso da acusação de terem privilegiado empresas no leilão de venda da TELEBRÁS, em julho de 1998.

Após 10 anos de tramitação do processo, a Justiça decidiu pela absolvição de todos os que integravam essa lide.

Leio o que segue:

> *"A decisão foi tomada pelo juiz titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Moacir Ferreira Ramos.*
>
> *O juiz Ramos fundamentou a sua conclusão num parecer do Tribunal de Contas da União que analisou as denúncias de interferência no leilão da TELEBRÁS. Esse parecer concluiu que os atos praticados pelos réus não resultaram em dano ao Erário posto que não restringiam o caráter competitivo da licitação e tampouco a isonomia do certame'"*.

Sobretudo é importante lembrar que a ação foi proposta pelo Partido dos Trabalhadores, com representação junto ao Ministério Público, e encabeçada pelo hoje Senador Aloizio Mercadante, bem como pelo Presidente do partido, Deputado Ricardo Berzoini.

Em sua decisão, o Juiz considera que os integrantes do PT poderiam ter contribuído com as investigações quando o partido assumiu o Governo, em 2003. Mas, segundo o próprio magistrado, isso não aconteceu. Leio o que segue:

> *"'Penso ser importante enfatizar que esta ação foi promovida em decorrência de representação feita por alguns políticos que, à época das privatizações do setor de telefonia, ostentavam notória oposição ao Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que então administrava o país', escreveu o juiz.*
>
> *Ele citou nominalmente: Mercadante, Berzoini, Vicente de Paula da Silva e João Vaccari Neto (filiado ao PT e presidente do Sindicato dos Bancários).*
>
> *'Sobreveio o governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva', continuou o juiz. 'Ora, se havia a preocupação com a apuração destes fatos, por que esses nobres políticos não interferiram junto ao governo atual, ao qual têm dado suporte, para que fosse feita, a fundo, a investigação dessas denúncias — sérias, enfatize-se — que apontaram na representação?'"*

Após anos de discussão sobre a legalidade do processo de privatização, aqueles agentes públicos, que ainda respondiam ao Estado brasileiro sobre essas insinuações, foram informalmente absolvidos, com as devidas críticas feitas pelo magistrado quanto à posição do Partido dos Trabalhadores.

Esse registro precisava ser feito.

Sr. Presidente, antes de concluir, vou falar sobre outro assunto.

Gostaria de comunicar a todos os amigos da cidade de Goiana, Estado de Pernambuco, que, por solicitação do ex-Prefeito Edval, nós nos dirigimos ao Ministério da Previdência Social. E o nosso colega, o Deputado José Pimentel, garantiu que ainda este ano estará funcionando o posto do INSS do município, cuja obra sofreu grande atraso. A inauguração está prevista para, no máximo, o mês de outubro, mas o Ministro José Pimentel se comprometeu em agilizar e antecipar esse cronograma.

Comunico esse fato à população de Goiana e ao ex-Prefeito Edval, que está preocupado. Logo, logo a agência do INSS estará funcionando naquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Cumprimento as crianças que visitam esta Casa.

Espero que daí surjam grandes Deputadas e Deputados, para ajudarem a fazer a legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos ouvintes e telespectadores do sistema de comunicação da Câmara dos Deputados, quero registrar, em nome do nosso partido, a presença do Príncipe Charles, ontem, aqui no Congresso Nacional.

Com essa visita, tivemos a certeza de que Sua Alteza está bastante empenhado em defender as causas ambientais, de que está preocupado com o aquecimento global, principalmente.

Tivemos a oportunidade de apresentar o ponto de vista do nosso partido, dizendo que a comunidade internacional tinha a obrigação de pagar pelos serviços ambientais que o bioma amazônico presta não só à vida no Brasil, mas também à vida no planeta Terra.

O Príncipe Charles é um paladino do meio ambiente, é um homem preocupado com as questões ambientais. Por isso, vemos com muita alegria a sua presença em nosso País, não como uma ameaça a nossa soberania, mas como manifestação de respeito à Amazônia pela importância tem hoje para o mundo.

O Brasil não é responsável pela emissão dos gases do efeito estufa, não é responsável pelo aquecimento global. De qualquer forma, o nosso País é o quarto maior emissor de gases do efeito estufa. Por isso, precisamos assumir metas de redução dessas emissões. Aliás, nesse aspecto, nós nos diferenciamos dos outros países: as nossas emissões se dão pelo desmatamento, enquanto nos países industrializados as emissões se dão pela queima de combustível fóssil.

Então, basta que diminuamos o desmatamento no Brasil para diminuirmos as nossas emissões. Nos últimos anos, o desmatamento tem diminuído. O próximo inventário seguramente trará dados sobre a redução das nossas emissões de gases do efeito estufa.

Por outro lado, Sr. Presidente, pedimos ao Príncipe Charles que, com o seu evidente prestígio internacional, assuma a liderança nesse processo. A Amazônia não é somente um estoque de gases do efeito estufa — a árvore é um estoque de gases do efeito estufa, de dióxido de carbono —, não é só uma rica e vasta biodiversidade, com possibilidades de cura e possibilidades econômicas — remédios, cosméticos.

Hoje, Deputado Paulo Maluf, não conhecemos nem 5% da biodiversidade da Amazônia. Estamos destruindo-a sem nem conhecê-la.

A Amazônia não é só isso, não é só um bioma que também interfere no regime de chuvas de vasta região do mundo. Ela é o ar-condicionado do mundo. E ela presta serviços para a qualidade de vida no planeta Terra; serviços que cada vez mais se tornam necessários frente à ameaça ambiental que enfrenta o mundo. Estamos vivendo uma séria ameaça ambiental: hoje já se retira da natureza aquilo que ela não pode repor. Então, temos um déficit ambiental. E a Amazônia ganha dimensão totalmente especial.

Queremos preservar a Amazônia porque ela é importante para a vida no planeta Terra, mas queremos que seja reconhecido o custo desses serviços. E quem está pagando esse custo é a população pobre que mora na região amazônica.

Portanto, precisamos cobrar por esses serviços ambientais. E tenho absoluta certeza de que grande parte da sociedade brasileira já vê isso como obrigação da comunidade internacional e não como interferência na nossa soberania.

Registro a nossa satisfação pela presença do Príncipe Charles no Congresso Nacional e a manifestação, com muita ênfase, da nossa posição: desmatamento zero na Amazônia, para que o funcionamento do bioma possa servir à vida no planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Herrmann.

O SR. JOÃO HERRMANN (PDT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apontada como uma das mais importantes medidas para valorizar a educação pública do País, a Lei nº 11.738/08, que criou o piso nacional salarial dos professores entrou em vigor em 1º de janeiro passado, mas até agora produziu como principais resultados uma disputa judicial em torno de alguns de seus dispositivos e a ameaça de greve nacional dos docentes, sob a alegação de que a maioria dos Estados e dos Municípios brasileiros não estaria cumprindo a lei e pagando o patamar salarial à categoria.

As questões que se discutem no Supremo Tribunal Federal não têm relação com o valor em si do piso (R$950,00), mas é justamente a falta de recursos a principal razão apresentada por Governadores e Prefeitos em geral para explicar a não-implantação plena do piso salarial dos professores.

Segundo levantamentos preliminares da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo menos 4 Estados ainda não implantaram o piso (Goiás, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins), e aqueles que o fizeram "falharam" na interpretação da lei, provocando prejuízos à remuneração de muitos educadores. A maioria das Prefeituras também não tem aplicado a lei, e muitas delas praticam vencimentos vinculados ao salário mínimo.

Pelos dados do IBGE, 37% dos professores ganhavam abaixo do piso salarial nacional hoje em vigor, para uma jornada de 40 horas. Para a CNTE, entre 60% e 65% dos professores brasileiros ganham menos de R$950,00. Ainda tem professor no Brasil ganhando menos de 1 salário mínimo.

A verdade, infelizmente, Sr. Presidente, é que Governadores e Prefeitos não têm justificativas palpáveis para o seu comportamento. Há 1 mês o Ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, a implantação do piso e assegurou que o Governo Federal não hesitará em ajudar, com o repasse de recursos necessários.

Reflete-se na questão salarial dos professores a enorme desigualdade regional e social brasileira. O Distrito Federal ostenta salário inicial 4 vezes maior do que o piso, enquanto no vizinho e rico Estado de Minas Gerais o patamar não chega a R$850,00. Isso serve de combustível para os que já acenam com a greve geral no mês que vem.

Contribui para isso o fato de que a categoria dos professores do País, em termos de insatisfação, só perde para a do Uruguai, como mostrou pesquisa feita em 11 países e divulgada no ano passado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O resultado foi que 83,2% dos alunos brasileiros de 4ª série têm professores que reclamaram de sua remuneração. O Uruguai, campeão da insatisfação salarial dos docentes, apresentou 89,4% de alunos com profissionais que se consideram mal remunerados.

A CNTE não tem muitas esperanças em que a maioria dos Estados e dos Municípios vá implementar a lei do piso salarial em curto prazo. Por isso prepara a realização da greve nacional para o mês de abril, como forma de pressionar Prefeitos e Governadores.

Pelo levantamento preliminar da CNTE, de meados de fevereiro, nas redes municipais a situação seria bem mais grave, principalmente no interior dos Estados

do Sudeste e do Sul e nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Em outubro passado, após a sanção da lei, a entidade divulgou levantamento apontando que pelo menos 12 Estados tinham professores recebendo abaixo do piso nacional — na maioria, docentes formados apenas em ensino médio. Em 4 Estados (Ceará, Pernambuco, Santa Catarina e Sergipe), os educadores, mesmo com curso superior, ganham menos de R$950,00.

Na maioria dos Estados e dos Municípios, o piso não está sendo cumprido. Dos 26 Estados e o Distrito Federal, 17 têm hoje valores abaixo do exigido em lei, considerando como parâmetro o vencimento inicial, que é o entendimento da CNTE.

Na interpretação da CNTE, o conceito de piso seria aquele segundo o qual nenhum Estado ou Município poderia pagar menos de R$950,00 para uma jornada de no máximo 40 horas semanais, não consideradas as vantagens pessoais. Muitos Governos Estaduais e Prefeituras, porém, têm adotado a lei, levando em conta não o vencimento inicial, mas o salário integral do professor, que inclui tais vantagens.

Há 1 mês, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu no Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, a implantação imediata, pelos municípios, do piso nacional do magistério. Haddad garantiu que, após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dos 3 pontos que tiveram sua aplicação suspensa por medida cautelar, o MEC vai avaliar os casos em que os municípios não tiverem condições de pagar o valor e, se necessário, fará a complementação.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, só aprovou a lei após a garantia dos recursos. Não foi um gesto irresponsável, mas louvável. O Ministro lembrou que o Governo Federal fez as contas antes da sanção da lei e está preparado para assumir as despesas. Foram feitas as contas de quanto o Governo investia no

antigo FUNDEF: em média, 500 milhões de reais por ano. Depois, de quanto a União está investindo no atual FUNDEB: neste ano, 5 bilhões e 100 milhões de reais; no ano que vem, 8 bilhões de reais.

Com esses valores que estão sendo aportados ao Fundo é possível pagar o piso salarial de R$950,00.

É preciso que os Prefeitos se convençam, Sr. Presidente, de que estarão prestando grande serviço à Nação se os professores tiverem destaque na sua cidade e forem vistos como as pessoas responsáveis pelo futuro do País. É a partir do professor que vamos motivar a escola pública, garantir o aprendizado e transformar a realidade. E a implantação do piso salarial de R$950,00, se necessário com a complementação do Governo Federal, é uma das medidas que vão contribuir para uma revolução educacional no nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSC-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Petrópolis, a nossa querida e majestosa cidade imperial, completa 166 anos no próximo dia 16. Toda a sua história tem início com o Imperador D. Pedro I, que se encantou pela montanhosa região e, em 6 de fevereiro de 1830, por 20 contos de réis, adquiriu a Fazenda do Córrego Seco.

Seu sonho era construir ali o Palácio da Concórdia, mas, com a abdicação do trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro II, ele partiu para Portugal e teve seu projeto abandonado.

Foi este retomado pelo seu filho D. Pedro II, o Imperador. O projeto abrangia a construção de um palácio imperial e a criação de uma colônia agrícola. Para tanto, foi contratado o Major de Engenheiros Júlio Frederico Koeler, que projetou cuidadosamente o palácio de verão da família imperial — hoje, o prédio que abriga o nosso emblemático Museu Imperial — e todo o plano urbanístico da futura cidade.

Assim, em 16 de março de 1843, D. Pedro II fundava a povoação de Petrópolis, arrendando ao major alemão Koeler as terras da fazenda do Córrego Seco. Para lá foram levados colonos alemães, que iniciaram a povoação do local e ergueram o povoado. Mais tarde, outros colonos foram chegando a Petrópolis: portugueses, italianos, franceses e ingleses.

Alguns de seus bairros, numa homenagem aos seus primeiros colonizadores, foram batizados com nomes de regiões da Alemanha: Bingen, Mosela, Morin, Quarteirão Ingelheim, Siméria, Castelânea.

Em 29 de setembro de 1857, Petrópolis foi elevada à categoria de cidade. Nesse período, o comércio e a indústria já estavam em pleno desenvolvimento, com 72 lojas e armazéns instalados no centro da cidade e mais de 90 indústrias em

funcionamento.

Cidade de vanguarda, em 1854, foi construída em Petrópolis a primeira estrada de ferro brasileira, ligando o Porto de Mauá a Raiz da Serra. Foi também a cidade serrana que inaugurou em 1861 a primeira estrada de rodagem do País — a União e Indústria —, que liga Petrópolis a Juiz de Fora. Em 1883, pela Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, o primeiro trem subia a serra.

Primeira cidade planejada das Américas com as fachadas frontais das casas voltadas para os rios, Petrópolis é uma referência histórica do Segundo Reinado. Centro político por natureza, Petrópolis foi a Capital do Estado do Rio de Janeiro no período de 1894 a 1903. Com a chegada da República, manteve a tradição de abrigar o Chefe de Estado, passando a receber os Presidentes do Brasil, a maioria no Palácio Rio Negro, onde recentemente ficou hospedado o nosso Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com vocação turística por excelência, instalada em meio à Mata Atlântica, a cidade é provida de exuberante natureza, clima ameno e rica arquitetura histórica e artística — é cercada por palácios e casarões —, que nos remete ao período do Império. Ela atraiu, e ainda atrai, turistas nacionais e internacionais, intelectuais e cientistas como Santos Dumont, Oswaldo Cruz (primeiro Prefeito da cidade), Nair de Tefé, Rui Barbosa, Barão de Mauá, Alceu Amoroso Lima, Gabriela Mistral, Stefan Zweig, Barão do Rio Branco e artistas como Vinícius de Moraes, Tom Jobim e muitas outras celebridades.

Petrópolis, a cidade de Pedro, também é um celeiro nas áreas de educação superior e tecnologia de ponta. Lá estão instaladas a Universidade Católica de Petrópolis e a Estácio de Sá, além da Faculdade Arthur Sá Earp Neto. A

implantação do Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC e do Petrópolis-Tecnópolis transformou a cidade num polo de tecnologia.

O turismo de compras é uma referência. O polo de modas, pelo seu *design*, qualidade e preço, atrai diariamente milhares de consumidores, que circulam pelo maior *shopping* a céu aberto do País, nas lojas de roupas e acessórios da Rua Teresa. Outros pontos de destaque e concentração da moda são os da Rua Paulo Hervê, no Bingen, e o da Feirinha de Itaipava.

Solidificando o seu pioneirismo, Petrópolis abrigou a primeira empresa moveleira legalizada no Brasil. Ela oferece uma diversificada linha de mobiliário, e o seu polo de móveis se concentra no bairro do Bingen e no distrito de Itaipava.

A produção agrícola tem uma grande influência na economia da cidade. Uma das principais atividades do setor primário é a olericultura, que se desenvolve nas regiões do Bonfim, Caxambu e distritos.

Acolhedora e hospitaleira, a cidade respira a nossa história. Os turistas se encantam ao visitar o Museu Imperial, a Catedral de São Pedro de Alcântara, a Casa de Santos Dumont, o Palácio de Cristal, o Trono de Fátima e o Palácio Quitandinha. Eles também podem apreciar os monumentos históricos: Casa da Princesa Isabel, Casa da Ipiranga, Palácio Grão Pará, Palácio Rio Negro, Palácio Sérgio Fadel e Casa do Barão de Mauá.

O turismo ecológico é outro atrativo que a cidade oferece com inúmeras opções, que vão desde banhos de cachoeira, caminhadas até a prática de esportes radicais. O ecorrural também faz sucesso, com destaque especial para a localidade do Brejal.

Atração à parte é a excelência da gastronomia que temos em Petrópolis, com

inúmeras opções e ótimos restaurantes. Em Itaipava, Corrêas, Nogueira e Araras, vamos encontrar o "Vale dos Gourmets", reunindo famosos *chefs*, que fazem da boa culinária um atrativo maior para a região.

As pousadas e hotéis acompanham as características da cidade serrana oferecendo instalações charmosas e aconchegantes aos hospedes.

Motivação para conhecer Petrópolis é que não falta. Que o exemplo de amor que os nossos imperadores tiveram por esta terra esteja refletido no coração de cada um de nós que também amamos Petrópolis, na defesa e preservação desse significativo patrimônio histórico do Brasil, não se permitindo que nossas raízes e tradições sejam apagadas e esquecidas.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar um grande amigo e estimado sacerdote de Petrópolis, que aniversaria nesta sexta-feira, dia 13: o Padre Luís Garcia Mello, pároco da paróquia de Santo Antônio e Santo Agostinho, em Nogueira. Que o seu trabalho pastoral e agregador que transforma a vida de tantos fiéis seja uma constante em sua caminhada, sob as bênçãos de Deus.

Parabéns, Padre Luís Mello! Parabéns, Petrópolis! Parabéns, povo petropolitano!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao licenciar-se da presidência da Comissão Executiva Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Deputado Michel Temer permitiu a ascensão ao posto da 1ª Vice a nossa colega Iris Araújo, ilustre representante de Goiás nesta Casa e uma das mais atuantes Parlamentares nas Comissões e no plenário.

Com isso, a Executiva elegeu para a vice-presidência o ex-Governador Joaquim Domingos Roriz, num reconhecimento aos seus méritos e ao incontestável prestígio que desfruta a Capital da República, à frente de cujos destinos, pela força do voto popular, esteve em 3 profícuos mandatos, projetando-se como gestor dos mais dinâmicos, responsável por inúmeras realizações de extraordinário alcance econômico-social.

Acompanhei de perto a administração de Roriz desde quando exerci o comando da última Comissão do Distrito Federal, no Senado Federal, antes de completar-se a autonomia política, assegurada nos termos da Carta Cidadã, que assinalou o nosso reencontro com o Estado Democrático de Direito.

Eleito Senador por expressiva votação, fatos emergentes fizeram-no renunciar ao mandato, sem que a sua projeção sofresse quaisquer crivos de desgaste, mantendo-se íntegra a sua reconhecida popularidade.

Na condição de membro fundador do PMDB, legenda pela qual me elegi 2 vezes para o Senado Federal, chegando a chefiar o Poder Legislativo do País, sentir-me no dever de registrar o retorno de Joaquim Roriz a uma função de relevo no cenário da vida partidária brasileira.

Acreditam os correligionários que ele voltará a disputar mandato eletivo no

pleito de 2010, a fim de sequenciar a sua carreira, momentaneamente interrompida e agora em processo de retorno à plenitude dos encargos, na qualidade de homem público, com destaque em todo o País.

Cumprimento, desta tribuna, o ilustre vice-presidente peemedebista, ao mesmo tempo em que a ele auguro febricitantes atividades como integrante da tradicional legenda, que teve em Ulysses Guimarães a figura de maior expressão, ao longo de mais de 40 anos de existência da sigla.

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST continua invadindo e destruindo a economia do Brasil.

Desde o início do Governo do Presidente Lula, entra ano e sai ano, as invasões de terras promovidas pelo MST vêm ficando cada vez mais intensas e destrutivas para a economia do Brasil. Infelizmente, pouco se vê em termos de reação por parte das autoridades federais para coibir esses crimes.

No início deste ano, o MST completou 25 anos de existência. De fato, vem mantendo a falsa bandeira da incansável luta pela reforma agrária, o que lhe permite permanecer impune das ações criminosas que cometeu ao longo de sua existência. Há tempos a organização não quer mais apenas um pedaço de terra e, sim, toda a terra. E, o que é pior, deseja as propriedades mais produtivas do País!

Com isso nos permitimos questionar se a real intenção do movimento é o nobre e justo desejo de assentar trabalhadores rurais desprovidos e desejosos de empreender uma atividade produtiva ou meramente de criar o caos na economia brasileira.

Com o respaldo que o atual Governo Federal parece proporcionar a esses movimentos, a sua agenda alarga-se a cada dia, e tudo é pretexto para agredir a propriedade privada; tudo é motivo para violar a lei, afrontar a Justiça, praticar crimes, homicídios, roubos diversos, depredações, e ainda sair impune.

Recentemente — pasmem V.Exas.! —, o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, deu declarações públicas, por conta de um confronto que resultou na morte de seguranças de uma fazenda em Pernambuco, durante o carnaval, por manifestantes dos sem-terra, condenando e

declarando a ilicitude do Governo Federal em continuar repassando recursos públicos para custear esses movimentos, sendo inclusive taxativo ao afirmar que *"financiamento público de movimentos que cometem ilícitos é ilegal e ilegítimo"*.

Nesta semana, talvez em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, mais de 300 militantes da Via Campesina (movimento ligado ao MST) promoveram a Jornada das Mulheres Camponesas contra o Agronegócio, simplesmente invadindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Houve tumulto, o vidro da porta de entrada do prédio ficou trincado, um funcionário ficou ferido, mas ficou tudo por isso mesmo.

Munidas de faixas e cartazes, as manifestantes, de forma agressiva, afirmaram que invadiram para protestar e denunciar a política agrícola do Governo, pois o Ministério estaria dando mais prioridade ao agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. E será que, nestes tempos de crise mundial, elas queriam que fosse o contrário?

Além disso, Srs. Parlamentares, simultaneamente à invasão do Ministério da Agricultura, esse movimento organizado, quase paramilitar, promoveu invasões em diversos Estados da Federação. Foram ocupadas terras da Votorantim Celulose, na Fazenda Aroeira, Estado do Rio Grande do Sul, que teve como consequência o corte de 1.600 árvores; de uma usina de açúcar em Barra, São Paulo, que faz parte do Grupo Cosan, uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do País, tendo sido a produção prejudicada; e de outra usina em Aliança, Pernambuco, que teve a sede e os outros 5 imóveis da fazenda queimados.

Só no Espírito Santo, em Barra do Riacho, aproximadamente 450 mulheres ocuparam as instalações portuárias da PORTOCEL, terminal privativo das empresas

Aracruz Celulose e a CENIBRA. A força de ocupação utilizou tinta, querosene e cupins para danificar o material encontrado no terminal, destruindo cerca de 2 mil toneladas de celulose. Resultado: no momento da invasão, o porto, que operava a plena capacidade, com 3 navios atracados, 1 composição ferroviária, 1 barcaça de madeira e 40 caminhões de celulose, teve de ficar paralisado por mais de 5 horas, deixando 150 trabalhadores parados e prejuízo enorme. E quem paga por isso? Todos ficam impunes? Qual a segurança que o Governo oferece para uma empresa privada trabalhar e gerar divisas para o País?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o MST até que empunhava uma bandeira justa: a reforma agrária. Mas, com o passar do tempo, seus argumentos primários foram se esvaindo e perdendo força. Para se ter uma ideia, até hoje o movimento já recebeu do Governo 22 milhões de hectares de terra, área equivalente a 5 Dinamarca. Mas as suas fileiras só aumentam! Seus integrantes também se especializam em realizar ações violentas. São vários os episódios de violação de domicílio, danos materiais e formação de quadrilha. E alguém será punido? Parece que não.

Segundo Dalmo de Abreu Dallari, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, *"não há como agir contra o MST, pois ele não passa de um agrupamento de pessoas"*. Ou seja, não adianta processar. Será, então, que o crime compensa?

O SR. RATINHO JUNIOR (Bloco/PSC-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *"para falar ao vento bastam quatro palavras; para falar ao coração são necessárias obras"*. (Pe. Antonio Vieira)

Falar ao coração do estudante e do povo paranaenses, sequiosos de conhecimentos e oportunidades, D. Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba, conseguiu de forma marcante e indelével. Munido de comovente abnegação e de espírito agregador, D. Manuel empenhou vigorosa dedicação para fundar uma universidade na Capital paranaense. E de seu sonho nasceu uma extraordinária obra: a Universidade Católica do Paraná.

Para edificar uma obra tão grandiosa, um longo caminho, pavimentado por muito trabalho, desprendimento e amor, teve de ser percorrido. Quando chegou a Curitiba, em 1950, D. Manuel já antevia a cidade como um modelo para o Brasil, especialmente nas áreas de educação e cultura. Com singular visão de futuro e notável perseverança, o arcebispo instituiu a Sociedade Paranaense de Cultura, já vislumbrando a realização de seu projeto de implantação da grande universidade.

Nove anos depois, no histórico dia 14 de março de 1959, a materialização do sonho: o Conselho Diretor da Sociedade Paranaense de Cultura (SPC), presidido por D. Manuel, cria a Universidade Católica do Paraná, reunindo sob única orientação as instituições de ensino superior católicas, entre elas a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem Madre Léonie, as Faculdades de Direito e a Faculdade de Ciências Médicas.

No ano seguinte, o Ministério da Educação aprova o estatuto da SPC, e D. Jerônimo Mazzarotto é investido na função histórica de primeiro Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná. D. Jerônimo permaneceu à frente da universidade

até 1973, quando a administração foi passada à Congregação Marista. O novo Reitor, Prof. Osvaldo Arns, permaneceu no comando até 1986, um ano após a universidade receber o título de Pontifícia. Na administração seguinte, entre 1986 e 1998, o Reitor Euro Brandão iniciou a expansão da universidade, com a implantação do *campus* II, de São José dos Pinhais.

O atual Reitor, Irmão Clemente Ivo Juliatto, sucessor de Euro Brandão, intensificou o plano de expansão e levou a universidade às cidades de Londrina, Toledo e Maringá, além de ampliar a sua área de atuação, ao ofertar diversos cursos de mestrado e doutorado.

Hoje, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná é uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil. Carinhosamente conhecida por todos como PUC Paraná, é sinônimo de sucesso e excelência. A instituição é modelar para o sistema educacional e precioso patrimônio da cultura nacional.

Para dimensionar sua representatividade e sua importância no âmbito da educação, basta evidenciar alguns dados: são cerca de 30 mil alunos matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, extensão, sequenciais, técnicos, cursos a distância, 62 cursos de graduação, 22 programas de pós-graduação *stricto sensu* e mais de 150 cursos de pós-graduação *lato sensu*, distribuídos em seus 5 *campi*, e convênios firmados com 60 instituições de ensino superior em 13 países.

Esses números superlativos nos autorizam a afirmar que é impossível dissociar a história recente do Paraná do crescimento da instituição. Afinal, o seu significado é muito mais amplo do que salas e laboratórios. É o símbolo da transformação do simples anseio em obra sólida. É a pura disseminação do conhecimento que contribui para a redução das desigualdades, e a valorização do

ensino que proporciona a inclusão social, a propagação da solidariedade, da justiça e do compartilhamento.

Sr. Presidente, eminentes Deputadas e Deputados, não é difícil perceber que temos infinitos motivos para homenagear a PUC Paraná. No entanto, mais do que render homenagens, temos acompanhado com a máxima atenção os projetos apresentados pela instituição junto aos órgãos governamentais e envidado esforços pela aprovação das propostas que possam consolidar a sua missão.

Sempre com os olhos voltados para o futuro e pautada pela inovação tecnológica, a PUC desenvolve pesquisas avançadas em diversos campos do conhecimento, entre eles nas áreas de saúde (câncer, cardiopatias e genética) e de energia (*biodiesel*). Com o apoio do Ministério da Saúde, desde 2004 a universidade desenvolve pesquisas com células-tronco. Participam dos experimentos pacientes com cardiopatia, inclusive portadores de insuficiência cardíaca terminal.

Outra proposta promissora que conta com o nosso integral apoio é a da implantação do Parque Científico e Tecnológico (TECNOPUC). O projeto encontra-se na primeira fase de desenvolvimento e tem o objetivo de criar uma comunidade de pesquisa e inovação que envolve a academia, as empresas e o Governo. Os ganhos são imensuráveis, pois há estímulo à competitividade do setor produtivo, uma expressiva melhoria da qualidade de vida das comunidades e claro auxílio ao Brasil para atingir um novo patamar entre as potências mundiais do setor de Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, reitero as minhas congratulações à PUC Paraná pelo seu aniversário e a todos os que ajudaram a transformá-la neste colosso da educação. Aproveito, para finalizar este pronunciamento, as sábias palavras de D. Helder

Câmara, que traduzem à perfeição a irretocável história da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Afinal, a despeito de sua espetacular condição atual, muitos obstáculos foram removidos até alcançar este seu primeiro cinquentenário. Disse Dom Helder: *"É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca".*

Obrigado.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repercutiu de forma muito positiva o Projeto de Lei nº 4.524, de 2008, de nossa autoria, que estabelece limites de intensidade sonora para tocadores pessoais de música em formato digital.

O texto da proposta traz em seu art. 1º a proibição e a comercialização de tocadores pessoais de música em formato digital cujo volume ultrapasse 90 decibéis. E também obriga que todos os aparelhos especificados deverão ter inscrição, alertando para os riscos do uso prolongado em alto volume.

Em seu parágrafo único inclui-se também a proibição de aparelhos de múltiplas funções capazes de reproduzir música em formato digital.

Com o advento da tecnologia digital e áudio, os equipamentos de som se tornam cada vez menores, e os campeões de venda, preferidos das crianças e adolescentes, são estes miniaturizados aparelhos, MPs, Ipods e celulares de ultima geração. Estes são aparelhos que incorporaram a música no dia-a-dia das crianças, jovens e adolescentes, seja na rua, seja nos ônibus, seja nas academias, seja nos *shoppings,* e se tornaram um indispensável objeto que dita à moda.

Junto com esses avanços tecnológicos vieram também o aumento dos problemas auditivos, como apontam os dados registrados pelo Grupo de Apoio a Pessoas portadoras de deficiência auditiva, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, cujos números revelam que, nos últimos 5 anos, houve um aumento de 20% de jovens com menos de 20 anos atendidos pelo serviço. A Sociedade Brasileira de Otologia — SOB, com a Campanha Nacional de Saúde Auditiva, visa esclarecer e conscientizar a população acerca dos principais sintomas da perda de audição e dos cuidados com a saúde auditiva. A entidade aponta que a

exposição a sons intensos é responsável pela perda de audição em cerca de 35% dos casos. Sabemos que o ruído acima de 85 decibéis provoca um trauma muito grande no ouvido médio e no ouvido interno, principalmente quando o fone é introduzido diretamente no canal auditivo. A exposição a esses ruídos por longos períodos é o que provoca a perda gradual da audição.

Com a popularização dos tocadores de mídia digital portáteis, as próximas gerações correm o risco de desenvolver problemas de audição precocemente. Futuramente poderemos ter uma geração portadora de doenças auditivas mais intensas, por causa do longo período de exposição diária aos ruídos. Alguns aparelhos de MP3 têm potência de até 130 decibéis, que é quase a mesma potência de uma turbina de avião. Segundo estudos recentes que relacionam a poluição sonora a sintomas como hipertensão arterial, insônia, doenças psicológicas e irritabilidade, em adolescentes estes sinais contribuem para a queda do rendimento escolar. Sabemos de casos de jovens que dormem com fones de ouvido e ficam expostos ao ruído intenso por muitas horas diariamente. Este hábito. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pode prejudicar o sono, provocando a irritabilidade e a queda do rendimento escolar. O volume seguro para ouvir música corresponde a um quarto da potência máxima do equipamento. Além disso, também pode-se preservar a saúde auditiva utilizando fones de ouvido externos, que são menos agressivos.

Entendo que o tema da propositura desencadeou um debate mais amplo sobre saúde auditiva no Brasil. Diversos depoimentos foram postados em fóruns na Internet opinando sobre a proposta. Diversos veículos de comunicação e agências de noticias trouxeram à luz esse grave problema sobre as doenças auditivas, sendo necessário que a discussão continue, para que políticas públicas de saúde busquem

alternativas e soluções, a fim de que a saúde auditiva do cidadão não se transforme em um grave problema de saúde publica.

É preciso incentivar ainda mais o debate sobre esta situação, pois a Organização Mundial da Saúde estima que 10% da população do planeta sofrem de deficiência auditiva. Só no Brasil, são 15 milhões de pessoas convivendo com o problema. Desses, 350 mil têm deficiência auditiva severa em crescimento constante. Por conta disso, os serviços de atenção à saúde auditiva do Ministério da Saúde tiveram sua rede aumentada em 236%, entre 2005 e 2008, sendo que, entre os serviços de atendimento à pessoa com algum tipo de deficiência física, o serviço de saúde auditiva foi o que mais recebeu recursos: cerca de R$150 milhões de reais.

Dessa forma, entendo que o melhor caminho para conter os avanços de novas doenças ainda é a informação. Ela deve expor para a população os riscos de determinados hábitos, dentre eles a utilização de fones de ouvido e aparelhos em volume acima do permitido.

O objetivo agora é trabalhar para que seja aprovado o projeto de lei, que será analisado pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania, assim como empreender outras ações a favor da saúde auditiva no Brasil.

Sr. Presidente, solícito que este meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO CHUCRE (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, os jornais divulgaram os novos números da economia brasileira, os quais revelam considerável queda do PIB do País. Os índices caíram como uma bomba sobre o Governo Federal e demonstram sua total incompetência no enfrentamento da crise financeira. Desde o início, o Palácio do Planalto tentou tapear a população e desmerecer o tamanho da crise.

O Governo não fez uma radiografia real da crise e subestimou seu impacto na economia brasileira. O Presidente Lula tratou o problema como se fosse dos outros e tirou de si a responsabilidade de adotar medidas para tentar proteger a economia brasileira.

O pavoroso resultado está aí, e não há mais como escondê-lo. Ontem, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi pressionado a reconhecer em entrevista coletiva que estimou mal e que o País não deverá crescer em 2009 os 4% que havia previsto no início da crise.

Depois do resultado divulgado pelo IBGE, o mercado, que estava trabalhando com um PIB de no máximo 2,5%, passou a projetar um crescimento pífio, entre zero e 1%.

Mesmo após o início da crise, o Governo brasileiro continuou aumentando muito o gasto público: majorou o salário de funcionários e admitiu novos servidores, entre outras ações. Suas medidas inconsequentes reduzem agora a capacidade de ampliação dos investimentos públicos para reduzir o impacto da crise.

A queda do PIB expôs de forma evidente o erro governamental e demonstrou o conservadorismo exagerado do Banco Central na gestão dos juros, principalmente

na redução da Taxa SELIC de 13,75% para 12,75%. Ontem, por causa do susto causado pelos desastrosos números do PIB, o Comitê de Política Monetária decidiu reduzir a taxa básica de juros em 1,5 ponto percentual, passando-a para 11,25% ao ano. O corte demonstra ainda cautela do Banco Central, mas revela que o banco está tentando remediar os erros do passado.

Muito obrigado.

A SRA. ANA ARRAES (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde a semana passada, estamos acompanhando o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, numa verdadeira maratona de 9 dias por 38 Municípios do sertão do nosso Estado. As ações são de inauguração de obras, assinaturas de ordens de serviço, entrega de moradias populares, distribuição de sementes, lançamento de edital para reforma e construção de escolas, serviços de saneamento, abastecimento de água e construção de novas rodovias, num projeto ousado de chegar a 2010 com todos os Municípios do Estado com acesso asfaltado.

Numa alusão à profecia de Antonio Conselheiro, o Santo Antonio do Mar, que dizia que *"o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão*", no caso de Pernambuco, o sertão está se transformando num mar de obras e ações, revertendo-se uma triste tradição de se fazer obras apenas no litoral ou na região metropolitana.

Essas ações estão sendo feitas em todo o sertão do Estado, e não têm coloração partidária. O Governador fez questão de visitar pessoalmente e realizar ações nos grotões, onde a maioria do povo não via uma obra estadual há muitos anos. Alguns lugares esquecidos pela gestão pública, onde não são poucos os relatos dos populares que afirmam nem sequer lembrar de quando um Governador passou por suas terras.

As ações do Governo Eduardo Campos seguem a trilha deixada pelo seu avô, o meu pai, Miguel Arraes. Ele que nunca viu nem estabeleceu diferença entre o homem da cidade e do campo. Que respeitou a todos e conviveu com todos, sem distinção de opção partidária ou ideológica. Um homem público acostumado à união dos contrários, em que pese o fato de ter sido preso e exilado do regime militar.

Em Pernambuco, os passos dados pelo Governo do Estado vão no sentido de fazer nascer um novo Pernambuco, com oportunidades iguais em todas as regiões. O Governador não cumpre pelo sertão uma agenda pessoal de inaugurações ou ações pontuais. São ações institucionais, de governo, com protocolo, papel passado e compromissos de Estado. Nessas visitas, não está sendo assinado um documento ou uma ordem de serviço que não estejam calcados no orçamento e que não represente de fato o início da obra. O Governador não está fazendo promessas ou pagando dívidas de campanha política; está, sim, pagando dívidas históricas do Estado com um povo que se sentia e já se via esquecido da presença do Poder Público.

Agora é hora de um novo tempo, e o Governador Eduardo Campos tem consciência disso, ao olhar no olho de cada sertanejo ou sertaneja. Não há mais um olhar triste, de alguém que está pedindo ou recebendo benesses. Há um olhar determinado, de homens e mulheres que querem fazer a sua história e sabem cobrar as obrigações do Estado.

O Governador não está no sertão distribuindo abraços nem antecipando campanha política. Está marcando a presença do Estado numa região antes castigada pela seca e que hoje se credencia em um novo quadro de potencialidades, num mundo castigado por uma grave crise.

Nas andanças pelo sertão, o Governador Eduardo Campos tem dito que não vai ficar lamentando ou remoendo os problemas gerados pela crise. Vai, sim, dar a sua parcela de contribuição para construir um Pernambuco melhor, apesar da crise.

Desde o início de sua gestão, o Presidente Lula soube identificar e valorizar o potencial de cada Estado. E Pernambuco não vai abrir mão de sua tarefa histórica.

As oportunidades geradas pelas ações do Governo vão ser permanentes. Não precisam de placa nem de cartaz. São ações para o futuro, num Estado que sempre soube preservar a sua história.

Por isso, lado a lado com o povo, do litoral ao sertão, há uma nova história sendo escrita em Pernambuco, seja na diminuição dos índices históricos de violência, seja na transformação do sertão em um canteiro de obras. Pernambuco é um novo lugar, de novas oportunidades, com uma economia em franca expansão e um povo forte e altivo.

Pernambuco não vai deixar passar mais uma oportunidade de crescer como um todo. Não vai ficar olhando para trás, para os fatos menores e que não tiveram lugar na sua brilhante história.

É assim que fazemos Pernambuco. É assim que Pernambuco se faz.

Muito obrigada.

O SR. VITOR PENIDO (DEM-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para fazer um breve registro da posse, ocorrida no dia 6 de março passado, da nova Diretoria da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna, composta por 39 municípios, associação de extrema importância para o desenvolvimento daquela região de Minas Gerais. Sem dúvida, a entidade soube se fortalecer ao longo do tempo, demonstrando seriedade no atendimento às Prefeituras e, principalmente, cumprindo seu papel de fomentar a integração em busca do progresso dos municípios associados.

Quero cumprimentar o recém-empossado Presidente da entidade, Prefeito de Chácara, Vagner de Oliveira, cujo perfil de homem íntegro e trabalhador não deixa dúvidas de que a sua gestão será plena de conquistas. O Prefeito Vagner é um daqueles valorosos homens que ajudam a fazer de Minas um Estado mais próspero. Ele, assim como eu, é um municipalista, que acredita que os municípios menores têm que unir forças. Ainda que pareça uma expressão qualquer, nesse caso, trata-se da mais absoluta verdade: apenas a união faz a força dos pequenos municípios.

Vagner de Oliveira será auxiliado nesta empreitada pelo Prefeito de Coronel Pacheco, Edelson Sebastião Fernandes Meirelles, empossado como 1º Vice-Presidente da AMPAR. Trata-se de um homem igualmente interessado no fortalecimento dos municípios, um homem que escolheu servir ao povo de maneira honesta, livre de qualquer vaidade que o cargo possa oferecer. Talvez por isso, por sua simplicidade, por seu entusiasmo, a população da pacata Coronel Pacheco tenha reconhecido nele um líder, que certamente tem conduzido o município por

caminhos muito mais prósperos, e imprimirá essa marca, agora, neste desafio como vice-presidente da AMPAR.

E, para nos dar uma certeza ainda maior de que essa nova diretoria da AMPAR se revelará acima de nossas expectativas, elegeu-se no cargo de 2º Vice-Presidente da entidade o Prefeito de Belmiro Braga, Paulo Fernando de Barros Pinto.

Registro meus sinceros votos de sucesso à Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra — ACISPES, cujo presidente do Conselho de Administração também foi empossado na mesma solenidade da AMPAR. Que o seu presidente, Prefeito de Ewbanck da Câmara, Paulo Mendes Soares, consiga atingir as metas que trarão benefícios às comunidades que necessitam do Poder Público na assistência à saúde.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar e agradecer a presença, em Chácara, do amigo e correligionário, Dr. Romilton Faria, que me acompanhou neste memorável evento. Dr. Romilton, exerceu a vereança em Juiz de Fora por 3 mandatos, onde pôde consolidar suas 2 vocações: a de médico e a de político. Muitas vezes, no exercício do mandato, ele emprestou à população a solidariedade e o afeto que estão na essência do profissional de medicina. Como político, ele demonstrou sensibilidade para identificar as aspirações populares, e a elas deu acolhida, por meio de uma série de iniciativas, todas elas sempre muito bem resolvidas.

Enfim, Sr. Presidente, para encerrar, registro que este evento fortaleceu ainda mais o sentimento do municipalismo que sempre me acompanhou. Estiveram presentes os seguintes Prefeitos da região: José Milton de Carvalho Rocha, Prefeito

de Conselheiro Lafaiete; Wagner F. Dutra, Prefeito de Miradouro; Lair Silvas, Prefeito de Guarará; Valdir B. de Barros, Prefeito de Dores de Turvo; Jânio David Lemos, Prefeito de Silveirânia; Edelson Sebastião F. Meirelles, Prefeito de Coronel Pacheco; Edgar Xavier de Souza, Prefeito de Santana de Cataguases; Gil Roberto F. Martins, Prefeito de Divinésia; Luiz Carlos da Rocha, Prefeito de Antônio Prado de Minas; Rogério Lopes de Castro, Prefeito de Piau; Paulo Mendes Soares, Prefeito de Ewbank da Câmara; Jair Ferreira de Rezende, Prefeito de Mar de Espanha; Fernando A. Coimbra, Prefeito de Recreio; Luiz Carlos Marques, Prefeito de Matias Barbosa; Rômulo Augusto dos Reis Carvalho, Prefeito de Eugenópolis; Paulo Fernando de B. Pinto, Prefeito de Belmiro Braga; Honório de Oliveira, Prefeito de Bicas; Edson Curi, Prefeito de Rosário da Limeira; Geraldo Coutinho de Oliveira, Prefeito de Goianá; Luiz Fernando de Oliveira, Prefeito de Descoberto; Fábio Nogueira Machado, Prefeito de Santa Bárbara do Monte Verde; Idílio Neves Moreira, Prefeito de Pedro Teixeira; Eloiz Massi, Prefeito de São Sebastião da Vargem Alegre; Ricardo César Cândido da Silva, Prefeito de Rochedo de Minas; Vagner Fonseca Costa, de Maripá de Minas; Elio Lopes dos Santos, Prefeito de Guidoval; Ariane Camilo Cerqueira Barbosa, Prefeita de Lamim; Carlos Coridon de Araújo, Prefeito de Fervedouro; Domingos Riveli Nogueira, Prefeito de Brás Pires; Ilário Aparecido Lacerda, Prefeito de Oliveira Fortes; Hitler Vagner Cândido de Oliveira, Prefeito de Chácara; Hermínio José Guterres Rodrigues, Prefeito de Senador Cortes.

Também estiveram presentes os seguintes Vice-Prefeitos: Wilson Almeida Augusto, Vice-Prefeito de Santana do Deserto; Carlos Roberto de Castilho, Vice-Prefeito de Piau; Juscélio Fernandes de Oliveira — o Bilin —, Vice-Prefeito de

Chácara; Wolney Sarto, Vice-Prefeito de Bicas; Antônio Lucas P. Neto, Vice-Prefeito de Coronel Pacheco; Marcílio V. Pacheco, Vice-Prefeito de Mar de Espanha; Estevam de Assis Barreiro, Vice-Prefeito de Goianá; Sebastião Machado, Vice-Prefeito de Maripá de Minas.

Mais uma vez, o associativismo demonstra que só a união nos levará à obtenção de resultados, contribuindo, assim, para a construção de um Brasil melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Estado do Amazonas, ocupo a tribuna para tratar de 3 assuntos que considero da mais alta relevância para o meu Estado do Amazonas.

O primeiro refere-se à reunião da bancada do Amazonas em que tivemos a oportunidade de eleger o Senador petista João Pedro para coordenador da bancada. Eu fui alçado à subcoordenadoria da bancada do Amazonas. No último ano a coordenação ficou a cargo do Deputado Átila Lins.

Para este ano temos algumas prioridades, dentre as quais a conclusão da BR-319, a firme e intransigente defesa do Polo Industrial de Manaus e a manutenção do curso de medicina da Universidade Federal do Amazonas — UFAM, ameaçado pelo Ministério da Educação de ser fechado. É claro que os grandes problemas e as grandes dificuldades de nossa gente nós não vamos deixar para trás. Nesse sentido, nós, os 8 Deputados e os 3 Senadores do Amazonas, junto com toda a bancada nortista, vamos lutar pela ampliação do Programa Luz para Todos e da Telefonia Celular para atender a todos os amazônidas e amazonenses.

Sr. Presidente, o segundo tema que gostaria de abordar diz respeito ao seguinte: sou membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que conta com mais de 250 Deputados. Já coloquei minha assinatura aderindo ao movimento pela moralidade na política brasileira, por entender que um homem público deve ser o mais correto possível. Nesse sentido, orgulha-me ser um homem honesto, íntegro e correto, lição que aprendi, Sr. Presidente, com meu pai, Serafim, e minha mãe, Lídia. Carrego a moralidade no meu sangue, na minha genética.

A Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, como uma das primeiras

iniciativas, quer pressionar o Supremo Tribunal Federal para que não anule 10 mil processos de improbidade administrativa envolvendo políticos em todo o País. A Frente Anticorrupção foi relançada com o apoio de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, a Organização das Nações Unidas — ONU e a ONG Transparência Brasil. A Frente foi criada em 2004, antes dos escândalos do mensalão e dos sanguessugas, e tinha sido arquivada no fim da Legislatura passada, conforme prevê o Regimento desta Casa legislativa.

O último assunto, Sr. Presidente, que quero abordar neste pronunciamento é sobre o companheiro socialista, Deputado Ciro Gomes, que nos dias 27 e 28 deste mês confirmou que vai estar em Manaus, para um seminário sobre a crise econômica.

O Deputado Federal Ciro Gomes é um dos quadros mais preparados da política brasileira. Com larga experiência, tendo inclusive ocupado praticamente todos os cargos da administração e da política, já que foi Deputado Estadual, Prefeito, Governador e Ministro mais de uma vez.

Hoje, Ciro Gomes é Deputado Federal e já foi 2 vezes candidato à Presidência da República.

Sr. Presidente, ele começa a correr o Brasil para mostrar a sua visão em relação à crise que derrubou o PIB brasileiro em 3,6% no último trimestre, reduzindo mais de 700 mil vagas com carteira assinada, elevando os níveis do desemprego e ameaçando levar o Brasil a uma recessão já no segundo trimestre.

Sr. Presidente, feito esses registro, peço a V.Exa. que determine a ampla divulgação desta nossa fala nos órgãos de comunicação desta Casa e no Programa *A Voz do Brasil.*

Era o que tinha a dizer.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, decorridos apenas 30 dias do mandato do ex-Senador Barack Obama na Presidência da República dos Estados Unidos, à qual ascendeu consagrado pelo apoio caloroso de mais de 60 milhões de americanos, e a expectativa otimista da maior parte das nações, no clímax de uma crise econômica e financeira de dimensão mundial, a mais grave da história dos Estados Unidos, seu desempenho, no exercício da Presidência, foi analisado com severidade por alguns dos maiores economistas das Américas e da Europa, e nos editoriais dos seus mais influentes jornais.

Um julgamento, deve-se reconhecer, emocional e de certa forma precipitado, considerando-se o pouco tempo de atuação do primeiro negro a presidir a mais poderosa nação do mundo. É de justiça lembrar que, apesar do reduzido período decorrido, o Presidente Barack Obama demonstrou, dia a dia, extraordinário empenho na busca de medidas para atenuar as proporções da crise, hoje motivo de preocupação não só para os norte-americanos como para as comunidades de quase todos os países.

Empenhando em reduzir, a curto prazo, os efeitos devastadores da debacle econômico-financeira que herdou do seu antecessor, o Presidente Barack Obama conseguiu a aprovação, em 10 de fevereiro último, do Plano de Estabilização Financeira, que tem por objetivo destravar o crédito, com a destinação de 2 bilhões e 200 milhões de dólares. E foi mais além: na madrugada de 14 de fevereiro, depois de tensas negociações no Congresso dos Estados Unidos, conseguiu a aprovação de um plano fiscal de 787 milhões de dólares, para reativação da economia real, considerado o maior programa de impulso fiscal adotado no país, desde a Grande

Depressão. A este ambicioso plano está associada uma ampla redução tributária e de gastos diretos, com forte ênfase na execução de colossais projetos de obras de infraestrutura, para criação de mais de 4 milhões de empregos até o final do ano de 2010.

Anunciou ainda bilionário plano de ajuda aos devedores de hipotecas, com destinação imediata de 200 milhões de dólares para capitalizar a Freddie Mac Y Founic Mac, além de 75 milhões de dólares direcionados a pessoas físicas, beneficiando 9 milhões de famílias ameaçadas da perda de suas moradias pela impossibilidade de honrar os financiamentos obtidos. O Presidente Barack Obama anunciou mais: que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos vai começar a ordenar aos empregadores que reduzam o volume de impostos dos contracheques dos trabalhadores, em conformidade com o plano de estimulo à economia. Com esta medida, uma família terá pelo menos um ganho de 65 dólares mensais, a partir de 1º de abril vindouro. A iniciativa é parte do pacote de 787 bilhões de dólares sancionado pelo Presidente, e por ele considerado o primeiro passo para que os norte-americanos recuperem seu poder aquisitivo.

Foi mais além: prometeu destinar 275 bilhões de dólares para socorrer milhares de famílias ameaçadas da perda de seus imóveis por inadimplência.

Mas o desafio maior com que se defronta o sucessor de George Bush, no comando da mais poderosa nação do mundo, é a difícil situação do sistema bancário dos Estados Unidos, que está colocando em risco instituições do porte do Citibank — do grupo Citigroup, um dos 3 maiores dos Estados Unidos, o que levou o governo a decidir pela participação no seu controle operacional, com a aquisição de 36% das suas ações.

Dada a gravidade dos problemas enfrentados por muitos bancos americanos, em recente encontro com o grupo de diários da América (jornais), o GDA, em Nova York, 2 Prêmios Nobel de Economia, Joseph Stiglitz e Edmund Phelps, chegaram a admitir o fim dos grandes bancos privados dos Estados Unidos.

Edmund Phelps foi categórico:

> *"Necessitamos de novos bancos, porque os que temos, atualmente, não satisfazem. Não são úteis para o que necessitamos. Precisamos de um novo tipo de bancos, capazes de operar com financiamentos a longo prazo. Necessitamos, sobretudo, retornar ao estilo de bancos locais e regionais. E esta é a oportunidade. Não há justificativa, para que o governo siga colocando dinheiro em bancos com problemas."*

Já Joseph Stiglitz, embora menos radical, admitiu que não há outro caminho senão o da nacionalização.

Além dos problemas que afetam o sistema bancário, vem sendo motivo de preocupação para a equipe econômica do Presidente Barack Obama a ocorrência, dia a dia, de novos abalos econômicos que levam as principais bolsas do mundo a registrar quedas elevadas, como ocorreu no inicio de março corrente, ao serem anunciados sérios problemas na AIG, a maior seguradora do mundo, sediada nos Estados Unidos. A AIG apresentou em seu último balanço prejuízos alarmantes, um problema a mais para o Tesouro norte-americano. E dias antes, foi divulgada a pior queda, em 25 anos, do PIB dos Estados Unidos, referente ao último trimestre de 2008, da ordem de 6,2%, o nível mais baixo desde a recessão de 1982, superando

em muito a estimativa do Departamento do Comércio, que previa uma redução de 3,4%.

Analisando a crise, o respeitado economista John Ruding, da RDQ, disse, em entrevista ao New York *Times,* que *"esta é, com certeza, a maior recessão vivida pelos Estados Unidos, no pós-guerra, e a mais profunda também".*

Na Europa, domina igual sentimento de frustração. Preocupados com a extensão dos problemas que vão surgindo, os governantes da França, da Grã-Bretanha, da Itália, da Espanha e da Holanda reuniram-se, em Berlim, no final de fevereiro, com a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, para decidir sobre novos planos para o enfrentamento da crise.

Ao final desse encontro, foi anunciada a elaboração de um pacote consensual de 7 proposições, desde o controle dos mercados financeiros a um maior rigor na concessão dos financiamentos do Fundo Monetário Internacional.

A reunião em Berlim convergiu principalmente para um acerto de posições unitárias dos governantes da União Europeia, com vistas ao próximo encontro do G-20, a realizar-se em Londres, em 2 de abril vindouro, reunindo os países do G-8, da União Europeia e outras 11 nações emergentes, entre elas o Brasil, a Argentina e o México.

A Chanceler alemã, Angela Merkel, explicou que com as medidas aprovadas buscou-se a estabilização da economia. E acrescentou:

> *"A ideia é de que se possa recuperar a confiança dos mercados o quanto antes, o que até agora não conseguimos, e lograr instaurar uma nova arquitetura financeira mundial."*

No tocante aos Estados Unidos, o sentimento predominante na União Europeia é de que o Presidente Barack Obama está no caminho certo e vai superar os grandes desafios a que vem sendo submetido o seu governo. Otimista, o Presidente Barack Obama continua a garantir ao povo americano:

> *"Os momentos mais difíceis da crise caminham para a normalidade. Uma nova era de responsabilidade está em marcha."*

Saúde, energias renováveis, (que reduzam a dependência do país ao uso do gás e do petróleo) e a educação são as metas de prioridade, as metas de prioridade máxima do governo.

E assegura mais, que o déficit do país será reduzido a 533 bilhões de dólares até o final do mandato presidencial. Para tanto, não vacilará pôr em prática uma sucessão de medidas corretivas. Dentre outras, a supressão de gastos supérfluos, o aumento dos impostos para os americanos mais ricos e a modificação de alguns impostos corporativos, marcando um forte contraste com a era Bush, caracterizada por forte e maciça carga tributária.

Com esse sentimento de otimismo e possuído do firme propósito de enfrentar desafios, por maiores que eles sejam, as criticas ao seu desempenho, em apenas 1 mês de gestão, foram, sem dúvida alguma, precipitadas, mesmo admitindo-se que a crise econômica e financeira, que vem abalando o sistema capitalista mundial, ainda está longe do seu término. Há ainda problemas sérios e graves a superar nos Estados Unidos, resultantes dos abalos registrados no sistema bancário nacional, que conta com 8 mil e 300 bancos, dos quais 252 estão à beira da falência, 14 já quebraram e 25 estão em situação extremamente vulnerável. Há, todavia, confiança

em um plano governamental de socorro a essas instituições, para que encontrem meios de recuperação e voltem a operar com plena normalidade.

Para tanto, existe uma convergência de esforços com vista a retomada do desenvolvimento e da prosperidade, vencendo o medo, as frustrações e a depressão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a redução dos preços da gasolina e do óleo *diesel* continuam sendo motivo de preocupação da sociedade, conforme mencionei da tribuna nesta semana.

Na ocasião, ressaltei que, apesar da queda de quase 70% no preço do petróleo desde o pico de 147 dólares registrado em julho de 2008, o consumidor ainda não foi beneficiado com a redução do preço dos derivados do petróleo.

E ontem, quarta-feira, o Presidente da PETROBRAS, José Sergio Gabrielli, em entrevista à *TV Brasil*, declarou que, para que haja a queda nos preços, não basta que o preço do barril do petróleo se mantenha no patamar atual, em torno dos US$40 o barril.

Segundo ele, a estatal reduziria os preços do *diesel* e da gasolina comercializados no mercado interno apenas se os preços do barril do petróleo e o câmbio se mantiverem estáveis nos patamares atuais por um prazo de 3 a 4 meses.

Os preços serão reduzidos, portanto, se houver estabilidade dos preços internacionais do petróleo e do câmbio.

Realmente, não me convenci. O barril do petróleo está cotado há pelo menos 4 meses abaixo de US$50 no mercado internacional, e vejo nisso claros sinais de estabilidade.

Sr. Presidente, a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados preparou estudo sobre a redução dos preços da gasolina e do óleo *diesel* na refinaria, e considero pertinente expor alguns dados importantes sobre o assunto, de modo que a sociedade possa entender o porquê da minha insistência no sentido de que o Governo Federal intervenha nessa questão.

Primeiramente, a Consultoria destaca que, após liberação do mercado de combustíveis, em 2002, a PETROBRAS vinha mantendo preços da gasolina e do óleo *diesel* compatíveis com os do mercado internacional. A consequência dessa prática, segundo a Nota Técnica que tenho em mão, foi um grande aumento na capacidade de investimento e na lucratividade da empresa nos últimos anos.

Assim, a expectativa dos consumidores é de que o histórico de preços na refinaria compatíveis com os do mercado internacional seja mantido, tanto em períodos de alta da cotação do petróleo como em períodos de queda.

Confirma o estudo, conforme já havia mencionado nesta tribuna, que, nos últimos meses, foi grande a redução dos preços do petróleo no mercado internacional. Em julho de 2008, o preço médio do barril de petróleo foi de US$121,84, e agora gira em torno de US$40.

No ano de 2008, o barril do petróleo apresentou um preço médio de US$99,65. O estudo indica que, se o preço médio ao longo de 2009 for de US$40, haverá uma redução, no preço em dólar, de cerca de 60%. Já se o preço médio for de US$50, conforme prevê a maioria dos analistas, a redução será de cerca de 50%.

Além da desvalorização do petróleo, houve depreciação do real. A taxa média de câmbio de 2008 foi de R$1,833 por US$1,00. Em 2009, a taxa de câmbio tem se mantido em R$2,35 por US$1,00. Isso representa valorização do dólar em relação ao real de 28%, aponta a Consultoria, que diz mais:

> *"Admitindo-se essa desvalorização do real e uma desvalorização do petróleo de 50%, a redução no preço do barril, em reais, é de 36%. Caso a variação do preço da gasolina e do óleo* diesel *na refinaria seja proporcional*

à variação do preço médio do barril de petróleo, evidentemente, seria justa uma redução também de 36% no preço de realização desses combustíveis".

O preço médio da gasolina na refinaria de R$1,039, em 2008, deveria ser reduzido para R$0,67, em 2009. Já o preço médio do óleo *diesel* na refinaria de R$1,245, em 2009, deveria ser reduzido para R$0,80, em 2009.

Vejam bem, Sras. e Srs. Parlamentares: é justa a reivindicação por uma queda nos preços dos derivados de petróleo, e a PETROBRAS não tem como fugir disso. Se não houver essa redução, pode-se dizer que ela está usando, indevidamente, sua "infraestrutura monopolista" de transporte e de refino.

E, mais: a consultoria técnica da Câmara dos Deputados nos chama a atenção para o fato de que essa infraestrutura foi construída, principalmente, ao longo do período em que a PETROBRAS exercia legalmente, em nome da União, o monopólio estatal do petróleo.

O consumidor final de gasolina e de óleo *diesel* não vê com bons olhos que se pratique, na refinaria, preços, na média, maiores que aqueles praticados no mercado internacional.

A Nota Técnica também analisa o impacto para o consumidor final de uma eventual redução do preço na refinaria de 35% e 30%, respectivamente, para a gasolina e para o óleo *diesel*.

Na semana de 4 a 10 de janeiro de 2009, o preço médio da gasolina C, que tem 75% de álcool anidro, para o consumidor final foi de R$2,511. Com eventual redução de 35%, o preço de realização na refinaria do litro de gasolina C cairia de R$0,83 para R$0,54. Permanecendo constantes as parcelas de distribuição e

revenda, custo do álcool, CIDE e PIS/COFINS, a gasolina C passaria a ter um preço médio na bomba de R$2,10.

Já o preço médio do óleo *diesel* para o consumidor final foi de R$2,108. Com eventual redução de 30%, o preço de realização do óleo *diesel* cairia de R$1,31 para R$0,91. Permanecendo constantes os componentes da formação de peço que acabei de mencionar, o óleo *diesel* passaria a ter um preço médio na bomba de R$1,65.

Tecnicamente, conclui-se que, em 2009, o preço médio deverá ser bem menor que em 2008, e, para que a PETROBRAS continue praticando preços compatíveis com o mercado internacional, deve diminuir os preços de realização tanto da gasolina quanto do óleo *diesel*.

A redução do preço do petróleo e a desvalorização cambial indicam a necessidade de redução desses preços da ordem de 35%. Se o preço de realização da gasolina cair 35%, deve haver uma redução, na bomba, de R$2,511 para R$2,10; se o preço de realização do óleo *diesel* cair 30%, deve haver uma redução, na bomba, de R$2,108 para R$1,65.

Portanto, ressalto, mais uma vez, que a PETROBRAS deve, com urgência, rever o posicionamento de "aguardar a estabilidade", enquanto o consumidor, mais uma vez, é penalizado.

Deixo este apelo e peço grande atenção do Governo Federal nesse sentido, mais uma vez. Caso algum Parlamentar queira ter acesso a esse estudo da Consultoria, está aqui, disponível, comigo.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna lamentar fatos ocorridos em meu Estado na última segunda-feira, dia 9 de março, quando 450 mulheres do Movimento Via Canpesina invadiram as instalações do PORTOCEL — terminal privativo da Aracruz e da Cenibra — e danificaram quase 2 mil toneladas de celulose, utilizando-se de tinta, querosene e até cupins.

Toda minha vida pública foi em defesa da área social. Sei, portanto, da necessidade de promovermos a reforma agrária como instrumento para a inclusão social. O que não podemos, Sr. Presidente, é apoiar, para tanto, atos de verdadeiro vandalismo. A causa, por mais justa, perde sua força quando, usando de violência, apela-se para o desrespeito à propriedade.

Como representante capixaba nesta Casa é meu dever resgatar a história das empresas que mantinham o estoque no PORTOCEL no momento da invasão. O setor de florestas plantadas e as atividades de transformação da madeira nas indústrias de celulose e papel mantêm 4 milhões e 500 mil empregos. Recolhem 8,5 bilhões de reais em tributos anualmente. Ou seja, contribuem para o desenvolvimento de nosso País.

Se há alguma restrição às práticas utilizadas pelas empresas ou ao modo como as terras são utilizadas, o caminho certamente não é a depredação.

Repudio, portanto, o ato, e conclamo meus pares para que também se manifestem em favor, sim, dos movimentos sociais, mas contra quaisquer atos que vão de encontro a dispositivos constitucionais.

Espero que a apuração seja rigorosa, com a devida responsabilização pela invasão. As divergências se resolvem com diálogo e dentro da lei. Quando este falha, sempre há a via da mobilização e manifestação pacífica.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Ao ser oficializada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe, um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo.

Marco das conquistas das mulheres na história:

- 1788: o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres;

- 1840: Lucrécia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos;

- 1859: surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres;

- 1862: durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia;

- 1865: na Alemanha, Louise Otto cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs;

- 1866: no Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas;

- 1869: é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres;

- 1870: na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de medicina;

- 1874: criada no Japão a primeira escola normal para moças;

- 1878: criada na Rússia uma universidade feminina;

- 1901: o Deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres.

Preciso registrar um fato expressivo na política nacional, que ocorreu dia 10 de março último, em Brasília: pela primeira vez na história, uma mulher assume a Presidência do PMDB nacional. E para orgulho dos goianos, Iris de Araújo, Deputada Federal e Primeira-Dama de Goiânia, é a contemplada para ocupar honroso cargo. Em solenidade bastante concorrida, na sede do partido, no Congresso Nacional, Iris de Araújo reafirmou compromisso firmado juntamente com o Presidente Michel Temer: o de trabalhar pelo fortalecimento do maior partido da República.

Iris de Araújo é um símbolo da política de Goiás. Sempre dedicada às causas sociais, tem história na inclusão social em nosso Estado. Portanto, ao me referir ao Dia Internacional da Mulher, quero agora cumprimentar o PMDB nacional por permitir a ascensão de Iris de Araújo ao seu comando, ela, que seguramente vai percorrer o País inteiro defendendo a bandeira do partido e pregando desenvolvimento e justiça social.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás realizou, segunda-feira, 9 de março, sessão especial que prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ao todo, 74 mulheres de destaque em suas áreas de atuação da sociedade goiana receberam a Comenda Berenice Artiaga. Nós, goianos, nos orgulhamos de ter, na Assembleia Legislativa, 7 dos 41 Deputados: Isaura Lemos, Mara Naves, Betinha Tejota, Adriete Elias, Cilene Guimarães, Flávia Morais e Vanuza Valadares. Temos também 3 brilhantes mulheres integrantes da bancada Federal de Goiás: Senadora Lúcia Vânia, e as Deputadas Federais Iris de Araújo e Raquel Teixeira.

Neste momento, quero saudar todas as mulheres, na pessoa da goiana, ainda viva, Berenice Teixeira Artiaga, que foi a primeira mulher a se eleger Deputada

Estadual no Brasil, em 1950. Por conta da tradição política que fez dela a primeira Parlamentar estadual do País, Berenice Artiaga foi homenageada pela Assembleia Legislativa de Goiás.

Em 1950, a política em Goiás dividia-se entre PSD e UDN. De um lado, os Ludovicos; de outro, os Caiados. Seu marido, o militar e político Getulino Artiaga, era muito ligado a Pedro Ludovico e disputava a reeleição como Deputado Estadual pelo PSD. Porém, num comício, em Nova Aurora, foi assassinado a 20 dias das eleições. Então, o PSD decidiu lançar sua candidatura em lugar do marido morto. E Berenice Artiaga, natural de Santa Cruz de Goiás, foi eleita.

D. Berenice reelegeu-se Deputada em 1954, permanecendo na Assembleia Legislativa até 1958. Casou-se novamente, mudou-se para Brasília, viveu 11 anos com o novo marido e ficou de novo viúva aos 50 anos. Não teve filhos do segundo casamento. Com Getulino Artiaga teve 3: Índio, Indiara e Ibirá.

As mulheres precisam ocupar maior espaço na política. Ainda é pequena a participação feminina em cargos públicos, eletivos ou não. É horas de as mulheres deixarem apenas de ser cabos eleitorais e tomarem a frente nas disputas políticas. Em Goiás, por exemplo, dos 246 Prefeitos, temos apenas 17 mulheres ocupando as Prefeituras.

A sociedade quer maior espaço para as mulheres na vida pública.

Muito obrigado.

O SR. BRUNO RODRIGUES (PSDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de se estranhar a atitude do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao decidir, na semana passada, devolver 134 milhões de reais (57 milhões de dólares) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acabar com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

Estudos recentes da FGV — Fundação Getúlio Vargas reuniram dados sobre o acesso ao saneamento básico no País. O estudo, dividido em 2 fases — *Trata Brasil: Saneamento e Saúde* e *Saneamento, Educação, Trabalho e Turismo* —, mostra que, atualmente, apenas 47% da população possuem rede de esgoto. Se os investimentos do País continuarem no ritmo em que estão, apenas em 2122 todos os brasileiros poderão contar com esse serviço básico.

Mas, na contramão da realidade do povo brasileiro, o Governo acaba com o Programa de Ação Social em Saneamento.

Sr. Presidente, nobres pares, a falta de saneamento traz 2 tipos de prejuízos: a perda financeira para o tratamento no sistema de saúde e a queda da produtividade devido ao afastamento de pessoas do trabalho em virtude de doenças adquiridas. As populações mais afetadas pela ausência de boas condições de saneamento básico são, em geral, as de baixa renda.

Os piores serviços públicos prestados à população brasileira dizem respeito ao saneamento básico. O esgoto tem menor taxa de acesso e a pior qualidade entre os demais, como coleta de lixo, fornecimento de água e luz.

Agora, Sr. Presidente, o dado mais alarmante: em 14 anos, só avançamos 10,75% nos serviços de saneamento básico, ou seja, cresce menos de 1% ao ano.

Finalizo, Sr. Presidente, alertando todos para a gravidade do problema: a

cada dia, 4.500 crianças com menos de 5 anos de idade morrem no mundo todo devido à falta de acesso à água potável e à ausência de saneamento básico. E aqui no Brasil, mais uma vez o Governo fecha os olhos para o problema e devolve 134 milhões de reais ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e acaba com o Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

Era o que tinha a dizer.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a nossa grande satisfação e orgulho pelo fato de São Luís ter sido escolhida Capital Brasileira da Cultura 2009, por representantes dos Ministérios da Cultura e do Turismo e do Bureau Internacional de Capitais Culturais.

Nossa São Luís mereceu o título por ter apresentado uma candidatura legitimamente amparada no rico patrimônio cultural material e imaterial que a cidade possui e na força de seu povo. Com este título, sem dúvida, teremos novos instrumentos para valorizar e promover o patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental; contribuir para um maior conhecimento mútuo da identidade nacional e fomentar a autoestima dos cidadãos, por meio da promoção e divulgação da nossa cultura.

Ao falar sobre a importância da premiação o diretor-executivo do Bureau Internacional, responsável pelo concurso, Mário Vendrell, ressaltou a importância da capital e reforçou que esta será uma grande oportunidade para que a cidade possa promover-se nacional e internacionalmente, mostrando todos os seus atrativos culturais e turísticos. *"Esperamos que saibam aproveitá-la para que São Luís possa obter todos os benefícios que o título de Capital Cultural oferece",* disse Mário Vendrell.

Com o trabalho competente que foi desenvolvido para que São Luís fosse agraciada com este título acredito que as portas que foram abertas servirão para projetar a nossa capital e ainda garantir programas que contribuam para o desenvolvimento do nosso Estado e para o bem-estar da nossa população.

Ao receber a comenda, São Luís se tornou a primeira capital de Estado a

receber o título, já concedido às cidades de Olinda (PE), São João del-Rey (MG) e Caxias do Sul (RS).

Com o foco dirigido para São Luís, em 2009, vamos aproveitar para discutir e colocar em pauta os projetos necessários para garantir a recuperação e preservação do nosso patrimônio arquitetônico colonial e a herança cultural, fortemente representada pela diversidade de nossas manifestações, muitas delas já reconhecidas como patrimônio nacional, caso do tambor de crioula.

Ao mesmo tempo, é fundamental dar atenção ao meio ambiente, impedindo que os nossos recursos naturais sejam dilapidados. Aproveitar para incrementar a vocação do Maranhão para o turismo ecológico, esforço que nos últimos 3 anos vem sendo feito pelo São Luís Convention Bureau — entidade civil que congrega empresários e empreendedores do setor de serviços turísticos, culturais e gastronômicos da cidade, tendo a frente o empresário Nan Souza e a Prefeitura de São Luís. Os responsáveis por esta iniciativa lutam para conscientizar o Poder Público sobre a importância de priorizar o turismo sustentável como fonte e geração de trabalho e renda.

Atenas, na Grécia, foi a primeira cidade eleita como Capital Europeia da Cultura, em 1985. A partir daí, a ideia se espalhou pelo Velho Mundo e chegou às Américas em 2000, quando foi eleita a primeira Capital Americana da Cultura, a cidade de Mérida, no México. Agora é a vez de São Luís.

No momento em que todos nós comemoramos o justo título recebido por nossa capital, reforço o meu compromisso de aqui, no Congresso Nacional, continuar lutando para concretizar programas que possam ajudar no desenvolvimento do Maranhão.

Parabéns, São Luís!

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Bloco/PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje tenho a honra de, mais uma vez, ocupar a tribuna para destacar um período especial da recente história da Paraíba. Quero me referir ao último exercício da presidência do digno e respeitado Tribunal Eleitoral do Estado da Paraíba. Mais especificamente refiro-me à brilhante passagem por esta honrosa missão do Desembargador Nilo Ramalho.

Doutor Nilo Ramalho é natural de Conceição, Estado da Paraíba. Foi na Paraíba que construiu sua formação acadêmica e científica. E, por consequência natural de um destino virtuoso, ali mesmo teve a retribuição simbólica do seu Estado, ainda que a mesma, indubitavelmente, tenha sido fruto de sua brilhante competência, vindo a ocupar a Presidência daquele Tribunal.

À frente do Tribunal Regional Eleitoral, o Desembargador Nilo imprimiu um ritmo de trabalho de incontestável celeridade, sempre calcado nos princípios democráticos do Direito. Mas, acima de tudo, o que prevaleceu em seu mandato foi a democracia, pois a prática eleitoral sem leis que a regulamentem e possibilitem sua fiscalização não é democracia, mas sim vício de ausência, pela omissão das garantias necessárias ao exercício da cidadania.

É no prevalecimento do Estado de Direito que a democracia se legitima, é na possibilidade de corrigir o arbítrio e as práticas eleitorais espúrias que o aperfeiçoamento das instituições propicia ao eleitor, principalmente ao homem comum, o crescimento de sua consciência cívica. Ao saber que a lei funciona para todos, o povo observa a quebra da inércia oligarca da impunidade crônica e vislumbra como se avoluma um valor muito mais alto que o do poder econômico: a certeza de que quem erra é punido.

O Desembargador Nilo Ramalho e o competente Colegiado ali formado, não apenas conseguiram superar todas as expectativas ali depositadas em um Poder, visto o fato de estarmos em um crítico momento de cristalização do Estado Democrático de Direito, mas instituiu um novo momento de credibilidade do formato democrático trazido com a Carta Magna de 1988. O instituto da eleição legitimada pelo voto direto e livre nunca antes teve seu valor tão legitimado como na atuação da Justiça Eleitoral. Não que não fosse dotada deste dever anteriormente, mas o momento político e social clamava por uma nova postura, como assim desempenhou o nobre Desembargador.

Em sua posse, o eminente Desembargador assim se manifestou, em sábias palavras: *"Todo poder emana do povo e tem profundidade que o eleitor ainda não percebeu."*

Para ele, quem vota com intenção de lucro renega a dignidade humana, ao afirmar*: "O homem consciente não tem preço e o homem que se vende não tem valor",* ressaltando que todas as mazelas sociais do Estado moderno são frutos do mau uso do direito de votar. E foi com essas declarações que assim permeou sua atividade.

Poderia citar inúmeros casos que restaram, comprovadas todas as ações da Justiça no combate à corrupção eleitoral, mas como não poderia deixar de ser, relembro a responsabilidade e assertiva do Tribunal quando das cassações de mandatos ali providas. A despeito do descontentamento daqueles que, acostumados a locupletarem-se no compadrinhamento clandestino de quem faz da política objeto de uso privado, a Justiça se fez: todos os 7 Ministros do TSE confirmaram a sentença do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba com a cassação de

Cássio Cunha Lima e José Lacerda. Portanto, uma decisão unânime, que não deixa margem a qualquer pensamento recalcitrante.

Assim sendo, registro em breves linhas, o momento ímpar estabelecido na Paraíba. Fruto de muito trabalho, competência e responsabilidade, vivenciamos um momento sublime da implantação efetiva dos ditames do Estado Democrático de Direito, até então almejados por todos os cidadãos do nosso Estado, e esta realização todos os paraibanos agradecem em um só coro ao nosso eminente Desembargador Nilo Ramalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Emília Fernandes, que representa a mulher brasileira, a mulher gaúcha, ex-Senadora. S.Exa. nos honra com sua volta a este Parlamento.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com muito prazer retorno à tribuna desta Casa neste momento.

É importante que o povo brasileiro, que nos assiste, saiba que, nesta Casa, tendo em vista que somos 513 Parlamentares, bastante diferente do Senado, onde permaneci 8 anos como Senadora, a participação dos Srs. Parlamentares por um tempo mais expressivo — hoje estou aqui podendo utilizar de 25 minutos — é feita por um sorteio. E eu, que estou há menos de 1 mês nesta Casa, já tive a honra e o prazer de ser sorteada e trazer novamente a nossa mensagem aos Parlamentares, principalmente ao povo brasileiro e ao povo do Estado do Rio Grande do Sul.

É lógico, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que as nossas considerações se dão, como já fizemos há alguns dias, sobre o Dia Internacional da Mulher, que nós vivemos no mês de março. Nesse contexto, nós gostaríamos de dizer que, neste ano, mais uma vez, mulheres do mundo inteiro e de todas as partes do Brasil participaram de inúmeros eventos, palestras, programas, atos públicos, buscando dar visibilidade às questões relacionadas com as mulheres.

Mas também se falou muito da Lei Maria da Penha, que veio para fazer o enfrentamento à violência contra a mulher, e também da desigualdade salarial. Analisamos a crise econômica que vive o nosso País e quais as repercussões na vida das mulheres, a garantia dos direitos das mulheres trabalhadoras. Porque sabemos que as mulheres também são atingidas profundamente por essa crise. Portanto, de que forma nós poderíamos garantir os direitos e avançar cada vez mais naqueles desafios que são importantes e necessários, num país onde a maioria da sua população é de mulheres?

Constantemente, nós perguntamos o que, por exemplo, a Lei Maria da Penha está acrescentando no contexto brasileiro, não apenas na vida das mulheres, na vida das famílias, mas também na vida de homens e de mulheres neste País. Essa lei veio, primeiro, para dar um grande alerta e um basta à violência; segundo, para dar força, energia e coragem àquelas mulheres que ainda sofrem qualquer tipo de violência. E quando falamos em violência, temos de repetir sempre: não se trata apenas da violência física. Porque existem várias formas de violência: psicológica, moral...

Aquelas mulheres que, silenciosas, ainda enfrentam esse problema sozinhas agora precisam saber que neste País há uma lei que dá garantias para que elas quebrem o silêncio, criem coragem, denunciem e busquem resgatar, acima de tudo, a sua autoestima e o seu valor enquanto cidadã e enquanto mulher.

A Lei Maria da Penha veio também para chamar os homens, Srs. Parlamentares, colegas Deputados, para fazer uma reflexão. Aliás, a igualdade que nós defendemos, a democracia que nós queremos neste País não é uma democracia de alguns, não é uma participação de alguns ou de algumas. Defendemos que este País, que se levanta como nação, que se afirma com a soberania de país que é observado de todos os lados do mundo, como país que busca incorporar, além da política econômica, até de resistência diante dessa grande crise internacional, as políticas sociais como compromisso de Governo, mas, muito mais do que isso, chama a sociedade brasileira e os Poderes Constituídos para que o enfrentamento à violência, a garantia da igualdade entre gênero, raça e etnia seja uma política de Nação.

Então a Lei Maria da Penha veio para fazer uma grande reflexão e transformar para melhor a vida dos homens, mas, principalmente, das mulheres brasileiras.

Temos, sim, Sr. Presidente, que aplaudir a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, desde o primeiro ano do Governo do Presidente Lula. Aliás, tive a honra de ser convidada pelo Presidente, naquele ano de 2003, para que organizássemos, estruturássemos aquela Secretaria Especial com *status* de Ministério. Ali nós definimos as grandes linhas junto com o Presidente Lula e com todos os Ministros das diferentes Pastas.

Pois agora, depois de fortalecer, avançar e implementar muitas questões que são levadas adiante por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dos movimentos feministas e de mulheres que existem, de tantos e valorosos movimentos que realmente têm contribuído para a elaboração dessa pauta, o Presidente da República vem, nas festividades do Dia Internacional da Mulher, e apresenta uma proposta: a sua disposição política de transformar essa Secretaria definitivamente em Ministério de Políticas para as Mulheres.

Podem ter certeza, Sras. e Srs. Parlamentares, eu que trabalho com o Fórum de Mulheres do MERCOSUL... Diga-se de passagem, é até importante registrar que se encontra hoje aqui visitando o Congresso Nacional, e logo após fará uma palestra no Ministério Público do Distrito Federal, a Presidenta Regional do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que é de um país irmão, o Uruguai, que vem também fazer essa interlocução com as mulheres. Porque hoje a discussão entre as mulheres vai além das nossas fronteiras. Temos muitas pautas em comum.

Por isso posso trazer a V.Exas. o que vi, ouvi e recolhi inclusive do grande encontro internacional chamado pelas Centrais Sindicais do Cone Sul que se realizou no dia 8 de março passado na fronteira do Brasil com o Uruguai. Estive lá e posso dizer que houve momentos de diálogo, de fala, de ver o rosto das pessoas, das mulheres pedindo justiça para crimes impunes que aconteceram naquela fronteira. Vi também mulheres denunciando as consequências dessa crise que abalou. Elas colocaram, de forma muito clara, as origens do modelo neoliberal que se impôs ao Brasil e a outros países do mundo inteiro e que trouxe, em consequência, esta grande crise que atinge várias nações, fazendo que haja desemprego, tornando precário o trabalho, colocando em risco direitos das classes trabalhadoras.

Denunciaram o modelo de sociedade instituído em vários países, eis que penaliza as mulheres, que as trata, muitas vezes, como mercadoria, que permite a violência sexista, que permite uma jornada de trabalho ainda superior à dos homens — no contexto que se estava fazendo de grande avaliação —, que permite que as mulheres recebam 30% a menos do que os homens, embora fazendo as mesmas tarefas.

Lembro que as mulheres estão estudando mais, estão chegando às universidades, e que, nos concursos, são muito bem classificadas. Mas nos empregos que não são por concurso vemos que as mulheres dificilmente ocupam os espaços de chefia, com garantia de salários melhores.

O ato público de luta das mulheres do Cone Sul foi realizado exatamente na fronteira seca do Brasil com o Uruguai. É a cidade de minha origem. Vejo o Sr. Deputado que também foi Senador. S.Exa. sempre me ouvia falar no Senado na

fronteira do Brasil com o Uruguai, Santana do Livramento, onde fui Vereadora por 3 mandatos.

Sabemos que é uma região onde os problemas são muito parecidos, principalmente os que se abatem sobre crianças, meninas, mulheres, no que se refere ao turismo sexual, ao tráfico de mulheres, ao trabalho escravo e precário, à prostituição, à violência doméstica, inclusive com certo grau de impunidade. Exatamente por se tratar de uma fronteira, é fácil as pessoas ficarem impunes, passarem de um lado para outro, o que às vezes realmente dificulta o trabalho mais efetivo de busca por justiça.

Outra questão muito importante também foi abordada: a necessidade de se efetivar a implantação dos juizados especiais de atendimento às mulheres, como previsto na Lei Maria da Penha. A lei por si só não faz as transformações. Temos que olhar e ver o que a lei precisa: centros de atendimento à mulher, casas-abrigo para mulheres em situação de violência, os juizados especiais para valorizar e respeitar aquela mulher que quer fazer sua denúncia.

Pregou-se muito a questão da ética, da democracia, da liberdade, da valorização dos direitos humanos, das crianças, dos jovens, dos idosos, das pessoas portadoras de deficiência, dos homossexuais. Tudo isso ficou numa carta das mulheres do Cone Sul, que foi elaborada naquela fronteira durante esse grande evento, no dia 8 de março, com 16 bandeiras de luta e reivindicações.

Não vou ler os 16 pontos aqui, porque há outros Parlamentares que querem fazer suas manifestações, mas peço à Taquigrafia que depois transcreva integralmente nos Anais da Casa os 16 itens que as mulheres colocam em relação a estabelecimentos de indicadores de geração de emprego para as mulheres, salários,

equidade de gênero na contratação de funções e ascensão profissional, trabalhadores domésticos, trabalhadores rurais, para que tenham oportunidades e mais direitos garantidos, a exemplo de outros trabalhadores; e reivindicam políticas afirmativas em todos os países do Cone Sul, da América Latina, que coíbam discriminação de raça, gênero e etnia, e que os jovens possam ter formação educacional integral.

Precisamos desenvolver no País leis que garantam a maternidade, a licença-paternidade, porque sabemos que há diferenças em todos os países. Tudo isso foi colocado, com vistas à possibilidade de os países trabalharem integralmente.

Há um ponto que considero fundamental que foi registrado entre os 16 pontos: a instituição de um protocolo de extradição comum para tratar dos casos de violência sexista nas áreas de fronteira. Sobre isso os países, nossos Governos, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério das Mulheres têm que dialogar urgentemente com outros países, para que se construa uma política, uma legislação comum que garanta que um assassino de uma mulher, como o que matou há pouco mais de 1 mês em Santana do Livramento, não desapareça dentro dos outros países, porque as regiões de fronteira favorecem.

Isso não se pode fazer. É preciso pensar coisas comuns para a afirmação de políticas que reforcem o respeito aos direitos humanos de todas as pessoas, em especial das mulheres.

A questão da reforma agrária foi muito reclamada também; políticas públicas para agricultura familiar. Enfim, também houve grande clamor para que se fizesse ainda este ano, talvez o próprio Parlamento brasileiro — Câmara dos Deputados, Parlamento do MERCOSUL —, um encontro das mulheres do MERCOSUL com

Prefeitas, Vereadoras, Deputadas Federais, locais de todos os países do MERCOSUL e do Cone Sul.

O Sr. Valdir Colatto - Permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Por favor.

O Sr. Valdir Colatto - Gostaria de pedir permissão para falar em vosso pronunciamento no Grande Expediente, Deputada Emília Fernandes, do PT do Rio Grande do Sul. Quando se fala das mulheres, da Lei Maria da Penha, do MERCOSUL, desse movimento que hoje se instala no MERCOSUL, que é o Parlamento do MERCOSUL, do qual tenho alegria de fazer parte representando o meu partido, o PMDB, com certeza V.Exa. também vai levar seus préstimos, sua inteligência e seu conhecimento, na condição de fronteiriça com o MERCOSUL, no Rio Grande do Sul, para que possamos fazer um trabalho também da mulher no MERCOSUL, que já está presente aqui no Brasil para trabalhar esse processo. Parabéns pela clareza de seu pronunciamento! Tenho certeza de que esta Casa terá em V.Exa. uma líder que vai levar para frente esse movimento, no sentido de trazer grandes benefícios às mulheres do Brasil e, com certeza, a toda a sociedade brasileira, onde a mulher participa ativamente, inclusive na política. Parabéns pelo seu pronunciamento! Com certeza, V.Exa. terá um grande trabalho pela frente e o fará com muita dignidade e competência.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Muito obrigada, Deputado. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Gostaria, logicamente, de reafirmar o meu compromisso e a minha disposição de trabalho junto com as questões do MERCOSUL, não apenas por ter integrado a Comissão do MERCOSUL nos 8 anos em que fui Senadora pelo Estado do Rio

Grande do Sul, mas exatamente pelo que V.Exa. disse aqui: pela minha vivência da realidade, mais de 50 anos vivendo diretamente na região da fronteira, dialogando com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, por intermédio do movimento de mulheres e dos Parlamentos.

Tudo isso nos faz acreditar cada vez mais na importância da integração dos nossos povos, não apenas a integração econômica, aduaneira, a meu ver importantíssima, mas uma integração cultural, em que cidadãos e cidadãs ajudem a construir dias melhores para as pessoas que vivem nos diferentes países da nossa América Latina e do MERCOSUL.

Sr. Presidente, preciso abordar ainda 2 pontos que considero importantes. Um deles, como os Srs. Parlamentares sabem, é que temos vivido no Rio Grande do Sul um momento que, de certa forma, preocupa-nos profundamente. Recentemente, foram fechadas escolas itinerantes em 8 Municípios do Rio Grande do Sul, e elas atendiam aproximadamente 2 mil famílias.

É importante que se diga que as escolas itinerantes foram criadas no Governo do então Governador Antônio Britto, em 1996. S.Exa. governou o Rio Grande do Sul de 1995 a 1998.

O ex-Governador assegurou o direito — o que foi amplamente aplaudido — de as crianças do ensino fundamental estudarem. Sabemos que o movimento dos sem-terra, os acampamentos, os assentamentos, têm uma mobilidade e uma característica que precisa ser olhada com certa atenção.

Então, o então Governador Antônio Britto e o Conselho Estadual de Educação autorizaram o funcionamento de escolas itinerantes nos assentamentos. Agora, a atual Governadora resolveu fechar essas escolas. De certa forma, isso causará um

grande transtorno e prejuízo do ponto de vista educacional, porque as crianças tinham professoras qualificadas e disponibilizadas pelo Governo do Estado, que conhecem a realidade daqueles locais, daquela vida e daquelas bandeiras históricas, que são respeitadas, e que precisamos respeitar porque é uma questão de direito à terra, à reforma agrária, à plantação, à produção de alimentos e ao combate à fome. Estamos profundamente preocupados com essa decisão tomada pela Governadora.

Sr. Presidente, também recebemos um documento, assinado pela Sra. Marina dos Santos, que é da Direção Nacional do MST. Essa mulher conhece e acompanha esse trabalho. Nós, particularmente, conhecemos cada um dos 8 Municípios que possuem essas escolas itinerantes. É importante dizer que, em 2008, o próprio Ministério Público e a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul realizaram um acompanhamento e uma fiscalização nas escolas itinerantes do Estado. Em novembro do ano passado, o Ministério Público elaborou um termo de ajuste para que fosse apresentado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Ficam juntando forças para desmontar um trabalho que o próprio Governo do Estado e o povo brasileiro sempre reconheceram e valorizaram.

O trabalho realizado nessas escolas foi reconhecido e premiado — vejam a incoerência — tendo sido levado para os Estados do Paraná, de Santa Catarina, Goiás e Alagoas. Não se trata de alguma coisa ilícita nem ilegal nem muito menos sem qualificação. Trata-se de coisa séria. Só falta daqui a alguns dias alguém dizer que as aldeias indígenas não precisam mais de escola, que os quilombos não precisam mais de escola, ou que eles estão apenas fazendo cabeças diferentes. Não, eles não estão fazendo só cabeças diferentes. É a educação de qualidade que

forma cidadãos e cidadãs e garante aquilo que há de mais sagrado, que é o estudo para as crianças.

Há assentamentos que estão a 50 quilômetros da mais próxima escola pública. A Governadora quer, agora, deslocar todas as crianças para os Municípios. Isso é impossível! Só para se ter uma ideia, o custo financeiro das escolas itinerantes, no Rio Grande do Sul, é de 16 mil reais. E a estimativa só do Município de São Gabriel, que é vizinho à minha cidade, onde passo sempre e conheço muito bem, é de que o Município, incorporando as 330 crianças que vêm dos assentamentos que estão ali próximos, teria que alocar 45 mil reais a mais de recursos.

O Sr. Vicentinho - Sra. Deputada, solicito um aparte.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Com muita honra, concedo um aparte a V.Exa. Então, veja, Deputado, essas reflexões o Congresso Nacional precisa fazer. Por isso fico muito feliz de receber seu aparte.

O Sr. Vicentinho - Deputada Emília Fernandes, estava no meu gabinete com o nosso querido Deputado Estadual Cândido, do nosso partido em São Paulo, e assistíamos à sua exposição. Fiz questão de vir aqui para, primeiro, parabenizá-la pelo pronunciamento em defesa da vida, da educação de qualidade, da educação inclusiva. Mas eu queria dizer que lamentamos muito pela perda do nosso irmão e companheiro Adão, que se sentava aqui a meu lado esquerdo, sempre muito presente, comprometido com a luta da classe trabalhadora. Deus o levou, sabemos disso. E V.Exa. assume o lugar do companheiro Adão nessa circunstância, que nem a senhora queria, nenhum de nós queria. Por isso, minha companheira, se assim posso chamá-la, porque somos da mesma bancada, V.Exa. é um exemplo para

todos nós, pela sua luta em defesa da dignidade humana, como Ministra da Secretaria da Mulher, como Senadora da República. E, agora, como Deputada Federal, V.Exa. fortalece esta bancada neste mês de março, o mês da mulher. Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul, os homens e as mulheres, estão muito bem representados por V.Exa. E por isso, irmã — desculpe o tratamento que dou, e me permito a isso —, minha irmã querida, seja muito bem-vinda, muita boa sorte, e vamos juntos construir este novo Brasil, ao lado do Presidente Lula. Obrigado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Muito obrigada, colega, amigo e companheiro Deputado. A palavra de V.Exa. é muito importante, bem como o registro que fez inicialmente com relação ao nosso grande líder, grande representante da classe trabalhadora, não apenas do Rio Grande, mas do Brasil todo, nosso Deputado Adão Pretto. O seu falecimento nos surpreendeu e doeu muito. Nos deixa saudades. Já fizemos uma grande homenagem para ele aqui. E não nos cansamos de repetir: não pretendemos ser iguais. Mas temos, sim, como tem V.Exa., como têm todos os integrantes, homens e mulheres do Partido dos Trabalhadores, que levar adiante as bandeiras de luta, de resistência, aguerridas, audazes, que ele realmente detinha.

Então, esse registro eu o incorporo ao meu pronunciamento. E, sem dúvida, a palavra de V.Exa. no momento em que estamos refletindo sobre o momento em que vive o Brasil com a crise, e como fica a situação dos trabalhadores, a palavra de V.Exa. tem o tom realmente de mestre. Muito obrigada.

Eu me encaminho para as conclusões, Sr. Presidente, pedindo também que seja incorporado ao meu pronunciamento, em anexo, o documento datado de 5 de março de 2009, o Ofício nº 013, de 2009, que é endereçado não somente a esta Parlamentar, mas aos Srs. Parlamentares do Congresso Nacional. Então, eu até

pediria que, depois, todos que quisessem conhecer mais essa realidade das escolas itinerantes lessem esse documento, que vem das mãos de uma mulher lutadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nós concluímos, dizendo que acreditamos que este País vive, sem dúvida, um novo momento histórico. A crise está aí, mas não nos enfraquece as forças e a coragem porque estamos em outro momento.

As políticas de sustentação, as políticas sociais, as políticas de enfrentamento à crise, o compromisso deste Governo e deste Congresso Nacional não devem jamais ser diferente de buscar alternativas e não de fazer apenas a crítica pela crítica. Nós estamos construindo um novo país, e o Brasil precisa de cada um dos brasileiros, homens e mulheres, independentemente das cores partidárias.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo a Deputada Emília Fernandes pelo grande pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 152 A 152-A)

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Edio Lopes, José Rocha e Eduardo da Fonte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o último final de semana foi recheado de bons acontecimentos para a Bahia. Recebemos a visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Ministro dos Transportes, nosso companheiro do Partido da República, Alfredo Nascimento.

Os Ministros do Governo Lula anunciaram medidas de grande impacto para o desenvolvimento do nosso Estado e também autorizaram a execução imediata de diversas obras, principalmente no setor de transportes e habitação.

Tive a honra de participar da comitiva, da qual fizeram parte também o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, o Senador e Presidente do PR da Bahia, Senador César Borges, o Governador Jaques Wagner, Parlamentares e Prefeitos.

A Ministra Dilma e o Ministro Alfredo Nascimento assinaram, em Salvador, a ordem de serviço para o início das obras da Via Expressa Baía de Todos os Santos, que vai interligar o Porto de Salvador à BR-324.

Destaco as palavras da Ministra, que reafirmou a postura do Governo Lula de reagir ao cenário de crise mundial com o anúncio de novos investimentos.

Sr. Presidente, somente com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, serão investidos cerca de 650 milhões de reais em nosso Estado até 2010. Entre os investimentos, destaco a construção da Ferrovia Oeste-Leste, obra pela qual venho lutando há muitos anos. Essa ferrovia vai ligar a região de Luis Eduardo e de Barreiras, no oeste baiano, ao litoral, escoando a produção de

grãos e minérios, principalmente, devido à descoberta de uma grande jazida de minério de ferro da região do Município de Caetité, no nosso Estado da Bahia.

A Ministra também visitou obras do PAC de Lagoa Grande e de Feira de Santana. Nesse local, são investidos cerca de 70 milhões de reais na construção de casas, em saneamento e urbanização. São mais de 7.800 famílias que passam a ter condição de vida mais digna.

Sr. Presidente, outra medida de grande impacto para o Estado também foi anunciada pelo Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. O Ministro Alfredo autorizou obras, no valor de 1 bilhão de reais, para a restauração de 3.500 quilômetros de estradas federais que cortam a Bahia. A recuperação das rodovias era uma das providências mais aguardadas pelo Estado e seu povo.

Graças ao nosso trabalho e à sensibilidade do Ministro Alfredo Nascimento, conseguimos recursos para melhorar nossas estradas com o trabalho de toda a bancada baiana aqui no Congresso Nacional. Com estradas mais seguras, diminuem os acidentes e os custos para o transporte de mercadorias.

Essa é a resposta que um grande país deve apresentar diante de um cenário de crise econômica mundial: investimentos em obras que possam melhorar as condições de vida da população e alavancar o seu desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Gostaria de parabenizar o Deputado José Rocha, que representa tão bem o povo da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (Bloco/PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, inicialmente, quero aqui registrar que estivemos, na semana passada, em Rondônia, ocasião em que recebemos produtores de borracha do Acre e de Rondônia. Esses produtores têm um problema sério: estão produzindo a sua borracha e não têm a quem vender. Aliás, quando vendem, o fazem por R$1,00, sendo que o preço mínimo custa R$3,50. Em reunião, os representantes da CONAB nos garantiram que vão buscar apoio no Ministério da Agricultura, para que se faça valer o preço mínimo, para que haja recursos para pagarem o preço mínimo.

Sras. e Srs. Deputados, o Ministério do Meio Ambiente tem se revelado ao povo Rondoniense como seu carrasco, pois, através do IBAMA e, agora, do Instituto Chico Mendes, tem movido uma perseguição insana aos extrativistas da Reserva Federal do Rio Preto e Barreiro das Antas.

Lamentavelmente, não estão sendo observados alguns critérios para contratação de profissionais para trabalharem nas reservas extrativistas, pois o perfil desses profissionais deve contemplar o conhecimento prévio das comunidades, suas peculiaridades, tradições e culturas.

O Instituto Chico Mendes, que deveria primar pela orientação correta e humanística dos extrativistas, está tomado por "onguistas" que promovem uma caçada às bruxas, tratando toda uma população como invasores, com ameaças e uso de armas de grosso calibre.

Tenho em meu gabinete um manifesto assinado pelos associados da Associação dos Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto que relata de forma dramática o tratamento desumano que estão recebendo de 2 servidoras do Instituto Chico Mendes, que, a exemplo do Ministro Minc, tratam a todos, até que se prove o contrario, como bandidos.

Sras. e Srs. Deputados, como entender essa lógica perversa de tratar quem está assentado, trabalhando, produzindo, gerando emprego e rendas, com ameaças e com uso de armas de grosso calibre, enquanto os invasores do LCP, MST e Via Campesina, invadem, destroem e matam trabalhadores, a exemplo do que acaba de acontecer no Estado de Pernambuco, onde 4 trabalhadores foram vítimas da sanha violenta do MST. Nesse caso, houve manifestação pública até do Ministro da Justiça eximindo os invasores de culpa pelos assassinatos, afirmando que foi apenas uma ação mais vigorosa dos sem-terra, dando a entender que as mortes não têm importância alguma.

Reclamam ainda os extrativistas das dificuldades impostas pelas 2 servidoras para se conseguir o licenciamento ambiental para instalação do Programa Luz para Todos e reabertura das estradas vicinais dentro da reserva, emperrando com isso o desenvolvimento de suas atividades produtivas bem como a implantação de um programa do Governo Federal.

Chamam ainda a nossa atenção para a questão do plano de manejo da reserva do Rio Ouro Preto, que deliberadamente não tem o seu curso normal para conclusão, como se houvesse a intenção clara de colocar os extrativistas na ilegalidade — enquanto eles precisam trabalhar e querem fazê-lo dentro da lei.

A insanidade dessas servidoras é tamanha que a pescaria para a sobrevivência das famílias que vivem na reserva foi por elas proibida, o que configura uma arbitrariedade sem precedentes.

Fica o nosso alerta aos dirigentes do Instituto Chico Mendes. Que retirem imediatamente da reserva as servidoras Luciana Nars e Tatiane Rodrigues de Lima, pois, a persistir suas ações truculentas e arbitrárias, os extrativistas serão obrigados a tomar a decisão de expulsarem-nas da reserva, pois tudo já passou do limite do suportável.

Essas ações arbitrárias não podem continuar, pois estão manchando o nome de Chico Mendes, que tombou em defesa da causa dos amazônidas, que não suportam mais viver sob a opressão dos “onguistas” do IBAMA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Ernandes Amorim por este tema tão importante para Rondônia e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Jerônimo Reis.

O SR. JERÔNIMO REIS (DEM-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna chamar atenção da Casa para um grande problema que atinge o Estado de Sergipe, mais precisamente a Região Metropolitana de Aracaju. Refiro-me à escassez de água, que atinge diretamente cerca de 800 mil pessoas.

Dada a proporção do problema, há algumas semanas, a Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Sergipe — DESO foi obrigada a iniciar um rodízio no fornecimento de água para 11 localidades de Aracaju e para o Município de Nossa Senhora do Socorro, deixando inúmeras residências sem água por 3, 4 dias, o que causa grande transtorno à população sergipana.

A direção da DESO reconhece que a situação é grave. De acordo com a empresa, Aracaju sempre foi penalizada no que se refere ao abastecimento de água, pois tem consumo maior que a vazão ofertada, e a situação se agravou com a piora da qualidade das águas do Rio São Francisco.

Com as chuvas que têm caído no Estado desde o Carnaval, o rodízio foi suspenso temporariamente, mas a vazão do Rio Poxim, principal responsável pelo abastecimento da Grande Aracaju, ainda continua baixo, e já é previsto o reinício do rodízio neste final de semana como forma de garantir o fornecimento de água, mesmo que precariamente.

Na região do semiárido, 13 Municípios já decretaram situação de emergência em virtude da estiagem. A população está sendo abastecida por meio de carros-

pipa, uma cena que se repete anualmente como mais um capítulo da chamada indústria da seca.

No Estado de Sergipe, o problema da escassez de água se agrava pelo péssimo uso que dela se faz, em consequência de uma rede de distribuição obsoleta, avariada e insuficiente para atender à população. Em média, 40% da água encanada se perde, seja através de furos na encanação, seja através de ligações clandestinas que proliferam por falta de fiscalização.

Reconheço os esforços e investimentos do Governo do Estado para amenizar o sofrimento da população com as constantes faltas de água. Três importantes obras estão sendo executadas em Sergipe com esse objetivo: a recuperação, a automação e a implantação do sistema integrado das adutoras do Alto Sertão, Sertaneja e Semiárido, empreendimentos que compreendem a aplicação de recursos financeiros de aproximadamente 76 milhões de reais; as obras de construção da barragem do Rio Poxim, orçadas em 85 milhões de reais, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento; além da duplicação da Adutora do Rio São Francisco. São ações importantes e que demonstram o quanto é caro para os cofres públicos não tratar da água como um bem precioso.

Também não posso jogar para o Poder Público a responsabilidade do problema. Diminuir o consumo e melhorar a distribuição são os grandes desafios para inverter o quadro. O Brasil é o retrato da desigualdade e do desperdício; o País detém 16% da água doce do mundo, como também o maior aquífero subterrâneo, o maior rio, além de índices recordes de chuvas, mas, mesmo assim, falta água nos grandes centros urbanos, o que não acontece na Região Norte, que detém cerca de 70% da reserva brasileira de água e onde vivem menos de 10% da população.

Para lutar contra a escassez, a ONU instituiu que entre 2005 e 2015 viveremos a Década Internacional da Água pela Vida. A campanha objetiva conscientizar líderes mundiais para diminuir pela metade a população sem acesso à água potável e saneamento básico, condições mínimas que todo ser humano deve ter por direito. Na Declaração Universal dos Direitos da Água, o recurso é determinado como patrimônio do planeta, e cada continente, povo, nação, região e cidadão é plenamente responsável por ele.

A impermeabilização do solo nos grandes centros urbanos, o desmatamento e a exploração de rios e lençóis freáticos estão alterando o ciclo da água no planeta, gasta muito mais rapidamente do que a natureza consegue repor. Percebe-se o motivo de o volume de rios tão grandiosos diminuir tão aceleradamente, como é o caso do Colorado, nos Estados Unidos da América. A soma de todos esses fatores resulta em 1 bilhão e 100 milhões de pessoas sem acesso adequado à água, segundo a ONU. Em 20 anos, calcula-se que serão 3 bilhões de pessoas sem água.

Segundo a ONU, existem 261 bacias hidrográficas transnacionais, compartilhadas por 145 nações. Dominar a água é motivo de guerras, desde a Antiguidade. Em 2005, eram 300 conflitos em todo o mundo, muitos com uso de força militar.

A falta de água também explica algumas tragédias do continente africano. Quem vive em países como Gâmbia, Mali ou Somália tem menos água por dia que a usada por um americano para escovar os dentes. Na Líbia, as águas de reservas subterrâneas da costa do Mediterrâneo, onde se localizam as principais cidades, como Trípoli, ficaram salobras. O país, financiado pelo petróleo, está gastando US$25 bilhões na construção de um rio artificial de mil quilômetros de extensão para

transferir água de depósitos subterrâneos para o interior do continente. Essa fonte não dará conta do consumo atual para sempre e deverá secar em, no máximo, 50 anos.

E esta não é uma realidade exclusiva de outros países. Na Região Nordeste, uma verdadeira batalha técnico-política trava-se em torno da transposição do Rio São Francisco envolvendo os Estados de Sergipe e da Bahia, contrários ao projeto, e os Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, favoráveis à transposição. A obra consumirá 4,5 bilhões de reais, uma verdadeira fortuna para os cofres públicos.

Nas demais regiões, podemos afirmar que nossa situação não é confortável. O nível de consumo no Brasil pode levar, em algumas décadas, a situações que afetem nosso estilo de vida. Precisamos começar a agir agora para não ter problemas no futuro. Isso envolve 3 estratégias de ação. A primeira é usar a água de forma eficiente. Isso não implica necessariamente abrir mão de confortos, como um mergulho na piscina. O segredo é adotar tecnologias mais eficazes, como a construção de condomínios residenciais com cuidados extras no uso da água. Já existem edificações em que a água do chuveiro e da pia dos banheiros é tratada e reutilizada nos vasos. A água coletada da chuva é usada para irrigar os jardins. Os chuveiros também têm redutores de vazão. As torneiras só liberam água quando se aperta um botão. O sistema é chamado de temporizador, cada vez mais comum em sanitários públicos, mas não nas residências.

A segunda linha de ação — talvez a mais difícil — envolve a mudança de hábitos. As campanhas de economia de água frequentemente pregam medidas

como banhos mais curtos, escovar os dentes com a torneira fechada, mas o difícil é pôr isso em prática.

A terceira estratégia para evitar futura escassez de água no Brasil é algo que parece evidente: parar de matar as nascentes. O desmatamento e a pavimentação do solo para construir casas e estradas estão secando os mananciais de água pura que alimentam rios e lagos.

É preciso entender que viver com escassez de água é difícil para o brasileiro. Apesar de o Brasil ter aproximadamente 8% de toda a água doce superficial do planeta, 36% das moradias, ou seja, aproximadamente 20 milhões de residências, não têm acesso a água de boa qualidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Se existe algum culpado pela escassez de água no Brasil e no mundo, certamente não é a natureza.

O Sr. Ciro Nogueira - Deputado Jerônimo Reis V.Exa. me permite um aparte?

O SR. JERÔNIMO REIS - Com muito prazer, Deputado Ciro Nogueira.

O Sr. Ciro Nogueira - Nobre colega, desejo parabenizar V.Exa. e ressaltar a oportunidade do seu pronunciamento. A questão da água é uma preocupação mundial, e vai aumentar a cada dia. Destaca V.Exa., com brilhantismo, 2 pontos fundamentais para o bom encaminhamento da solução do problema: investimento do setor público e conscientização da população. Essas ações são fundamentais para que nossos filhos e netos — na verdade, até mesmo a geração atual — tenham acesso a um bem absolutamente vital, a água, tão preciosa principalmente para nós, nordestinos, como sabe V.Exa.

O SR. JERÔNIMO REIS - E o Piauí é o Estado brasileiro que tem o maior rio debaixo da terra.

O Sr. Ciro Nogueira - Muito pouco utilizado.

O SR. JERÔNIMO REIS - Quase nada.

O Sr. Ciro Nogueira - É verdade. Portanto, parabéns a V.Exa. pelo oportuno discurso que profere nesta tarde.

O SR. JERÔNIMO REIS - Muito obrigado pela sua participação, Deputado Ciro Nogueira.

O Sr. Vicentinho - Deputado Jerônimo Reis, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. JERÔNIMO REIS - Com todo o prazer, Deputado Vicentinho.

O Sr. Vicentinho - Nobre Deputado, ouço com muita atenção o pronunciamento de V.Exa. Sua presença entre nós enriquecerá o debate nesta Casa sobre questões como a defesa da água com qualidade, a conscientização da sociedade, a responsabilidade dos que exercem o Poder Público e dos que comandam o setor econômico privado, muitas vezes responsáveis pela destruição de rios e matas. V.Exa. tem razão. Para nós, nordestinos — eu também sou da região, do Rio Grande do Norte, com muito orgulho, embora Deputado por São Paulo —, existe uma contradição: em cima, de vez em quando, há seca; embaixo, sob a terra, o maravilhoso aquífero a que V.Exa. acabou de se referir. A água vale muito mais do que o petróleo ou do que o ouro. Quiçá suas palavras se transformem em gestos concretos, e aqui estarei para contribuir nesse sentido. Coloco-me à disposição de V.Exa. para sensibilizar esta Casa, o Senado Federal e o Poder Executivo a fim de que sejam tomadas medidas concretas. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JERÔNIMO REIS - Agradeço ao Deputado Vicentinho o aparte. S.Exa. saiu do Rio Grande do Norte para o Estado de São Paulo, tenho certeza, porque naquela época, como agora, havia muito sofrimento pela falta de chuva. Hoje, estudos indicam que o Nordeste tem muita água, falta apenas que todos nós, políticos, adotemos uma política de investimento para que o povo do sertão nordestino tenha acesso a esse líquido precioso.

O Sr. Eduardo da Fonte - Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado Jerônimo Reis?

O SR. JERÔNIMO REIS - Com prazer, Deputado Eduardo da Fonte.

O Sr. Eduardo da Fonte - Ilustre Deputado, começo meu aparte parabenizando V.Exa. por trazer a esta Casa, mais uma vez, tema tão importante para Sergipe, para o Nordeste, enfim, para todo o Brasil: a água. Como todos enfatizaram, a água é o bem mais precioso, é o bem que fomenta a vida no planeta Terra. Então, mais do que justo trazermos para a Câmara dos Deputados, a Casa do povo brasileiro, o debate de questão de tanta relevância para todos os brasileiros e o discutirmos de forma séria, buscando soluções e resultados concretos. Sem dúvida alguma, Deputado Jerônimo Reis, seu discurso engrandece o Estado de Sergipe, o Nordeste e o Brasil. Parabéns.

O SR. JERÔNIMO REIS - Obrigado, Deputado Eduardo da Fonte, pelas suas palavras.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Apesar de algumas regiões terem nascido em meio a vasto suprimento de água e outras sobre superfícies áridas, o total hídrico é suficiente para todos. É importante lembrar que a água é um recurso natural finito, porém renovável; rios,

lagos e lençóis subterrâneos são capazes de repor seus suprimentos, desde que a humanidade não os esvazie rápido demais ou os contamine.

O Brasil tem a maior bacia hidrográfica do planeta e foi abençoado com chuvas tropicais abundantes. Imagina-se que o País um dia poderá vender água para o mundo, pois a água é uma herança comum da humanidade e da vida, um direito humano individual e coletivo, e para continuarmos a ter direito a esse privilégio necessitamos de mudanças culturais;

Era esse o meu pronunciamento, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade e dizer que precisamos trabalhar muito a questão da água. Ontem, tivemos a presença nesta Casa do Príncipe Charles, importante personalidade que, com certeza, muito poderá contribuir para que os cidadãos do mundo inteiro possam recuperar o nosso planeta o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Jerônimo Reis pelo relevante tema que trouxe a esta Casa.

Durante o discurso do Sr. Jerônimo Reis, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Edio Lopes e Eduardo da Fonte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, que tão bem representa o povo de São Paulo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pelas suas palavras.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trabalhadores do Brasil, hoje, comemoramos os 30 anos da primeira grande greve dos metalúrgicos, ocorrida exatamente no dia 12 de março de 1979 — era Presidente do sindicato o companheiro Lula.

Na ocasião, tínhamos vindo de uma greve nas fábricas, realizada em 1978, em plena ditadura militar; com as conquistas então alcançadas, nós nos animamos, e, em 1979, resolvemos ir às ruas. Além da reivindicação econômica, os trabalhadores lutavam por serem respeitados no local do trabalho.

Como as chefias nas fábricas tinham nos pressionado muito no pé das máquinas, a diretoria do sindicato, então liderada pelos companheiros Lula e Djalma de Souza Bom — que, aliás, me trouxe para o sindicato em 1980 —, resolvemos parar fora das fábricas, para fugir da pressão das chefias.

Com essa greve, que contou com a adesão de mais de 140 mil trabalhadores e demorou 15 dias, ficamos livres das chefias, mas tivemos uma surpresa: a Polícia e as Forças Armadas reagiram contra a greve, perseguindo-nos, prendendo-nos e afastando a diretoria do sindicato, porque foi assim que agiu a ditadura militar — Lula foi afastado, não cassado. Mas a greve resistiu, numa demonstração de que queríamos mudança no País. Embora o nosso interesse fosse econômico, a greve soou como de caráter de transformação social.

Estávamos em plena ditadura militar; e o Ministro do Trabalho era Murilo Macedo.

Tenho saudades daqueles momentos. Ainda sou jovem, mas, naquele tempo, 30 anos atrás, eu era mais jovem ainda, evidentemente.

Essa é uma data marcante para todos nós. A partir de então, nós, metalúrgicos do ABC — fui funcionário da Mercedes-Benz por 25 anos —, adquirimos a consciência de que não estávamos isolados na poderosa região do Grande ABC. Tínhamos a consciência de que estávamos contribuindo para a redemocratização do País, para que o movimento sindical tivesse direito à manifestação, para que a sociedade tivesse direito de votar. Sei o quanto contribuímos com aquela mobilização!

Quero, neste momento, fazer um agradecimento ao então Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos, trabalhador na Mercedes-Benz, o meu companheiro Djalma de Souza Bom. Djalma Bom, conforme costumo dizer brincando, é o Garrincha do movimento sindical. Se Lula foi Pelé, Djalma foi Garrincha. Homem sério, capaz, Djalma carrega princípios morais até hoje. A você, companheiro Djalma, meu agradecimento, pois foi você quem me pegou no pé da máquina, na Seção 128, onde eu trabalhava no controle da fabricação de eixos, e disse: "*Vicentinho, tenho uma missão para você: estou lhe convidando para fazer parte da diretoria que vai substituir a diretoria presidida pelo Lula*".

Na greve de 1979, quando Djalma Bom, Juraci Magalhães, Rubens Teodoro e Cláudio Rosa, nossos líderes, tentaram paralisar a fábrica — muita gente, mais de 15 mil pessoas —, eu estava junto, um pouco preocupado, porque não era ainda

dirigente sindical, para impedir que alguns fraquejassem. Lá estava também a mídia; a Polícia não entrou, porque estávamos no local de trabalho.

E que alegria quando, às 7h da manhã, chegou a notícia de que os trabalhadores da Volkswagen tinham parado desde a madrugada; que os da Ford, idem; que os da Scania, os primeiros a fazer greve em 1978, também; que as empresas de autopeças estavam paralisadas, e que um grupo de empresários que não acreditava na capacidade de solução do problema através da FIESP estava procurando os dirigentes sindicais para realizar acordos.

Hoje, 12 de março de 2009, 30 anos depois, vemos Lula na Presidência da República, mantendo-se coerente com o sonho que tinha naquele período. Hoje, o Brasil tem a influência dos trabalhadores.

Quero, portanto, em nome do companheiro Djalma Bom e do companheiro Presidente Lula, saudar todos aqueles que tiveram a coragem de dar os primeiros passos e dizer muito obrigado, porque eu tenho certeza de que as conquistas de hoje só foram possíveis por causa das lutas de ontem.

Vivam os metalúrgicos! Viva a greve de 12 de maio de 1979.

Feito esse registro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que, recentemente, recebi em meu escritório em São Bernardo do Campo o Sr. Fausto Cestari, Secretário-Executivo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, momento em que ele manifestou a preocupação com os efeitos da crise econômica sobre a região.

Motivado por esse diálogo, telefonei para o companheiro Luiz Marinho, Prefeito de São Bernardo do Campo, e também para o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, companheiro Sérgio Nobre. Daí a constatação sentida por

todos da importância da união daqueles que têm responsabilidade social de buscarem saídas e de adotarem formas para o enfrentamento da crise.

Como sabem V.Exas., nobres Deputados e Deputadas, demissões também ocorrem naquela região. A pujança do ABC sente os efeitos dessa crise.

Surgiu, então, liderada pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o companheiro Sérgio Nobre, iniciativa da realização de importante seminário sob o título *ABC do diálogo e do desenvolvimento,* com início hoje e término amanhã.

Nesse seminário, Sr. Presidente — e eu lamento muito não poder dele participar, uma vez que aqui estou cumprindo minha missão — várias personalidades estarão presente, entre sindicalistas, empresários, Prefeitos, enfim, autoridades de todas as esferas. Hoje, por exemplo, dialogarão com o nosso povo a Ministra Dilma Rousseff e o Governador José Serra.

Também se farão presentes o Ministro Carlos Lupi, empresários, secretários estaduais, representantes do Governo Federal e dos trabalhadores, como o companheiro Cícero Firmino da Silva, o Martinha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, e o companheiro Paulo Lage, Presidente do Sindicato dos Químicos do ABC.

Essa ação demonstra que a região está unida para enfrentar a crise econômica.

Daqui, do plenário desta Casa, mando meu abraço a todos que estão nesse seminário. Através do diálogo, sem abrir mão de princípios, poderemos dar uma grande contribuição para o nosso país.

A propósito, Sr. Presidente, vem-me à memória outra grave crise, no início dos anos 90, quando presidia o Sindicato dos Metalúrgicos, com demissões e fechamento de empresas — tive inclusive de ir aos Estados Unidos da América pedir apoio contra o fechamento da Ford Tratores. Foi então que constatamos que a solução da crise estava em nós mesmos. Criamos a Câmara Setorial. Luiz Sheuer, então Presidente da ANFAVEA, Cláudio Vaz, então Presidente do SINDIPEÇAS, Doroteia Werneck, representando o Governo Federal, e eu, juntamente com meus companheiros da direção do sindicato, representando os trabalhadores, fizemos um acordo extraordinário. Reduzimos impostos federais e estaduais; diminuímos o preço dos veículos e conseguimos 20% de aumento real para os trabalhadores. O resultado foi muita produção e criação de empregos.

Lembro também de uma figura inesquecível, que tinha habilidade e capacidade de compreensão da importância da região e do diálogo entre todos os setores — aliás, eu tive a honra de participar com ele da Agência de Desenvolvimento Econômico da Região do ABC. Falo do saudoso Celso Daniel, cuja memória gostaria de homenagear neste momento.

Sabemos que a crise começou nos EUA, alastrou-se mundo afora e atingiu o Brasil. Entretanto, graças ao Governo Lula, através da adoção de políticas de desenvolvimento que geraram milhões de emprego e muita renda, fortalecendo assim o mercado interno, o impacto da crise será menor em nosso País do que em vários outros.

Considero um seminário como esse uma referência para o debate nacional, e, embora esteja acompanhando a distância sua realização, espero que seus

resultados possam ganhar ressonância neste Parlamento, pois esta Casa tem muito a contribuir a respeito.

Finalmente, quero registrar meu muito obrigado ao amigo Cândido Vaccarezza, Líder da bancada do PT, por ter me dado esta oportunidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o grande Deputado Vicentinho, que, com certeza, engrandece muito a história do ABC e de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, que tão bem representa o Estado de Minas Gerais.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, abordar 2 temas, com o mesmo enfoque, referentes exatamente ao momento que estamos vivendo, momento de crise em âmbito internacional. O Brasil não está fora do mundo, portanto também vivemos essa turbulência.

Cada região, cada cidade tem de dar sua contribuição neste momento, para que as pessoas que vivem nessas localidades sofram menos com a crise internacional. Todo mundo está vendo os sem-casa nos Estados Unidos meio assustados, exatamente porque não se imaginava que a potência do mundo pudesse um dia passar pelas dificuldades que está passando. Sabemos que quem gasta mais do que tem logicamente vai ter problema, e os Estados Unidos, em virtude das guerras que produziu, dos gastos excessivos, uma hora teriam problemas. Foi o que aconteceu. Mas, ao mesmo tempo, os Estados Unidos levam o conjunto do mundo a essas dificuldades. É o que vivem hoje a Europa, o Japão, a Ásia. E, logicamente, nós também sofremos com isso.

Mas é exatamente neste momento de dificuldade e de crise que temos de ter visões novas, uma nova mentalidade para enfrentar de fato esse processo. No Brasil, quando enfrentamos alguns momentos de crise — na crise da Rússia, do México, da Argentina —, a ideia era a de que tínhamos que cortar. Nós estamos agora na Vice-Liderança do Governo no Congresso e trabalhamos um pouco na questão orçamentária. A visão não pode ser a do corte, tem de ser exatamente o

contrário. Agora é o momento do investimento. Temos de investir porque, se cortarmos, a crise tende a se agravar. Mas como fazê-lo? Acho que o Banco Central poderia ter começado antes. Temos falado desde o ano passado que entendíamos que o Banco Central deveria reduzir a taxa de juros desde aquela época.

Ontem, o Banco Central fez a redução da ordem de 1,5% nas taxas de juros. O que representa isso? Muitos podem se perguntar qual o reflexo disso. Só no pagamento de juros que o Brasil terá de fazer este ano, 1,5% significa que vamos economizar perto de 10 bilhões — essa economia que nós deixaremos de pagar com juros nós vamos investir. Esse é o recurso que nós teremos para investir.

Espero que o Banco Central não fique apenas no 1,5%, mas que, na próxima reunião do COPOM, faça novas reduções, para que possamos implementar esse processo.

Os Estados Unidos e a Europa não têm mais como reduzir a taxa de juros. O juro está praticamente negativo, porque eles estão em uma crise profunda. Nós ainda temos uma política de redução de juros, o que nos dá condições de investir.

Nós precisamos dar continuidade à política de liberação do compulsório. Antes da crise, há 6 meses, nós tínhamos aproximadamente 260 bilhões em compulsório. Atualmente, já foram utilizados perto de 94, mas podemos ampliar este processo — e temos de ampliá-lo —, para continuar promovendo uma política correta de enfrentamento da crise, que não é corte. Estamos trabalhando não para que haja cortes no orçamento, mas, ao contrário, para que haja investimento. Está na hora de o Poder Público fazer investimentos.

Como é que em algumas regiões do País, na nossa, o Triângulo Mineiro, em Uberlândia, nós estamos enfrentando a crise? Fazendo exatamente o contrário da

lógica do corte: promovendo investimentos. É exatamente o que queremos abordar agora.

Antes concedo aparte ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O Sr. Paulo Rubem Santiago - Deputado Gilmar Machado, parabenizo V.Exa. por trazer a esta Casa o debate da conjuntura macroeconômica, da política monetária, da questão das taxas de juros. Junto com V.Exa. e um conjunto de Parlamentares, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, nós tentamos fazer com que o debate continuasse. Embora estivéssemos dando os primeiros passos no primeiro mandato do Presidente Lula, à época nós já entendíamos que a relação entre o Governo e a política macroeconômica tinha de ser uma relação permanentemente aberta, atenta. Veja V.Exa. que há poucos meses o Brasil comemorou o recebimento do chamado grau de investimento, assim considerado pelas agências de investimento internacionais, mas nem o grau de investimento, que nos equipararia a um general 5 estrelas, fez com que o Brasil passasse imune a esta crise. Então, é muito importante o pronunciamento de V.Exa., como são importantes os estudos que estão sendo publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, tendo à frente o economista Marcio Pochmann, que vem defendendo um outro papel para o Estado brasileiro: o de não submissão ao mercado, ao mau humor ou ao bom humor dos investidores internacionais, o papel soberano de mostrar que se tem no Estado e na política fiscal instrumentos de investimento e de distribuição de renda, com o controle do valor real da moeda, mas também, e acima de tudo, com a construção da soberania e do desenvolvimento. O pronunciamento de V.Exa. me faz lembrar nossos encontros de 2003, 2004 e 2005, e dá ao País oportunidade de ter soberania e maturidade para discutir seu futuro e

suas alternativas, especialmente quando se discutem políticas fiscal, monetária e cambial e as relações do País com a comunidade financeira internacional. Creio que esta crise se transforma em proveitoso material didático. Para aqueles que achavam que só havia uma verdade universal na economia, mostra que não há verdade universal, há opções, há caminhos, e o Brasil não pode continuar seguindo o caminho que se disse antes ser o único, o caminho universal. Precisamos buscar novas alternativas e reorientar a macroeconomia para o País se proteger da crise e, acima de tudo, se desenvolver. Parabéns a V.Exa.

O SR. GILMAR MACHADO - Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago. Incorporo suas palavras a meu pronunciamento. Trabalhamos e continuamos a atuar juntos, compartilhando a mesma visão.

Em tempos de crise, há quem diga que o Estado precisa economizar, e que o servidor público é um peso, que o reajuste de seu salário é um problema.

Ora, Sr. Presidente, muito pelo contrário. É exatamente na crise que precisamos de servidores públicos capacitados e valorizados. Para enfrentá-la, precisamos de uma estrutura que funcione. Precisamos que o DNIT funcione bem, que o INCRA funcione bem, que o MEC funcione bem. Todos os Ministérios têm que funcionar bem. A lógica é exatamente inversa, e, nesse sentido, acho que a crise está possibilitando este debate: estamos podendo demonstrar que a forma como foram combatidas as crises anteriores foi desastrosa para o Estado. O desmonte do Estado nos prejudicou, fez com que tivéssemos alguns atrasos.

Começamos a reorganizar o Estado e a nele investir, por meio de políticas concretas de Estado; iniciamos o processo de investimento em pesquisa; passamos a investir nas universidades, a ampliá-las e a interiorizá-las, por meio do REUNI;

decidimos valorizar a ciência e a tecnologia e a investir nos IFETs, os Institutos Tecnológicos de Ciência e Tecnologia, que possibilitam hoje o ensino técnico e tecnológico para nossa juventude e chegam ao interior do País — serão 94 novas escolas só neste ano.

Eu, que sou do interior; eu, que venho do Triângulo Mineiro, região que tem tentado dar sua contribuição, tenho visto a aplicação dos novos conhecimentos no desenvolvimento do campo, porque o fato é que vivemos hoje fundamentalmente da agropecuária, em especial da agricultura familiar, que cresce espetacularmente em nossa região. Neste ano teremos, graças a Deus, uma grande colheita de milho e feijão. Isso é muito importante, porque quando a lavoura é boa, o povo se alegra, uma vez que é exatamente na safra, na fartura, que o desenvolvimento é possível.

É exatamente esse trabalho que precisamos fazer. Precisamos pensar no PAC que o Governo fez para a EMBRAPA, voltado para a área da pesquisa, a fim de que possamos apoiar os pequenos produtores, nos seus assentamentos. É esta lógica que precisamos adotar: a de que temos que combater a crise com investimentos, fazendo com que o Estado aumente a sua presença e tenha, de fato, força. É o contrário do que vimos anteriormente.

Deputado Luiz Couto, concedo um aparte a V.Exa.

O Sr. Luiz Couto - Nobre Deputado Gilmar Machado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. A palavra-chave é esta mesmo: investir. Investir não apenas aplicando recursos do Orçamento, mas também utilizando o crédito que nosso Governo, por meio dos bancos oficiais, está abrindo. A Sra. Ministra disse ontem, na reunião com a bancada do Nordeste, que o projeto de construção de mil residências não será executado com recursos do Orçamento, mas com dinheiro

proveniente do crédito. Ou seja, o Governo está cada vez mais fazendo com que o mercado interno possa crescer, o que é fundamental. Sabemos que a crise torna mais difícil vender, mas o mercado interno está agora dando uma resposta. Portanto, concordamos plenamente com V.Exa.: de fato, o termo é investir. Precisamos investir, investir e investir, para que sejam gerados empregos e para que seja distribuída a renda. Parabéns a V.Exa., Deputado Gilmar Machado, pelo seu pronunciamento.

O SR. GILMAR MACHADO - Muito obrigado, nobre Deputado Luiz Couto, pelo aparte.

Aproveito ainda para dizer que realmente nós queremos continuar nesse trabalho.

Como disse há pouco, quero cumprimentar os empresários de Uberlândia e de toda a nossa região, que, apesar de estarem meio assustados, sem saber se devem ou não investir, estão acreditando no futuro. Quando muitos param para pensar e começam a questionar se temos ou não condições de superar a crise, se vale a pena ou não investir, começam, de fato, a dar a sua contribuição.

Na próxima segunda-feira, o Ministro Hélio Costa irá a Uberlândia lançar a tevê digital em nossa cidade. Uberlândia será a segunda cidade do interior do Brasil a possuir essa tecnologia, que várias capitais ainda não têm.

Quero cumprimentar os empresários do setor de comunicação de Uberlândia Dr. Tubal e seu filho Rogério, que coordena a *Rede Integração*, do Sistema Globo, pois eles vão assinar contrato na segunda-feira, às 17h, no Ministério das Comunicações, para lançamento da tevê digital em Uberlândia.

Cumprimento também a Rede Record, na pessoa do Dr. Ary; a *TV Band Regional* de Uberaba; a Rede Vitoriosa de Comunicações Ltda., do Senador Wellington Salgado de Oliveira; e o Sistema SBT, que também estarão lá para lançar a tevê digital.

Todos eles acreditaram na tevê digital e, por isso, fizeram investimentos; mudaram toda a programação, criaram uma programação regional. Com isso, abriram espaço para jornalistas e técnicos e ampliaram, em nossa cidade, Uberlândia, a área de produção de programas. Isso, junto com a interiorização do desenvolvimento das telecomunicações, é fundamental.

É desse jeito que enfrentamos a crise.

O Deputado Luiz Couto falou sobre a habitação. Eu quero cumprimentar a Prefeitura de Uberlândia, que está aceitando o desafio do Governo do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff de construir habitações populares.

Na próxima quinta-feira, o Ministro Nelson Jobim estará aqui conosco. Já temos autorização do Comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizada de Uberlândia para receber, por meio de cessão, uma área do Exército de Uberlândia que não está sendo utilizada, na qual ficava o seu antigo *stand* de tiro. Essa área será repassada à Prefeitura e nela será erguido um conjunto habitacional com 3 mil moradias, no sistema vertical. Para isso, utilizaremos a experiência de Uberlândia na construção de prédios.

Dessa forma, todos atuarão: a Prefeitura Municipal vai fazer a infraestrutura, a União vai repassar a área e 4 grandes construtoras de Uberlândia vão construir, com dinheiro do financiamento da Caixa Econômica Federal, 3 mil habitações.

Essa é a parceria de que precisamos para enfrentar a crise.

A Universidade Federal de Uberlândia também repassará à Prefeitura, por meio de permuta, uma área onde serão erguidas mais 1.500 casas para a população de Uberlândia. Em troca, a Prefeitura fará a pavimentação do novo campus da universidade, obra para a qual o Ministério da Educação já destinou 40 milhões.

Essa é a nossa forma de enfrentar a crise.

Tudo isso será feito da seguinte forma, Deputado Luiz Couto: o Governo Federal vai ceder os terrenos, a Prefeitura vai fazer a infraestrutura e as construtoras vão pegar financiamento na Caixa Econômica Federal para construir as habitações. Dessa forma, poderemos dar a nossa contribuição ao projeto que visa à construção de 1 milhão de casas até o ano que vem. Somente em Uberlândia, com esses 2 programas, contribuiremos com mais de 5 mil habitações para o PAC da Habitação.

É dessa forma que nós enfrentamos a crise: com a integração do Poder Público Municipal. Nessa hora não temos que olhar as disputas partidárias. O Prefeito de Uberlândia, que é do PP, apesar de ser da base do Governo, não apoiou o Presidente Lula. Mas não é por isso que vamos deixar de fazer um trabalho conjunto, de parceria, pois nós queremos parcerias que promovam o desenvolvimento. Não temos que ficar pensando nos partidos "a", "b" ou "c". Nós temos que pensar na população, na renda e nos empregos que vamos gerar em nosso município.

Com essas obras, a construção civil vai gerar empregos e melhorar a renda na nossa região, e é isso que nós queremos.

Além das obras que já foram iniciadas e concluídas, tais como a duplicação de 18 quilômetros da BR-365 e da Brasil-050, que corta a nossa cidade e que já está totalmente duplicada, graças a um investimento de mais de 90 milhões, a Ministra

Dilma, representando o Governo Lula, estará, em breve, na nossa região para lançar as obras de duplicação dos trechos Uberlândia—Araguari e Uberlândia—Trevão de Monte Alegre. De Uberlândia a Araguari são 40 e poucos quilômetros, e o investimento será de mais de 190 milhões de reais. Já a duplicação do trecho que liga Uberlândia ao Trevão de Monte Alegre vai nos possibilitar sair de Brasília e ir a São Paulo por uma rodovia 100% duplicada, o que será extremamente importante para o escoamento da produção não só de Minas Gerais, mas também de toda a Região Centro-Oeste, principalmente de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além da de Tocantins. Esse é um investimentos de mais de 225 milhões.

Isso é enfrentar a crise!

Sr. Presidente, este é um momento em que, para enfrentar a crise, temos que continuar cobrando. E nós vamos continuar cobrando do Banco Central que prossiga na sua política de redução da taxa de juros, para que possamos fazer economia, como eu disse anteriormente. A redução de 1,5% resultará em 10 bilhões de economia no pagamento de juros, o que vai nos possibilitar a aplicação de mais recursos em infraestrutura, em desenvolvimento.

Além disso, nós vamos continuar insistindo em que o caminho para enfrentar a crise não é promover cortes. Nós temos é que fazer investimentos. Temos que continuar investindo pesado em educação, ciência e tecnologia, em infraestrutura, sem nos esquecermos dos programas sociais, que não apenas promovem a distribuição de renda, mas também estimulam o consumo, pois possibilitam que os que recebem essa renda movimentem o comércio. E é dessa forma que nós vamos conseguir enfrentar e superar esta crise.

Já estamos ouvindo alguns discursos de que o Governo errou ao fazer negociações com os servidores públicos quanto aos reajustes salariais e ao fazer novos contratos. Sr. Presidente, temos que continuar contratando, sim. Temos que ter mais universidades, mais escolas técnicas e tecnológicas para atender à nossa juventude. É dessa forma que vamos conseguir superar essa crise e mostrar ao mundo que não era correta a visão que tentaram pregar para nós, de que o Fundo Monetário sabia tudo e que o mercado resolvia tudo.

Vimos que não resolve. Temos que ter a participação efetiva do Estado e da sociedade nos mercados financeiros. Hoje eles perderam o controle, mas precisamos retomá-lo, para de fato continuar gerando renda e melhorando a vida do nosso povo.

Quero cumprimentar o Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff, que tem coordenado esse trabalho. Continuamos defendendo aqui que temos de fazer o enfrentamento da crise com investimentos, garantindo que o Estado tenha uma participação maior, e não cortando o Orçamento, porque não é dessa forma que enfrentamos e que vamos superar a crise.

As crises passadas foram enfrentadas desse jeito, mas agora nós seguiremos um novo modelo, e temos certeza de que o mundo vai ficar diferente depois dessa crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Gilmar Machado por abordar temas tão importantes para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, que tanto engrandece o povo de Pernambuco, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiro da bancada pernambucana, Deputado Eduardo da Fonte, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero inicialmente congratular-me com o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, pela matéria publicada hoje no *Caderno de Economia*. Trata-se de entrevista com o Prof. Fernando Cardim de Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o seguinte título: *A essa altura, a principal alavancagem é fiscal.*

Traduzindo para os nossos companheiros telespectadores da *TV Câmara* que nos acompanham, o que diz o Prof. Fernando Cardim de Carvalho é que a decisão do Banco Central em reduzir a taxa de juros foi tomada tardiamente, depois da quebra de confiança nos setores empresariais da maioria da sociedade. Essa decisão deveria ter sido tomada anteriormente, ainda no último trimestre do ano passado, para permitir a credibilidade e a manutenção do patamar de investimentos.

Sr. Presidente, acompanho o pensamento do economista Marcio Pochmann, nas publicações do IPEA: é preciso ampliar o investimento; é preciso reduzir ainda mais a taxa de juros e fazer com que o País possa recuperar a capacidade de investimento, e não fazer do Tesouro Nacional um instrumento de acumulação de credores dos títulos da dívida pública.

Sr. Presidente, quero também saudar a realização, hoje pela manhã, da abertura da 1ª Caravana Nacional em Defesa do Sistema Único de Saúde, que representa um grande instrumento de controle social, um grande instrumento na luta

pelo financiamento do SUS, que é, sem dúvida, o sistema de maior abrangência de política pública de que se tem notícia no mundo.

Eu me integro, portanto, à Caravana Nacional em Defesa do SUS.

Fiz uma saudação em versos como literatura de cordel, agora há pouco, no Conselho Nacional de Saúde, a fim de multiplicar a compreensão de nossa população sobre a importância do SUS.

Srs. Parlamentares, peço a V.Exas. a tolerância de escutar-me:

“Neste país continente/

De uma história singular/

A desigualdade agride/

Não nos deixa cochilar/

Enfrentá-la com firmeza/

É o caminho e a certeza/

Pra nação se libertar/

SUS em cada pedacinho/

Desta pátria continente/

Na prevenção, na atenção/

Cuidando de nossa gente/

E o controle social/

É a senha sem igual/

Pra um sistema eficiente/

Já vi na luta diária/

Cada exemplo de lascar/

Dinheiro pra ambulância/

Em outro canto ir parar/

Maternidade esperada/

E a verba foi desviada/

Pro bico dos carcará/

São Paulo, Olinda, Pelotas/

Barreiras e Surubim/

Em Sobral, em Parnaíba/

O SUS só se faz assim/

O SUS é uma referência/

Outros sistemas virão/

Na assistência social/

Na cultura e educação/

Consolidando a gestão/

Com mais dinheiro na mão.

Este é o nosso pronunciamento em defesa e em solidariedade à Caravana Nacional, que iniciou em Brasília uma jornada nacional em defesa do SUS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Paulo Rubem pelo grande tema que trouxe a esta Casa.

POEMA A QUE SE REFERE O ORADOR

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

VI - ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Vai-se passar ao horário de

VII - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Uldurico Pinto, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores internautas e telespectadores da *TV Câmara*, Franklin Delano Roosevelt, o grande Presidente dos Estados Unidos, dizia: *“A Nação que destrói o seu solo destrói-se a si mesma”*.

Por outro lado, Oliver Cromwell, revolucionário inglês do século XVI, nos lembra que *“a necessidade não tem lei”* — ou seja, não adianta legislar em benefício da preservação de nossos solos, fauna e flora, enquanto grande parte dos brasileiros estiver abaixo da linha da pobreza e, portanto, disposta a arriscar inclusive sua liberdade em troca de melhores condições de vida. Para defender o meio ambiente, portanto, é necessário incluir os humanos na equação.

O Complexo do Pantanal, relativamente bem preservado até hoje, certamente merece um modelo sustentável de desenvolvimento. Aquela que é a maior planície alagada do mundo reúne vários pântanos, mas muda de configuração a cada ciclo completo de chuvas e estiagem.

Um antigo mar, que foi enterrado pelas enxurradas dos rios, o Pantanal tem a declividade muito baixa. A água que cai nas cabeceiras do Rio Paraguai chega a gastar 4 meses ou mais para atravessar todo o complexo, constituído de cerrados e cerradões, sem alagamento periódico, inclusive a vegetação é semelhante à caatinga. Campos inundáveis em ambientes aquáticos, como lagoas de água doce ou salobra, parecem-se mais com o pantanal que imaginamos, mas na verdade a sua posição geográfica o enriquece com a flora e a fauna da Amazônia, da mata atlântica, do cerrado, dos contrafortes dos Andes.

Em meio a uma flora riquíssima, que inclui desde o mandacaru até palmeiras e orquídeas, figueiras e aroeiras, desenvolve-se uma fauna abundante ameaçada de

extinção em outros pontos do Brasil. Trata-se de um ecossistema único, reconhecido como patrimônio mundial da natureza pela UNESCO e pelo Brasil que lá criou o Parque Nacional do Pantanal.

A região tornou-se conhecida do mundo ocidental desde 1524, quando o português Aleixo Garcia chegou à região onde hoje está a cidade de Corumbá. Contudo, somente a partir da década de 1960 o financiamento estatal a projetos agropecuários começou a ameaçar a natureza da região.

Como o pantanal já foi um mar, suas águas ainda são ligeiramente salobras, o que favorece a pecuária, hoje a maior riqueza e a maior ameaça ao ecossistema, juntamente com a agricultura de exportação: a soja e a cana-de-açúcar.

Fiscalizar os grandes produtores é fácil, mas os pequenos agricultores e pecuaristas, se não tiverem alternativas mais rentáveis, podem promover rapidamente a descaracterização do Pantanal.

Maciços investimentos no setor do ecoturismo podem demonstrar que é mais rentável manter do que destruir o meio ambiente. Contudo, enquanto essa vocação econômica sustentável não se firma definitivamente, o Pantanal também é ameaçado por usinas siderúrgicas que funcionam, pasmem, com carvão vegetal extraído dos cerrados vizinhos.

Sras. e Srs. Deputados, a Bacia do Rio Paraguai ainda forma extensas áreas inundadas, que barram o avanço humano e abrigam muitos peixes e animais ameaçados de extinção em outras partes do Brasil, como o cervo-do-pantanal, a capivara, o tuiuiú e o jacaré. Porém, se deixarmos o Pantanal nas mãos das leis do mercado, rapidamente perderemos um dos maiores patrimônios ambientais da humanidade e a chance de promovermos um desenvolvimento mais inteligente do

que a simples venda de matérias-primas para o exterior. Fazemos isso desde o tempo dos portugueses, e obtivemos como resultado apenas latifúndios e má distribuição de renda.

Precisamos cooptar os pequenos produtores e a opinião pública para projetos de desenvolvimento não agressivos ao meio ambiente, como, por exemplo, o turismo.

O Pantanal está no centro da América do Sul, e poderia também se beneficiar de um planejamento logístico que transformasse cidades próximas, como Cuiabá, em entroncamentos aeroviários, ferroviários e rodoviários para todo o continente.

Universidades, indústrias de informática, turismo. Há vários tipos de investimentos compatíveis com a preservação do meio ambiente e que geram muito mais renda do que a exportação de água. É isso o que estamos fazendo quando exportamos grãos e carne para países que já esgotaram suas reservas do líquido.

Obviamente, há espaço para a tradicional monocultura de exportação nos vastos campos brasileiros. No entanto, nenhum equívoco seria mais desastroso do que trocar a riqueza ecológica do Pantanal por umas poucas safras de soja.

O Governo está atento ao problema, mas ainda não encontrou o caminho para promover na região o desenvolvimento sustentável, eliminando a pobreza sem destruir aquele ecossistema.

Espero que os novos tempos de baixa liquidez internacional não nos faça fechar os olhos para os crimes que são cometidos em nome do desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Deputado Uldurico Pinto, parabenizo V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edio Lopes.

O SR. EDIO LOPES (Bloco/PMDB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade de ter V.Exa. presidindo a sessão para, por uma questão da justiça, em nome do povo do meu Estado, agradecer a gentileza e a grandeza da recepção com que V.Exa. dispensou à Comissão do Estado de Roraima, que esteve em Pernambuco, na semana passada, visitando a cidade de Nova Jerusalém. Portanto, em nome do povo do meu Estado, agradeço a V.Exa. e, por extensão, ao povo de Pernambuco.

Sr. Presidente, há 15 dias tivemos a satisfação de, junto com o Prefeito de Rorainópolis, extremo sul do meu Estado, participar da inauguração de rede elétrica em vicinais daquele Município. Pudemos viver e, por que não, nos emocionar com a alegria que mais de 350 famílias sentiram no momento em que o Prefeito ligava a energia elétrica em definitivo nas suas casas.

Sr. Presidente, com emoção ímpar ouvi o depoimento de uma senhora com pouco mais de 30 anos, que ali nasceu, criou sua família e que até aquela data não tinha tido o prazer e a alegria de atos tão corriqueiros para nós, como acender a luz na sua casa, abrir sua geladeira, ligar a televisão.

Enquanto ali vivia aquele momento, pude imaginar: não fosse o instrumento, hoje tão satanizado pela mídia, da emenda parlamentar, aquela comunidade, a exemplo de tantas outras nos grotões do Brasil, não teria aquele benefício, repito, para nós tão corriqueiro. Foi por seu intermédio que conseguimos disponibilizar aquele benefício par aquela comunidade.

Imagino eu, e certamente V.Exa., se dependêssemos dos burocratas, dos tecnocratas que estão nos gabinetes refrigerados de Brasília, quanto tempo mais aquela comunidade teria de esperar para que um burocrata aqui em Brasília, ao olhar o mapa da Amazônia, de repente descobrisse que aquela vicinal perdida lá no centro da nossa floresta estava há 30 anos sem energia elétrica.

Sr. Presidente, aqui fica minha defesa de forma veemente das emendas parlamentares. Certo é que muitas seguem descaminhos. Porém compete à sociedade, por intermédio de seus instrumentos, em especial desta Casa, fiscalizar e punir os possíveis desmandos. Todavia, as emendas parlamentares são que permitem muitas vezes levar um pouco de conforto, de benefício a comunidades isoladas por este Brasil tão grande e desconhecido.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Gostaria de parabenizar o Deputado Edio Lopes por esse tema tão importante para Roraima e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Walter Pinheiro, que muito nos orgulha nesta Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é um prazer imenso para o povo de Pernambuco e para mim vê-lo na Presidência dos trabalhos da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago mais um tema que tem sido quase voz corrente e presente no cotidiano do soteropolitano — o povo da cidade de Salvador: a manifestação dos moradores do Bairro do Rio Sena, situado no subúrbio ferroviário da nossa cidade. Aquela população tem sofrido enormemente com o descaso do Poder Público em relação à saúde.

Os moradores daquele bairro fizeram uma caminhada de 4 quilômetros, de Rio Sena à Ilha Amarela, outra região na periferia, para protestar contra o fechamento do Posto de Saúde da Família, há 8 meses. A caminhada foi feita em direção ao Posto de Saúde da Família de Ilha Amarela, o único que funciona na região, que atende hoje o povo de Rio Sena, Ilha, Amarela, Alto do Cruzeiro.

A manifestação não só foi para chamar a atenção do Prefeito de Salvador, mas também para dizer o seguinte: *"Olha, todos os dias, quando necessitamos ir à unidade de Saúde da Família, o povo de Rio Sena tem de andar 4 quilômetros"*.

Faz 8 meses que o posto está fechado!

Quando denunciávamos essa situação na campanha, o Prefeito insistia, peremptoriamente, em que tudo estava funcionando às mil maravilhas. Mas o posto está fechado há 8 meses. No momento em que a população de Salvador precisa de atendimento e acompanhamento, o Saúde da Família não pode faltar.

Quero somar-me a essa iniciativa e, além do protesto, expressar minha solidariedade aos moradores do Bairro de Rio Sena. Coloco-me à disposição para que enviem ao Governo do Estado recursos da União e que possamos trabalhar pela reabertura daquele posto. A obrigação por sua operação e manutenção é do Município, que, aliás, tem recebido não só do Ministério da Saúde recursos para o Saúde da Família, como também tem recebido ajuda do Governo do Estado, que na mesma região já entregou vários postos de saúde reformados, e que deve entregar a Salvador cerca de mais 11.

A Prefeitura não fez sua parte. O Governo Estadual está fazendo. Mas é preciso que os Municípios façam a parte que é deles: contratar os médicos, colocar os postos em funcionamento, cumprir sua obrigação.

Sei do sofrimento daquele povo no Bairro de Rio Sena e região, já que, com os postos fechados, o Posto de Saúde da Família de Ilha Amarela termina com sobrecarga. São 600 atendimentos por dia!

Portanto, deixo aqui meu apelo para a solução desse problema que aflige os moradores de Rio Sena e coloco-me à disposição para ajudar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Gostaria de parabenizar o Deputado Walter Pinheiro por trazer a plenário tema tão importante para a cidade de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edigar Mão Branca.

O SR. EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo da Fonte, colegas Deputados e Deputadas, especialmente aqueles da bancada da Bahia — e chamo a atenção do meu querido Deputado Walter Pinheiro, do Deputado Uldurico Pinto e de tantos outros —, há alguns dias venho questionando: será que todos estão sabendo da realidade da dengue na Bahia?

Algo de estranho me traz a esta tribuna: por que as pessoas estão morrendo?

A dengue está tomando conta do nosso Estado. Venho aqui hoje falar sobre esse que é um dos principais problemas de saúde pública no mundo, atualmente: a dengue.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 50 a 100 milhões de pessoas são infectadas anualmente em mais de 100 países; cerca de 550 mil doentes necessitam de hospitalização e 20 mil morrem por causa da dengue. E o que mais assusta é que a identificação da doença continua difícil. As pessoas estão morrendo sem saber o porquê. É incrível que em um país tropical como o Brasil ainda tenhamos esse tipo de dificuldade!

Estamos citando a Bahia porque os Municípios de Jequié, Porto Seguro, Itabuna, Itororó, Jacobina, Ipiaú, Presidente Dutra, Barreiras, Salvador e Andaraí são os 10 no País com maior número de notificações, concentrando 73% dos casos no nosso Estado. E o que nos preocupa em toda essa situação é que pessoas estão sofrendo com sintomas da doença, outras tantas estão morrendo, e, em vez de as autoridades responsáveis itensificarem as campanhas educativas ou as ações de

prevenção e de combate ao mosquito transmissor, ficam perdendo tempo acusando a população, o que é grave. Não é certo culpar os cidadãos pela ausência de políticas públicas e pela falta de ações coordenadas na área de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde quero chamar a atenção do nosso competente Secretário Sola e do nosso querido Governador. Não sei se lhes peço que adotem o sistema de Goiânia, onde cada morador em cuja residência for identificado foco do mosquito paga uma multa. Nossa população já é tão sacrificada para comer, beber e vestir! Como vai viver se ainda tiver de pagar multas por abrigar na residência foco do mosquito da dengue?

Peço à bancada e às autoridades baianas: vamos nos dar as mãos e buscar recursos, acordar o Governo Federal! vamos colocar a polícia na rua, se necessário, os políticos, os educadores! vamos fazer um mutirão! Porque as famílias estão chorando seus mortos: já são mais de 30 na Bahia, vítimas da dengue.

Aqui fica meu apelo, a par de meus sentimentos às famílias que perderam entes queridos por causa da dengue.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Gostaria de parabenizar o Deputado Edigar Mão Branca pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis aqui no Congresso Nacional falo do Porto de Imbituba, em Santa Catarina, administrado pela Companhia Docas de Imbituba, empresa de capital aberto que detém a concessão para exploração comercial do Porto de Imbituba, o único porto público do País administrado por uma empresa privada.

O porto, que possui terminais e vias pavimentadas, equipamentos modernos e armazéns próprios para os diversos tipos de carga, vai integrar Santa Catarina com importantes portos da costa brasileira, via navegação por cabotagem, que é uma das opções de transporte mais baratas. Tal integração portuária vai beneficiar produtores de cerâmica e arroz irrigado, entre outros.

O atual quadro vivenciado no Sul do País, onde se verifica o congestionamento nos berços, pátio e armazéns dos portos e ainda nas estruturas de apoio de retaguarda portuária, tem exigido do setor produtivo novas alternativas para movimentação de suas mercadorias.

O Porto de Imbituba está estrategicamente localizado no epicentro do MERCOSUL, com comunicação fácil com as maiores regiões produtoras e consumidoras não só do País, mas também da América do Sul.

Para relembrar a V.Exas, o Porto de Imbituba é o único porto com uma administração privada do País, fica na região sul do Estado de Santa Catarina. O Município é cortado pela BR-101, que está sendo duplicada neste momento. Vamos ter, em 2 anos, espero, a inauguração do Aeroporto Regional de Jaguaruna; temos

projetos lá, como o Serra Mar, integrando a Serra Gaúcha à Serra Catarinense no litoral. O Porto de Imbituba é estratégico, fica entre Florianópolis, Tubarão e Criciúma, no sul do Estado.

Eu não tenho a menor dúvida — fui presidente do Conselho do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, quando exerci a função de Secretário de Estado da Infraestrutura — em afirmar que o Porto de Imbituba, com a reestruturação que está tendo, com o avanço tecnológico implantado porto, daqui a 4 ou 5 anos será um dos principais portos do País.

Pelo porto movimentam-se granéis sólidos e líquidos, congelados, contêineres e carga geral, com destaque para as importações de fertilizantes, coque, milho, sal e barrilha e as exportações de congelados, açúcar e contêineres.

Parabenizo a comunidade portuária de Imbituba, na pessoa do administrador do porto, Sr. Jeziel Pamato de Souza, que recentemente assinou ordem de serviço que estabelece novos calados para o canal de acesso, bacia de evolução, canal de aproximação e berços de atracação do Porto de Imbituba.

Esse é um trabalho que estamos fazendo há muito tempo. Há muitos anos, o porto precisava de um investimento na sua restruturação.

Juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, a administração do Porto de Imbituba, a administração municipal, através do Prefeito Beto, a Câmara Municipal, a Associação Comercial e Industrial não só de Imbituba como também de toda região, conseguimos sensibilizar o Governo Federal da importância de investir naquele porto, que é estratégico não só para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul e Paraná, mas também para todo o Brasil. Como disse, a localização do porto é estratégica para o Brasil.

Mais uma vez, quero cumprimentar o Jeziel Souza, nosso administrador.

Está havendo uma inovação portuária lá, como está ocorrendo em São Francisco do Sul. Vamos ter a inauguração do Porto de Itapoá, que é um porto privado que fica perto de Joinville. Temos o Porto de Navegantes; o Porto de Itajaí, localizado lá em Itajaí, do outro lado do Rio Navegantes; o Porto de Imbituba e o Porto de Laguna, que transformamos em porto pesqueiro. Em breve, Santa Catarina passa a ser o único Estado do Brasil a ter 6 portos funcionando. Qualquer porto é essencial para ajudar a incentivar a exportação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Edinho Bez por esse tema tão importante, que é o desenvolvimento dos portos do País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTB/PSC/PTC.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

(Discurso publicado na Sessão nº 041, de 20/03/09.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, que muito engrandece o Estado do Rio Grande do Norte. Sem dúvida alguma, S.Exa. é um dos Deputados mais atuantes desta Casa.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus amigos, colegas de Câmara, senhoras e senhores que nos assistem e nos ouvem neste momento, ocupo a tribuna desta Casa para mostrar minha preocupação com a falta de sintonia que existe neste momento entre o Presidente da República, o Palácio do Planalto, a Chefe da Casa Civil e o povo do nosso País.

O que se escuta por parte do Palácio do Planalto é que o susto já passou, o País não será afetado pela crise econômica mundial, vamos dar a volta por cima — e que não se preocupem que não tem crise.

Por outro lado, nas ruas, no meu Estado, o Rio Grande do Norte; no Estado de V.Exa., Pernambuco; nos Estados de todos os Deputados e Senadores o que se vê é falta de investimentos, é queda da produção industrial, é desemprego. Recentemente, li uma pesquisa da FIESP. Só no Estado de São Paulo, Deputado Efraim Filho, a indústria já demitiu 200 mil pessoas. São 200 mil desempregados — e cerca de 600 mil pessoas dependiam desses empregos.

Esta semana, nós lemos e vimos em toda a imprensa nacional que no último trimestre de 2008 os investimentos neste País cresceram quase 10%. A produção industrial caiu 7,4% e o consumo das famílias caiu em 2%. Um levantamento da *Folha de S.Paulo* feito com 37 países mostra que o Brasil é o quinto país mais afetado no mundo. Mais afetados que o Brasil existem apenas Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Indonésia e Estônia.

Outra pesquisa da FIESP mostra que entre países como Alemanha, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Canadá, China, México e Coreia, entre outros, o Brasil é o segundo país mais afetado por esta crise.

Vemos o povo sofrendo com o desemprego, a falta de consumo. Por outro lado, vemos que o único que não diminui o consumo é o Governo Federal. Não existe um ajuste fiscal por parte do Governo! Não se tem notícias de que os gastos com cartão corporativo, mesmo após uma CPI investigar os gastos, foram reduzidos. Ao contrário, tem-se notícia de que os gastos com o cartão corporativo são mantidos. As despesas com viagens continuam as mesmas. O número de Ministérios continua o mesmo. E os cargos comissionados tendem a aumentar.

Neste momento, fico preocupado porque não sei se o Planalto apenas quer acalmar, tranquilizar a população, ou se está completamente apático à situação real da nossa economia.

Hoje, nós lemos nos jornais do nosso País que a taxa SELIC caiu em 1,5%. Ela agora é de 11,25%. O Banco Central diminui a taxa básica de juros para tentar incentivar o consumo. Diminui a taxa de juros, os juros para os empréstimos diminuem, a população tende a aumentar, aumenta-se o consumo e tende-se a gerar mais empregos.

Mas antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem que haver emprego. O Governo Federal tem que se preocupar com geração de emprego. O que existe é desemprego. O que estamos lendo na imprensa nacional é o desemprego na indústria, o desemprego no comércio, o desemprego na agricultura; enfim, é uma completa recessão.

Nosso País só esteve em situação pior no último trimestre de 1990, no momento em que se enfrentava grande recessão sob o Plano Collor.

Infelizmente, não ocupo esta tribuna como Deputado de um partido de oposição; eu ocupo este espaço apenas para alertar o Governo, para alertar a população, e para mostrar a minha preocupação, porque a cada dia em que tomo conhecimento da situação real das ruas vejo um quadro; ao ler as declarações dos participantes do Governo, assim como as do Presidente da República, vejo algo completamente apático e diferente do que está acontecendo nas ruas.

Então eu acho que minha obrigação é ocupar esta tribuna e dizer o que realmente está acontecendo, mesmo porque esta não é uma opinião minha; é a opinião de vários economistas. Economistas renomados, ex-presidentes e ex-diretores do Banco Central do Brasil demonstram sua preocupação com o nosso País.

Ocupo esta tribuna para dizer que o que estamos enfrentando não é apenas uma marolinha, é um tsunami! E que venho, sim, à tribuna não apenas para alertar, não apenas dizer o meu ponto de vista, mas para cobrar do Governo Federal que faça seu dever de casa, que corte o custo da máquina governamental e se preocupe com a política fiscal do País, porque marolinha não existe! O que existe é um tsunami! E o primeiro responsável é o Governo, que tem de cortar os gastos com a máquina governamental.

Vamos diminuir o número de Ministérios! vamos diminuir as despesas com viagens! vamos diminuir, Sr. Presidente, as despesas com cartão corporativo, com cargos comissionados! Vamos fazer com que este País cresça! Vamos desonerar a carga tributária, porque novamente a arrecadação bateu recorde! Desse jeito nosso

País não pode crescer. A carga tributária é altíssima, a par do desemprego e da recessão. E o Governo fica dizendo que não existe nada de grave na situação econômica...

Sr. Presidente, é esta a mensagem que eu deixo, é esta a cobrança que faço ao Governo Federal. Vamos deixar de ser apáticos e enfrentar esta crise de frente, para que nós possamos passar por ela o mais rápido possível e, aí sim, voltar a ter crescimento no nosso PIB, que pode cair a zero este ano.

Que o Governo Federal tome as suas providências e as suas iniciativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Felipe Maia por abordar tema tão importante!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PMN/PRB. S.Exa., sem dúvida alguma, engrandece muito os trabalhos desta Casa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar 2 acontecimentos da maior importância que ocorreram na Casa nesta semana.

Ontem, tivemos a reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia, presidida pelo Deputado Paulo Piau. Hoje tivemos uma audiência, acompanhados de representantes da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências, com o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de discutir a recomposição do Orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, que recebeu um corte de 1 bilhão de reais no ano passado. Há um compromisso do Governo Federal de recompô-lo no início deste ano.

É importante registrar isto no momento em que, no auge da crise americana, o Presidente Obama anuncia que a estratégia maior para o enfrentamento da crise é exatamente o investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Ontem falávamos exatamente disso no debate sobre a Frente Parlamentar com a participação do Presidente da EMBRAPA, Dr. Silvio Crestana, e de diversos presidentes de organizações estaduais de pesquisa agrícola do Brasil, acerca das oportunidades que essa crise enseja para o País, de forma especial na agricultura.

Num país que tem uma agricultura pujante como a brasileira, que pode permitir agregação de valores a esses alimentos, nós ainda dependemos em 60% de insumos agrícolas importados, sobretudo nitrogênio, fósforo e potássio.

Nós temos uma agenda na área de biodiversidade, aliada à biotecnologia; uma agenda na área de agroenergia, de biomassa, biocombustíveis; uma agenda na área de alimentos funcionais, enfim, na área de agricultura de alta precisão, eis que é absolutamente imprescindível para o País sair de forma diferenciada desta crise.

Por outro lado, o Presidente Michel Temer está disposto a recolocar em discussão o Código Florestal Brasileiro, o que nos preocupa muito. Eu quero dizer que temos que promover o zoneamento ecológico-econômico de todas as regiões brasileiras com base no conhecimento científico. E a EMBRAPA, as universidades federais e os institutos de pesquisa podem dar contribuição inestimável ao nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos admitir cortes na área de ciência e tecnologia. Se há uma área que não pode ser cortada, porque é a que vai garantir ao Brasil sair de forma diferenciada da crise, é a área de ciência e tecnologia, sobretudo no que diz respeito à formação de recursos humanos. Mas, pela proposta, foram cortados 182 milhões de reais de bolsas do CNPq, que precisam ser recompostas. Tais bolsas são fundamentais para financiar a formação de recursos humanos e para que possamos ter, por exemplo, no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, recursos para que as universidades possam desenvolver a pesquisa básica; a EMBRAPA, desenvolver novas tecnologias; e as organizações estaduais de pesquisas, adaptar essas novas tecnologias à realidade local e promover transferência de tecnologia. E, finalmente, para que as empresas de assistência técnica e extensão rural possam prestar seus serviços.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro que estamos solicitando audiência ao Ministro Paulo Bernardo; estamos convidando, pela

Comissão de Ciência e Tecnologia, o Ministro Sérgio Rezende para se fazer presente nesta Casa, a fim de mostrar o que vem sendo aplicado na área de ciência e tecnologia.

Tenho convicção de que a Câmara dos Deputados não permitirá os referidos cortes. Tenho convicção de que o Governo compreenderá também, já que assumiu esse compromisso, a importância estratégica de recompor o orçamento da área de ciência e tecnologia, para que o Brasil possa sair desta crise numa condição positivamente diferenciada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Rodrigo Rollemberg pela sua defesa incansável da ciência e da tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, pelo PT. S.Exa. orgulha todos os pernambucanos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais pessoas que conosco participam desta sessão, a ONU, em reunião em Viena, na semana que passou, admitiu o fracasso da sua política de combate às drogas.

Há mais de 9 anos, nesta Casa, a CPI do Narcotráfico elaborou relatório sobre os negócios da droga no Brasil. A ONU estima que, por ano, seja gasto algo em torno de 300 bilhões de dólares no comércio da droga. A agiotagem internacional, que conduziu o mundo à crise financeira, criou paraísos fiscais pelo mundo para a lavagem do dinheiro da droga.

Na verdade, a política de combate às drogas é ineficaz porque, visando apenas a aspectos repressivos e punitivos, desconhece que as drogas têm componentes que vão muito além disso.

Quem de nós não tem um parente ou amigo envolvido em algum tipo de dependência de droga, seja de que natureza for? Todas elas têm provocado tragédias familiares que levam o debate, necessariamente, para o componente da saúde pública e não apenas para a visão policial. Até porque, Sr. Presidente, essa é uma questão cultural milenar: a droga está ligada à humanidade e tem que ser compreendida sob essa dimensão.

A política que imperou nos Estados Unidos não funcionou, fracassou, como ocorreu na Colômbia, por exemplo — e estão aí os relatórios a comprovar. Nesse

país, assim como em alguns outros da América Latina e da Ásia, aumentou o plantio de coca.

Vivemos num sistema capitalista: há produção e há consumo. Se não se tratar dessas duas pontas, se não houver política para reprimir a produção e, ao mesmo tempo, interferir no consumo, nenhum êxito será alcançado. Quem consome as drogas numa sociedade como a nossa? Como desconhecer, de forma cínica, demagógica e hipócrita, que boa parte dos ricos é que sustenta essa indústria de morte com o consumo de cocaína, de heroína e de outros tipos de drogas? E isso é feito isso em sintonia, por omissão ou desconhecimento, com o crime organizado.

Além do mais, há outro aspecto a considerar: as pessoas dependentes não podem ser tratadas como bandidos, mas como doentes que precisam de acompanhamento médico. Essa grave questão não pode ser resolvida apenas com polícia.

Por isso, em bom momento, a ONU reconheceu que a política repressiva não funciona. Não podemos tratar com preconceito e discriminação um jovem que, levado a utilizar maconha, tenha ficado dependente dela. Ao contrário, esse jovem deve ser tratado como alguém que está doente e não ser penalizado como um traficante de drogas.

Temos, portanto, de mudar a nossa legislação e reconhecer, em alguns momentos da vida mundial, a infiltração do crime organizado, do narcotráfico no aparelho do Estado.

Vejam, Srs. Deputados, o que está acontecendo no norte do México: a guerra entre os cartéis da drogas associados às máfias americanas está provocando a instabilidade política no país, resultando em violências, tragédias e mortes. Na

África, há o controle dos países que hoje são alvo e objeto do tráfico internacional de droga.

Repito, temos de reconhecer que se trata de uma questão de saúde pública e de Estado que deve ser enfrentada com coragem e com políticas sérias, não apenas com a submissão do tema ao plano policial.

As famílias, as religiões e o Estado precisam enfrentar a questão da droga. As pessoas que consomem drogas lícitas, compradas nas farmácias, precisam compreender que fazem parte de uma engrenagem que alimenta o mundo das drogas, engrenagem da qual não fazem parte só os traficantes, mas a grande indústria química mundial que hoje mantém, por meio dos fármacos, muita gente dependente. Esse drama mundial precisa ser tratado com essa preocupação.

Daí por que apelamos para que o nosso Governo, nos fóruns internacionais, levante o debate desse assunto com a devida responsabilidade.

Não precisamos ficar submetidos ao DEA — Departamento de Combate a Drogas dos Estados Unidos, cuja influência é muito forte sobre nossa Polícia Federal. A política americana de combate à droga, está provado, não funcionou. Precisamos de mecanismos de repressão, sim, mas conjugados com prevenção, tratamento de saúde e respeito aos seres humanos vítimas dessa dependência, para que efetivamente possam ser produzidas mudanças.

Temos de compreender, acima de tudo, que os grandes consumidores de drogas — a elite —, que indiretamente se associam ao tráfico de drogas, também têm de ser tratados, têm de ser enfrentados num momento grave como este.

. Além do mais, existe a população que cultiva certas drogas, atividade que, inclusive, em certos casos, se apresenta como alternativa agrícola. Há que se

incentivar outro tipo de agricultura, porque, senão, o problema se iguala ao que vivemos em Pernambuco, onde é muito mais rentável plantar maconha do que cultivar tomate, e é isso que provoca o êxodo de parte dos agricultores para aquele tipo de atividade.

Há que se ter uma política, envolvendo o Estado e as famílias, que leve ao reconhecimento da necessidade dessas ações É preciso tratar esse drama mundial, que é resultante dos dramas pessoais de cada um de nós, de parentes e de amigos que têm nas respectivas famílias alguém envolvido com drogas.

Há que se ter políticas que tenham como foco as várias opções dessa luta, a exemplo da necessidade da repressão, sim, para o traficante, mas, ao mesmo tempo, de generosidade e respeito para aqueles que dependem de tratamento, pois, infelizmente, estão dominados pela dependência que o uso de droga provoca e que tantos males causa à sociedade em todo o mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo o Deputado Fernando Ferro por tratar de tema tão importante, o uso de drogas, que tem de ser combatido por todos nós e debatido nesta Casa de forma séria.

O SR. LUIZ COUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, ao analisar a situação da Guerrilha do Araguaia, tomou uma série de deliberações e encaminhou recomendações ao Governo brasileiro no sentido de enfrentar aquela situação.

Em primeiro lugar, reconhece que a Lei da Anistia não pode impedir que a memória e a verdade possam vir à tona e, ao mesmo tempo, coloca a responsabilidade sobre aqueles que torturaram, que mataram e fizeram desaparecer lideranças políticas. Não dá para considerar a anistia como um esquecimento daqueles crimes contra a humanidade. É preciso responsabilizar e usar da Justiça para que, efetivamente, essas pessoas que assim agiram sejam responsabilizadas.

Esse é um elemento importante e é a luta que vamos travar também na Comissão de Direitos Humanos. É importante que o Governo brasileiro possa ter a sua Comissão da verdade e da memória histórica do tempo da ditadura.

Os países que assim agiram avançaram — Chile, Argentina — e estão enfrentando a situação. E eu acho que tem um aspecto importante. As mães desses desaparecidos políticos, as mães dos mortos cujos restos mortais ninguém sabe onde estão, estão querendo que os arquivos venham à tona para que elas saibam, efetivamente, onde os corpos de seus filhos foram jogados, onde estão enterrados, para que possam fazer enterro cristão e para que elas possam, no Dia de Finados, visitar a cova e rezar pelo seu ente querido, que saiu de casa e ninguém sabe se

está morto, ninguém sabe se ainda está desaparecido ou se foi cooptado pelas forças da repressão. É preciso que a verdade venha à tona.

É nesse aspecto que estamos nos associando à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, para que possamos fazer uma grande luta, Deputados. A verdade pode doer, mas a verdade nos liberta. A população brasileira tem o direito de saber o que aconteceu, para que isso tudo seja um processo pedagógico de aprendizagem e para que não tenhamos mais ditadura e tortura, não tenhamos mais perseguição política nem mortes políticas, mas que possamos ter uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Assim, Sr. Presidente, estamos fazendo esse trabalho juntamente com a Secretaria Especial. Isso não é revanchismo nem caça às bruxas, mas responsabilizar aqueles que cometeram tais crimes contra a humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Efraim Filho, que engrandece a Paraíba e esta Casa do povo brasileiro.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, em primeiro lugar, quero expressar a satisfação de ocupar esta tribuna tendo na presidência dos trabalhos V.Exa., um dos representantes da nova geração que começa a ocupar espaços nesta Casa e a ajudar a oxigenar os trabalhos da Câmara dos Deputados, mesclando a experiência de grandes referências da política brasileira aos jovens valores dos quais fazemos parte.

Meu pronunciamento, ilustres colegas, diz respeito ao caso do italiano Cesare Battisti. Hoje, ouvi mais uma vez — e, como das outras, não me convenceu — o Sr. Ministro da Justiça Tarso Genro, que esteve no Senado dando explicações sobre o tema e apresentando argumentos que justificariam a concessão do refúgio político para o Sr. Cesare Battisti, condenado na Itália por 4 homicídios no fim dos anos 70 do século passado. S.Exa. quer agora conceder a ele o *status* de refugiado, permitindo que viva em liberdade em nosso País.

Não falo, Sr. Presidente, simplesmente com base em notícias. Ontem, entreguei, com o Deputado Paulo Bornhausen, o relatório da missão oficial que cumprimos, em nome da Câmara dos Deputados, na Itália, onde fomos conferir *in loco* a repercussão do fato.

A missão oficial resumiu-se em 3 etapas: primeira, uma audiência com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da Itália, Deputado Stefano Stefani; segunda, uma audiência com o professor de Direito

Constitucional e renomado jurista Beniamo Carativa; e terceira, uma audiência com o Embaixador brasileiro na Itália.

Conversamos igualmente, Sr. Presidente, com autoridades dos mundos político, jurídico e acadêmico e com a população em geral — taxistas, garçons, porteiros de hotel. Todos foram unânimes: a Itália não aceita o ato do Ministro da Justiça Tarso Genro.

Volto a afimar que este pronunciamento visa deixar claro que aqui há pessoas e partidos que se posicionam contrários ao que cada vez mais parece ser uma interferência indevida, com base em razões político-ideológicas, em assunto que deveria ser analisado do ponto de vista estritamente técnico e jurídico. Aliás, é dessa forma que imaginamos que o Supremo Tribunal Federal analisará a matéria, provavelmente no fim de março ou no início de abril.

Afirmo — e o faço com conhecimento de causa, de quem esteve na Itália, olhou nos olhos de todos e sentiu na própria pele — que as relações tradicionais, sempre corteses, entre Brasil e Itália estão em risco.

Não há motivos, por um lado, para o Brasil negar asilo político a atletas, que foram devolvidos a uma ditadura, e, por outro, conceder refúgio a alguém condenado em um país reconhecidamente democrático como a Itália.

O Prof. Beniamo Caravita — fui muito enfático, porque queria chegar à verdade — garantiu-me, e analisamos todos os processos: não houve tribunal de exceção, não houve regras especiais, não houve fuga às garantias asseguradas no Estado de Direito. O julgamento do Sr. Cesare Battisti se deu tal qual ao de outros integrantes de movimentos de Esquerda na Itália no final dos anos 70 do século

passado. Processados, defenderam-se, foram condenados, aceitaram a decisão e, cumprida a pena que lhes foi imposta, voltaram ao convívio da sociedade.

O Sr. Cesare Battisti, não. Condenado em 3 instâncias na Itália, foi para a França, onde pediu asilo. Condenado pela Corte Europeia de Direitos Humanos, veio para o Brasil, que agora lhe concede asilo político.

Fiquei muito preocupado porque fui citado no *blog* do Sr. José Dirceu como péssimo exemplo para a juventude brasileira, por me posicionar a favor da Itália, como se esse caso fosse uma disputa de futebol entre Brasil e aquele país. Jamais! Volto a insistir: minha preocupação é com a imagem e com os valores que o Ministro da Justiça passa para a juventude brasileira. A prevalecer sua decisão, o Brasil poderá ser conhecido como país que acoberta autores de ações de terroristas. E, nos dias de hoje, não é bom para a imagem de ninguém ser considerado simpático ao terror!

Se a concessão do refúgio for confirmada, esse cidadão será solto e poderá ser o vizinho de qualquer um de nós, poderá conviver com nossas famílias, enfim, poderá andar calmamente pelas ruas sem receber qualquer pena pelo que houve no passado.

Volto a dizer: há muitos criminosos no Brasil; não precisamos importar mais. Que esse cidadão cumpra sua pena na Itália, que para lá o Supremo Tribunal Federal o envie. Não queremos carregar sobre os ombros essa responsabilidade.

Foi nesse sentido que a Juventude Democratas divulgou manifesto pelos meios de comunicação e pela Internet.

Esperamos que essa interferência político-ideológica em assuntos de natureza estritamente técnico-jurídica seja repudiada pelo Supremo Tribunal Federal e que a extradição seja concedida.

Os valores que a juventude brasileira preza são os do Estado Democrático de Direito e do respeito às liberdades individuais. Que fique claro que direitos humanos não se aplicam somente aos que estão presos em cadeias. Também nós, cidadãos de bem, pais e mães de família, temos o direito de ter nossa liberdade preservada e de não conviver com criminosos em razão de ato exclusivo do Sr. Ministro da Justiça, Tarso Genro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabéns ao Deputado Efraim Filho por trazer tema tão polêmico para ser discutido nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Francisco Praciano, defensor incansável dos direitos da Amazônia.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, não há dúvida de que um bom Parlamento não pode prescindir do contato com a sociedade em geral.

Quero registrar, por conta desse princípio, visita que fiz, a convite da Marinha e da Aeronáutica, à Estação Brasileira na Antártica. Não conhecia a Estação nem a complexidade do PROANTAR, programa que finca no continente branco, a Antártica, a bandeira brasileira e que orgulha a nacionalidade. Grandes e substanciais pesquisas nas áreas de glaciologia, meteorologia, geologia, química, física são desenvolvidas por várias universidades do Brasil, Presidente Eduardo da Fonte — grande pernambucano —, e colocam o País na condição de partícipe de um condomínio internacional. Pelo mérito das pesquisas realizadas por cientistas nacionais, o Brasil é inserido entre as chamadas de nações de consulta diante do que acontece no continente branco.

A condição de estar lá é estratégica e permitirá ao Brasil colaborar com a ciência internacional e, no futuro, usar os recursos e explorar as potencialidades do continente branco.

A visita permitiu a nós, Parlamentares, a vaidade de conhecer aquele programa e, doravante, ajudá-lo a não morrer — muito pelo contrário — e a ter sempre sucesso.

Quero destacar ainda que, Parlamentar do Amazonas, fiz um paralelo entre o continente branco e o continente verde. A legislação que normatiza a atividade

científica na Antártica diz que só em 2048 os países vão-se sentar para avaliar o avanço das pesquisas e decidir se vão ou não usar os recursos ali existentes. Ou seja, sem ciência, não se pode explorar a Antártica.

Algo parecido poderia ser consenso entre brasileiros para a exploração na Amazônia. Deveríamos, num acordo entre brasileiros amantes do meio ambiente e da Amazônia, dada a sua importância estratégica, começar a dizer o seguinte: a exemplo do Tratado da Antártica e do Tratado de Madri, a Amazônia só poderá ser explorada a partir de determinações imperativas da ciência, garantindo que apenas atividades sustentáveis seriam realizadas na região.

Estou feliz em ser brasileiro, de encontrar a Bandeira Nacional fincada do continente branco e ver que lá reina ambiente de paz e de ciência, algo que poderia ocorrer em nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Francisco Praciano pela defesa incansável que faz não só da Amazônia, mas do meio ambiente de todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Raul Jungmann, que muito orgulha a todos os pernambucanos por sua luta incansável relacionada a Pernambuco e ao Brasil.

O SR. RAUL JUNGMANN (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de mais nada, muito obrigado pelas generosas palavras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz hoje, nesta tarde, quase noite, a falar neste plenário é a CPI dos Grampos, que, como sabem, volta às manchetes, volta ao destaque com base em reportagem publicada na revista *Veja*. Mas, antes de entrar nos fatos, eu gostaria de fazer uma breve reflexão.

As democracias têm áreas consideradas duras, ou seja, áreas em que a informação, a transparência e o acesso têm de ser seletivos. É especificamente o caso da área de defesa nacional e também o caso da área de inteligência. Essas áreas, pelas suas características e também pela, digamos assim, sensibilidade que envolve — uma, a defesa da pátria, e a outra, a geração de informações muitas vezes sigilosas, reservadas para informar e formar a opinião dos escalões dirigentes do País —, elas efetivamente não podem ter o escrutínio público, não podem ser abertas à informação. Mas isso também não quer dizer que essa informação e o controle sobre essas instituições não devam existir.

Nós aqui temos de achar o caminho do bom senso, o caminho do meio, como já dizia Aristóteles. E o caminho do meio é não desaparelhar a defesa da Nação e da democracia, ou seja, não podemos abrir mão de um sistema de defesa e tampouco de um sistema de inteligência.

Sr. Presidente, também não podemos pecar pelo lado oposto, que seria não estabelecer mecanismos que deem aquela transparência, ainda que seletiva, ainda

que restrita, e evidentemente o controle a esta Casa e aos outros órgãos de controle, para que possamos acompanhar o comportamento dessas 2 áreas. Até porque o inverso da vulnerabilidade decorrente de não existirem essas 2 áreas ou de que elas não se comportem adequadamente seria exatamente tornar o seu poder, Deputado Luiz Couto, excessivo e sermos ameaçados pelo seu crescimento, pela sua hipertrofia. É isso que estamos acabando de ver.

Nesses últimos dias, tenho-me dedicado a analisar o relatório referente ao vazamento dos dados da Operação Satiagraha. E confirmei, Deputado Luiz Couto, aquilo que eu disse meses atrás: existe, sim, uma Operação Satiagraha 2; existe, sim, uma operação clandestina; existe, sim, um sistema que envolveu praticamente toda a ABIN, que envolveu parte da Polícia Federal, que envolveu inclusive parte da Justiça e até parte também do Ministério Público num processo deveras amplo, ilegal, criminoso, de quebra de privacidade, de acesso a dados sigilosos. Para promover o quê? No meu modo de entender, estocava-se material para criar uma turbulência na disputa presidencial de 2010, que se aproxima, algo semelhante ao que foi no passado a Carta Brandi ou o Plano Cohen, que inclusive desestabilizaram Governo.

Se hoje nós temos instituições democráticas com capacidade e musculatura para responder a um desafio como este, sem sombra de dúvida não pode passar desapercebido que quem montou esse sistema, quem o estruturou, na verdade, tinha interesses em tumultuar a vida e, quem sabe, a escolha democrática dos brasileiros em 2010.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nós não podemos fazer vista grossa, porque isso ameaça o coração das instituições. É a hipertrofia sem controle por

parte do Executivo, da ABIN e do aparato policial. Trata-se também de responsabilidade desta Casa, porque através de lei — aprovada no ano de 1999, portanto, no Governo anterior — instalou-se Comissão Mista que deveria acompanhar exatamente as atividades de inteligência, e não vinha fazendo isso.

Dessa forma, Sr. Presidente, reveste-se da maior importância o resultado da Comissão, não apenas para que possamos responsabilizar o Delegado Protógenes, o executor disso, mas também que se atribuam responsabilidades ao Dr. Paulo Lacerda. É preciso que sejam atribuídas responsabilidades a todos aqueles que mentiram, e de maneira deslavada, à CPI e, portanto, ao Congresso Nacional. É o que estamos vendo nos autos agora: mentira deslavada e sistemática. O desrespeito é contínuo, profundo e representa um desprezo pelas instituições democráticas do nosso País e, sobretudo, pela soberania popular, aqui representada por todos nós. E é a isso que precisamos dizer basta, porque essa é a semente, esse é o ovo da serpente, e ele precisa, o quanto antes, ser desmantelado, em nome da democracia.

Também há necessidade, Sr. Presidente, de que o Ministro Márcio Thomaz Bastos venha aqui prestar esclarecimentos, porque foi durante a gestão dele, não na gestão do atual Ministro Tarso Genro, que esses fatos se deram. Isso não significa dizer que S.Exa. é responsável, muito pelo contrário, nós precisamos é ter a montagem de todos esses fatos, para que, deslindados, possamos aprender, tirar lições, realizar mudanças no âmbito do Executivo e do Legislativo, a fim de que fatos como esse não venham a se repetir.

Sem sombra de dúvida, aí está a semente de uma ameaça à democracia e às instituições brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Sem dúvida alguma, Deputado Raul Jungmann, esse é um tema que tem de ser esclarecido pela CPI. Tenho certeza de que o seu trabalho engrandecerá bastante os trabalhos da CPI, que chegará a resultados que vão engrandecer o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Zé Geraldo, defensor incansável dos direitos do Estado do Pará, que, com certeza, orgulha muito todos nós que fazemos parte desta Casa.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, a Senadora Kátia Abreu, do Democratas do Estado de Tocantins, Presidenta da CNA, foi ao Estado do Pará nesta semana fazer pura política ou política pura partidária, foi tentar desgastar o Governo do Partido dos Trabalhadores, coordenado, na esfera federal, pelo Presidente Lula e, na esfera estadual, pela Governadora Ana Júlia.

Qual foi o gancho que a Senadora pegou para mobilizar a imprensa e para falar mal do Governo do Partido dos Trabalhadores naquele Estado? O gancho das reintegrações de posse.

Como todos sabem, o Pará é o Estado do Brasil em que mais houve conflito, mais morreram lideranças religiosas, Deputados, lideranças políticas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, advogados. Foi lá onde houve o maior massacre de sem-terra neste País. Há reintegrações de posse a serem feitas, mas a Senadora não diz que, no seu Estado, o Tocantins, muitas reintegrações de posse também precisam ser feitas. Não faz comentário sobre isso.

Quero dizer à Presidenta da CNA que a bagunça fundiária no Estado do Pará acabou. Acabou! O Presidente Lula vem incentivando e financiando 3 superintendências do INCRA. É o único Estado que tem 3 superintendências do INCRA. O Instituto de Terras do Estado do Pará, que ficou parado durante décadas

— nos 12 anos do Democratas com o PSDB no Pará, não se fez um projeto de assentamento —, agora está cuidando também da regularização fundiária.

Estamos discutindo sempre no Congresso Nacional os marcos regulatórios. Não se trata só de RESECs, áreas indígenas, áreas de conservação, parques, projetos de assentamento. Agora há a medida provisória para regularização de terras na Amazônia, o que vai solucionar a situação de mais de 90% dos proprietários rurais cujas terras ainda não foram documentadas. Historicamente, o INCRA nunca documentou terra se não fosse em área de assentamento. Vamos debater exaustivamente essa medida provisória.

Portanto, não adianta pensar que no Estado do Pará, em 2009, em 2010, em 2011, vamos solucionar de uma vez por todas os problemas e os conflitos fundiários, que vamos regularizar tudo. Estamos fazendo referência ao segundo maior Estado, geograficamente falando. Mas as medidas que estão sendo tomadas já levaram paz ao campo no Pará, e em pouco tempo teremos solucionada a legalização das terras naquele Estado.

Por isso, quero dizer à Presidenta da CNA que se deu muito mal ao chegar ao Estado do Pará e tentar mobilizar o setor produtivo e a imprensa, porque há um reconhecimento desse setor naquele Estado de que há um grande esforço dos Governos Federal e Estadual para resolver, de uma vez por todas, a questão fundiária, pois, caso contrário, não haverá desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Parabéns ao Deputado Zé Geraldo, do Partido dos Trabalhadores do Pará, pelo pronunciamento. Realmente, sem se

resolver o problema fundiário, não será possível o desenvolvimento socioeconômico do Pará.

Durante o discurso do Sr. Zé Geraldo, o Sr. Eduardo da Fonte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Uldurico Pinto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Concedo a palavra ao jovem pernambucano Deputado Federal Eduardo da Fonte, que presidiu esta sessão com brilhantismo, respeito e elegância, característica do brilhante povo de Pernambuco. Com 26 anos de idade, o Deputado Eduardo da Fonte é um dos mais novos Parlamentares do País. É uma honra conceder a palavra a S.Exa., para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. EDUARDO DA FONTE (PP-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema que me faz vir a esta tribuna hoje é, sem dúvida alguma, uma das questões mais importantes para o povo brasileiro. Trata-se do preço do *diesel* e da gasolina que a PETROBRAS vem praticando no País.

Em 2008, o preço médio do barril do petróleo era de 126 dólares; em 2009, está na casa dos 40 dólares. Uma forma de minimizar a crise, de dar condições ao País para continuar crescendo e se desenvolvendo é fazer, o mais rápido possível, a readequação do preço da gasolina e do *diesel*.

Estudo feito pela Comissão de Minas e Energia desta Casa mostra que é possível reduzir rapidamente o preço do *diesel* em torno dos 30% e da gasolina na casa dos 35%, levando ao consumidor de todo o Brasil o preço do óleo *diesel*, que hoje custa R$2,10 na maioria dos postos brasileiros, a R$1,60, e o preço da gasolina, que hoje se encontra na casa dos R$2,60, a R$2,10.

Sem dúvida, isso impulsionará diretamente a economia não só de Pernambuco, mas de todo o Brasil, fazendo com que o preço da cesta básica baixe rapidamente e, consequentemente, o custo de vida do povo brasileiro caia também

de maneira rápida e o País tenha condições de continuar crescendo e se desenvolvendo, o que é o anseio de todos nós que fazemos parte desta Casa.

Sr. Presidente, venho fazer um apelo ao Presidente da PETROBRAS, Sr. Sérgio Gabrielli, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff: vamos readequar o preço do *diesel* e da gasolina, baixando rapidamente o preço desses 2 produtos, o que é muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

O Brasil não pode parar de crescer. Temos que minimizar os efeitos da crise. Temos que superar este desafio, que é muito grande. A gravidade desta crise faz com que todos os brasileiros sintam seus efeitos.

Tenho certeza de que conseguiremos baixar o preço do *diesel* e da gasolina, porque esta Casa, sendo a Casa do povo brasileiro, vai trazer o assunto à discussão na Comissão de Minas e Energia, na Comissão de Defesa do Consumidor e nas demais Comissões desta Casa, já que esse é um tema que influencia diretamente a vida de todos os brasileiros, não só de Pernambuco, mas de todos os Estados do nosso País.

Tenho certeza de que há total condição de que a gasolina e o óleo *diesel* possam baixar de preço, para que, com isso, se possa dar condições ao nosso País de continuar crescendo e se desenvolvendo.

Sr. Presidente, este é um dos temas mais importantes que esta Casa, a Casa do povo brasileiro, tem de encarar de forma séria, para que possamos trazer resultados concretos para o Estado de Pernambuco e para o Brasil, baixando o preço do *diesel* e da gasolina, que influencia diretamente a vida de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta Casa debaterá profundamente este assunto, que é muito importante para o Brasil, porque, como já disse, influencia diretamente a vida de todos os brasileiros, influencia diretamente o desenvolvimento do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, é um tema sobre o qual não me canso de falar e tenho certeza de que será defendido por esta Casa.

Vamos conseguir uma vitória para o povo brasileiro, que é a diminuição do preço da gasolina e do *diesel*, o que, com certeza, impulsionará o desenvolvimento do nosso País, de Pernambuco e de todos os Estados do Brasil.

Muito obrigado aos meus companheiros e ao meu Presidente, que com certeza vai debater a fundo este assunto, porque o Presidente Lula é um dos maiores defensores dos direitos do povo brasileiro.

Presidente Lula, chegou o momento adequado para que possamos baixar o preço do *diesel* e da gasolina, a fim de que minimizemos os efeitos da crise, para que o País continue crescendo e se desenvolvendo e a população possa alimentar-se bem e educar melhor os seus filhos.

Os caminhoneiros vêm enfrentando uma crise enorme. Ontem vimos nos principais jornais a escassez de frete para transportar os alimentos deste País. O preço do *diesel* é o maior custo no preço do frete.

Temos de rapidamente readequar o preço do óleo *diesel* para que os produtos brasileiros possam transpor as fronteiras e chegar a todos os Estados da Nação.

Tenho certeza de que o Presidente Lula cuidará diretamente deste assunto e, daqui a pouco, dará esta boa notícia a Pernambuco e ao Brasil, sobre a diminuição

do preço do *diesel* e da gasolina, para que os brasileiros possam minimizar os efeitos da crise e continuar trabalhando para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Cumprimento o brilhante Deputado Eduardo da Fonte, que honra esta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizem que as riquezas do nosso País correm sobre rodas em caminhões. Então, quando se veem centenas desses caminhões parados, algo está errado. Esse foi o retrato de um sobrevoo pela cidade de São Paulo ontem. Havia mais de 800 caminhões parados e caminhoneiros à espera de um frete que compensasse a viagem.

O Brasil começa verdadeiramente a sentir as consequências da crise mundial.

Essa imagem só vem confirmar a nossa preocupação de que a redução dos preços da gasolina e do óleo *diesel* se faz urgentemente necessária. O mundo está vivendo uma crise sem precedentes, Sr. Presidente. Para os caminhoneiros o valor gasto com o óleo *diesel* representa boa parte do seu custo, pois, além do combustível, eles ainda pagam o pedágio e a manutenção do caminhão. Mas a PETROBRAS, mesmo diante da desvalorização de 50% do preço do barril de petróleo lá fora, insiste em praticar um dos maiores preços da gasolina no mundo.

Segundo os especialistas do setor, desde que a crise econômica dos Estados Unidos atingiu outros países, verificou-se em todo o mundo a queda na demanda por petróleo, o que levou ao movimento inverso do preço, reduzindo sensivelmente o preço do barril no mercado internacional.

A cotação do barril em julho de 2008 atingiu o ápice, 147 dólares. Hoje, o barril está em torno de 50 dólares, ou seja, cerca de 100 dólares mais barato. Não seria a hora de a PETROBRAS ajudar o País a diminuir os efeitos da crise?

O Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, destacou que a estatal continuará com sua política de acompanhar os preços internacionais no longo prazo, sem repassar para os preços internos a instabilidade do mercado. Ele afirmou que, quando o preço do petróleo foi a 140 dólares o barril, a PETROBRAS não alterou o preço no Brasil, e vai continuar sem alterar agora, pois não se tem clareza de quanto custará o barril daqui a 6 meses. Observar um pouco mais para ajustar os valores no longo prazo? Isso é um absurdo!

A redução do preço do petróleo e a desvalorização cambial indicam a necessidade de uma redução desses preços da ordem de 35%. Na prática, deve haver uma redução na bomba de gasolina de R$2,51 para R$2,10 e na bomba de óleo *diesel* de R$2,10 para R$1,65.

A PETROBRAS tem o total controle do refino de petróleo no País. A estatal decide o preço. O mercado de combustíveis é livre no País, mas, na prática, há um monopólio no refino de petróleo.

Para discutir essa matéria, aprovei pedido de audiência pública nas Comissões de Defesa do Consumidor e de Minas e Energia, convidando a Ministra Dilma Rousseff; o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS; um representante do Ministério Público Federal da área de defesa do consumidor; o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo — ANP e o Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis.

Esta Casa não pode continuar inerte diante da crise mundial.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Uldurico Pinto) - Passo novamente a presidência dos trabalhos ao Deputado Eduardo da Fonte, do glorioso Estado de Pernambuco. Já presidiu esta sessão com brilhantismo, competência e elegância.

O Sr. Uldurico Pinto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo da Fonte, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Uldurico Pinto, que, com certeza, engrandece muito a Bahia e o Brasil.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores internautas, senhores telespectadores da *TV Câmara*, é uma honra poder falar nesta Casa. Hoje fiz vários pronunciamentos, inclusive um sobre meio ambiente e outro sobre a emenda para que esta Casa acelere o processo de aprovação de leis que estão sendo reivindicadas pelos aposentados e pensionistas do nosso País.

Estive hoje no Ministério da Educação e quero aqui prestar uma homenagem ao Sr. Eliezer Pacheco, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo atendimento, de forma elegante, educada e, sobretudo, competente, à frente dessa área importante da educação no nosso País. Foi um dia muito alegre e muito importante para mim.

Esta semana foi muito produtiva e me senti muito feliz. Fui a uma audiência no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o Ministro Reinhold Stephanes; a uma audiência com o Ministro da Pesca, com o Ministro José Múcio Monteiro, com a Ministra Dilma Rousseff; fui à Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte. Foi um trabalho intenso. Hoje estive com Sr. Eliezer Pacheco, da Rede Federal de Educação, lembrando que protocolamos na Câmara Federal uma indicação de Escola Técnica Federal em Teixeira de Freitas — Indicação nº 1.432, de 2007.

No ano passado, apresentamos emenda ao Orçamento para destinar recursos para as Escolas Técnicas Federais do País, em especial essa de Teixeira

de Freitas. E agora, em 2009, estamos na fase de reforma e ampliação da Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas, ampliando-a para Escola Técnica Federal de forma mais abrangente, que agora está sendo absorvida pelo Instituto Federal Baiano, onde serão contratados 60 professores e 45 técnicos. Vamos participar de forma ativa da audiência pública para que a comunidade possa escolher e decidir quais os cursos querem ter.

É muito importante o espírito democrático. Eu considero um dos maiores avanços do Governo Lula essa parte da educação tecnológica. É muito importante. O Município de Teixeira de Freitas, no extremo sul, sente-se muito honrado; seu povo se sente alegre com esses cursos que vão agora proporcionar um desenvolvimento mais efetivo em nossa região.

Serão quase 200 cursos na área de apoio educacional; controle de processo industrial; gestão em negócios; hospitalidade e lazer; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; ambiente, saúde e segurança. É uma série de cursos, graças aos quais o trabalhador poderá qualificar-se e arrumar emprego para fazer com que este País cresça de forma mais rápida.

É muito importante saber que temos cursos universitários, os cursos superiores, mas não podemos abandonar os cursos técnicos, que, de forma mais rápida e efetiva, inserem o profissional no mercado de trabalho.

Quanto às escolas técnicas da Bahia, há o Instituto Federal da Bahia, que tem unidades em Salvador, Valença — amanhã estarei nessa cidade para um encontro da rede comunitária de saúde —, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro, Camaçari, Jequié, Feira de Santana, Irecê,

Ilhéus, Jacobina, Paulo Afonso e Seabra. Do Instituto Federal Baiano há unidades em Iguanambi, Catu, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Bom Jesus da Lapa.

Estamos alegres, comemorando o fato de estarmos avançando bastante nesse trabalho fundamental para o processo de desenvolvimento industrial e socioeconômico do nosso País. As escolas técnicas federais são importantíssimas, e o Governo não comemorou a sua criação com a ênfase que deveria. Elas são muito importantes para o nosso País. Eu sou do extremo sul do Estado, e estamos lutando com 3 escolas, que são as de Porto Seguro, de Teixeira de Freitas e de Eunápolis, e queremos criar várias outras escolas em diversos municípios, inclusive no Município de Itamaraju.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a importância e a dimensão do investimento em escolas técnicas federais e na modernização dos institutos federais — foram criados mais de 30 institutos; acredito que tenham sido 38 — são muito grandes, e o Brasil todo deveria tomar conhecimento disso. O povo brasileiro precisa ter conhecimento da dimensão e da grandiosidade desta decisão de S.Exa. o Presidente da República de ampliar os cursos técnicos e de lhes dar estrutura.

Em Teixeira de Freitas serão aplicados recursos consideráveis. Eu tive a honra de atuar em relação ao Orçamento. Hoje sinto que essa é uma data a ser comemorada. Estou indo àquela cidade, onde me encontrarei com o Reitor do Instituto Federal da Bahia, Dr. Edson. Sinto-me muito honrado em poder acompanhar agora a fase de realização de audiências públicas, nas quais a comunidade será ouvida e decidirá que cursos o Instituto vai oferecer. E será assim em todos os institutos federais do País que envolvem as escolas técnicas.

Quero deixar um abraço ao povo baiano e um abraço especial ao Presidente da República, pela importante decisão de fortalecer a educação tecnológica em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Deputado Uldurico Pinto, V.Exa. sempre engrandece os trabalhos desta Casa. Por isso, eu gostaria de parabenizá-lo mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Dr. Paulo César, do PR do Rio de Janeiro.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta noite para fazer um pedido e, ao mesmo tempo, denunciar um crime ambiental de incrível grandeza cometido na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, especificamente na Lagoa de Araruama, pela concessionária de serviço público que cuida da rede de esgoto e de abastecimento de água das cidades de Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Rio das Ostras.

Naquela região, 80% da rede de esgoto é conjunta com a rede pluvial. No mês de janeiro, fortes chuvas levaram grande volume de água à estação de tratamento de esgoto, e as comportas tiveram de ser abertas. Em consequência, esgoto não tratado, junto com a água da chuva, foi despejado diretamente na Lagoa de Araruama, a segunda maior lagoa hipersalina do mundo, levando à mortandade de 20 toneladas de pescado por falta de oxigênio — a partir do momento em que o esgoto é despejado, as algas proliferam e roubem o oxigênio da água, fazendo com que os peixes morram por falta de ar.

Todo essa quantidade de peixes, além de camarões e siris, ficou boiando na Lagoa de Araruama, causando grande prejuízo para cerca 20 mil famílias que ali sobrevivem da pesca. Pescadores há diversas gerações, essas famílias, por não poderem pescar na lagoa, estão passando mal de boca — como afirma o ditado popular —, passando fome e necessidade. E o pior: a tragédia aconteceu justamente no momento em que iria terminar o período do defeso e a pesca seria liberada.

Então, minha reivindicação é no sentido de que o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Pesca, ajude as famílias de pescadores da Região dos Lagos, que está passando por grandes dificuldades no momento. Primeiro, pela ocorrência desse crime ambiental e de elas não puderem pescar, porque os peixes morreram; segundo porque, agora que a lagoa começa a se recuperar, o defeso impede que exerçam a única atividade que sabem fazer.

Apelo também aos Governos Federal e Estadual para que entrem com uma ação judicial contra a concessionária Prolagos a fim de que ela indenize as famílias de pescadores da região, principalmente agora que novamente terá início o período do defeso, em que elas ficam 3 meses sem poder pescar. É necessário que a PROLAGOS arque com o prejuízo causado à Lagoa de Araruama, à Região dos Lagos, ao meio ambiente e, em especial, aos pescadores que lá vivem.

São essas as nossas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Deputado Dr. Paulo César, tenho certeza de que o seu trabalho incansável como defensor do Estado do Rio de Janeiro trará resultados para todos os pescadores da Lagoa de Araruama.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Em nome de todas as Deputadas e de todos os Deputados, gostaria de agradecer aos funcionários, que nos dão condições de desempenhar nosso trabalho de Parlamentar.

VIII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 13, às 9h, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO PEQUENO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 022, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2009 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no sábado passado, dia 28 de fevereiro, tive oportunidade de assistir, na histórica Associação Comercial de Parnaíba, com seus 90 anos, a 2 solenidades importantes.

A primeira diz respeito à entrega, pela Prefeitura Municipal, da premiação do carnaval de rua de Parnaíba, das escolas e dos blocos que se destacaram. O carnaval de Parnaíba foi realizado com recursos próprios da Prefeitura. Trata-se de carnaval histórico, promovido desde o século XIX, baseado na velha tradição do carnaval brasileiro dos melhores tempos, na criatividade e na inovação e numa técnica originada nos movimentos de bairros, com carros alegóricos.

No carnaval de Parnaíba teve também, após o desfile das escolas, uma manifestação popular em que o povo, sobretudo o das camadas mais simples, diverte-se na Avenida Beira-Rio.

Sr. Presidente, a Prefeitura Municipal entregou quase 100 mil reais de premiação, um sacrifício, visando restaurar a grande tradição parnaibana do carnaval. O Secretário Municipal de Cultura, o competente Arlindo Leão, fez muito bem em incluir, no *folder* do carnaval, uma nota muito interessante de Humberto de Campos, da Academia Brasileira de Letras, maranhense que viveu muitos anos em

Parnaíba, que escreveu sobre os primeiros carnavais em Parnaíba, a que assistiu no final do século XIX. Do último ele retratava um aspecto interessante. Ele usou determinadas fantasias e máscaras e resolveu nunca mais usá-las, embora o tivesse feito por 3 anos e tanto no mandato que exerceu de Deputado Federal.

Aproveito a ocasião para parabenizar o Prefeito José Hamilton Castelo Branco e o Sr. Arlindo Leão, seu competente Secretário de Cultura. A esse assunto espero reportar-me em outra oportunidade, prestigiando mais ainda o carnaval de Parnaíba.

Sr. Presidente, nesse mesmo dia, na Associação Comercial de Parnaíba, foi lançada oficialmente a campanha para que Parnaíba seja subsede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Parnaíba tem o cenário ideal para tal: belo clima, povo bom, civilizado e educado.

A propósito, a ida do Presidente Lula a Parnaíba há 2 anos, quando prometeu aos operários de Parnaíba a construção de um estádio de futebol, revela de certa maneira um compromisso manifesto pelo Ministro do Esporte, o competente Orlando Silva, que assegurou em solenidade pública, em Teresina, todo o seu empenho em garantir recursos para a construção do estádio de futebol de Parnaíba, para resgatar o futebol da cidade que primeiro conheceu a bola inglesa, até porque os ingleses levaram-na da Inglaterra para lá no final do século XIX. Tanto é assim que o mais antigo clube de futebol do Piauí é exatamente de Parnaíba.

De todos os clubes, o mais antigo é o Parnaíba e já tem 91 anos. É o mais antigo clube de futebol, embora antes dele os ingleses tivessem lá criado outros clubes. Então, do Nordeste, Recife e Parnaíba foram os 2 primeiros lugares em que

a bola de futebol rolou nos campos. Parnaíba merecia um estádio de futebol à altura da sua tradição, por ter recebido clubes importantes.

Na reunião da bancada do Nordeste com o Ministro, em novembro do ano passado, a respeito das políticas públicas de construção de estádios de futebol, foi por nós reivindicada a construção do estádio de Parnaíba. E já se encontra depositado 1 milhão de reais na Caixa Econômica Federal de Teresina para a elaboração do projeto.

Quero, portanto, parabenizar Parnaíba. Faço aqui um apelo ao Ministro Orlando Silva, a Ricardo Teixeira, presidente da CBF, a todos os que lidam com o esporte neste País: que tornem realidade esse justo sonho de Parnaíba de ser a subsede dos jogos em 2014. Mas, para isso, é necessário que o Ministro Orlando Silva prossiga nos seus passos fundamentais para que Parnaíba faça jus, Sr. Presidente, a seu estádio de futebol, já que a cidade, neste instante, procura resgatar todo o seu passado de glória, de grandeza e de prosperidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 024, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2009 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, quero também comentar o empenho do Governador Jaques Wagner e do Governador Eduardo Campos em atender as justas reivindicações dos produtores de frutas do Vale do São Francisco.

Na segunda-feira, estive com o Governador Jaques Wagner, o Prefeito de Juazeiro e outros segmentos da fruticultura do Vale do São Francisco. As providências estão sendo encaminhadas. Cabe ao Conselho Monetário Nacional fazer os ajustes necessários para que não haja interrupção daquela importante atividade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos acompanhado com preocupação a onda de demissões que vem ocorrendo em todo o mundo, decorrente da crise financeira global.

A OIT — Organização Internacional do Trabalho estima que o número de desempregados possa superar o de 50 milhões de trabalhadores.

A previsão faz parte do relatório *Tendências Mundiais do Emprego 2009*, elaborado pelo organismo internacional, que estima, ainda, que a crise provocará o aumento do número de desempregados entre os trabalhadores pobres e de empregos vulneráveis.

Aqui no Brasil, apesar do esforço que o Governo Lula vem empreendendo, a onda de demissões tem sido constante. Segundo o Ministério do Trabalho, o Brasil perdeu 797,5 mil empregos com carteira assinada desde novembro do ano passado.

A todo momento tomamos conhecimento desse movimento nos diversos setores da economia. Porém, hoje eu quero aqui destacar as demissões que vêm ocorrendo no setor metalúrgico, no qual, só na Bahia, entre dezembro e fevereiro, já foram contabilizadas 1,5 mil na Região Metropolitana de Salvador e 430 no Polo de Informática de Ilhéus.

Sabemos que esses números podem ser muito maiores, uma vez que se referem apenas às homologações feitas pelos sindicatos de base na Bahia, envolvendo metalúrgicos com mais de 1 ano de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 26 de fevereiro, ainda sob o efeito do carnaval, por exemplo, tivemos o anúncio repentino do fechamento da unidade da Britânia instalada no Polo Petroquímico de Camaçari e da consequente demissão de 370 funcionários, além do fechamento da empresa Bomber, em janeiro, com a demissão de 70 funcionários.

Essas empresas que estão fechando as portas e demitindo os trabalhadores receberam durante anos incentivos fiscais e uma série de benefícios.

A Britânia, que se instalou em Camaçari em 2003, alegou que, além de dificuldades com a crise financeira, não enxergava mercado consumidor de ventiladores no Nordeste (a unidade em Camaçari era a única da região).

Na verdade, a empresa passa por um período de reestruturação e se aproveitou da crise para, sem cerimônias, fechar as portas e concentrar a produção em Joinville, Santa Catarina.

Na Ford, em Camaçari, o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu evitar 1,5 mil demissões no começo do ano através mobilização e negociação. Este mês, sindicato e empresa voltam a se reunir para discutir o cenário econômico do segundo trimestre do ano.

Na Yazaki, em Feira de Santana, o sindicato conseguiu a reintegração de 70 dos 200 funcionários demitidos em janeiro.

Ou seja, os sindicatos da categoria de metalúrgicos, nas diversas cidades da Bahia, vêm se mobilizando no sentido de pressionar contra as demissões, a retirada de direitos ou a diminuição dos salários.

No caso das últimas demissões ocorridas na Britânia, o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari acionou o Ministério Público do Trabalho e a Prefeitura Municipal, além de fazer assembleias e passeatas com os trabalhadores no centro da cidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui fazer uma apelo ao Ministério Público do Trabalho e aos governantes das mais diversas esferas no sentido de continuarem buscando entendimentos com vistas a evitar que essas empresas se aproveitem da onda de crise para penalizar os trabalhadores.

Por exemplo, o impacto do fechamento de uma empresa como a Britânia é muito maior que as 370 demissões. Uma vez que não são apenas os empregos diretos que estão em jogo, mas toda uma rede de fornecedores e comerciantes instalados nas proximidades, que sobrevivem por conta da circulação da renda. E isso gera impactos muito maiores.

Quero aqui, portanto, solidarizar-me com os trabalhadores metalúrgicos, com as entidades sindicais da Bahia, que estão na luta contra as demissões e em defesa do emprego e dos salários.

E reafirmo: não podemos permitir que os trabalhadores brasileiros paguem a conta da crise.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a abordar outro assunto. É sabido por todos que a mídia presta um serviço relevante à sociedade. Porém, não

pairam dúvidas quanto ao comportamento elitista e burguês de segmentos da mídia brasileira.

Nos últimos dias, os movimentos sociais, que são molas propulsoras de avanços na política do nosso País, vêm sendo alvos de atraques desses setores mais conservadores da mídia nacional.

Os principais veículos jornalísticos têm pautado em suas páginas de destaque críticas e ataques aos principais expoentes do movimento social brasileiro: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, as centrais sindicais e a União Nacional dos Estudantes. Todos de histórias marcadas pela defesa da população brasileira e de significativa importância para a organização social e política do nosso País.

Os primeiros a serem alvo dos ataques, porém, foram as entidades ligadas ao movimento sindical, que está sendo responsabilizado pelas demissões que o grande capital nacional e internacional tem implementado no Brasil embalado pela “onda” da crise financeira mundial.

Com um ataque sem fundamentação alguma, rico de especulação, especialmente, e com uma forte carga de intenção de desacreditar os lutadores e lutadoras do povo brasileiro, a crítica é relacionada à luta contra a redução de salários, pautada pelos movimentos sindicais e criticada pelos principais veículos de comunicação de massa em circulação no País.

Depois do movimento sindical, foi a vez do MST. Aliás, vale ressaltar que os ataques também vieram de membros do Poder Judiciário.

Setores da mídia vêm tentando criminalizar ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Alguns até acusam os líderes do movimento de ilicitude ao receberem repasse de recursos federais para promoverem ocupações.

Todos nós sabemos que isso não é verdade. Que não passa de especulações e de ações ordenadas para tentar desestabilizar as principais organizações sociais do nosso povo.

O MST divulgou nota dizendo que nunca usou nenhum centavo de dinheiro público para realizar ocupações de terra. Por uma questão de princípio, as próprias famílias que participam das ocupações dos latifúndios devem assegurar os recursos necessários para a essa ação política.

Por fim, seguindo a mesma linha das críticas ao MST, o alvo passa a ser a União Nacional dos Estudantes, entidade com uma história reconhecida pelo seu papel na defesa dos estudantes, do ensino público gratuito e de qualidade para todos e, sobretudo na luta pela conquista da democracia do País.

O ataque a UNE foi o mais recente. O autor de matéria publicada no *Correio Braziliense* aponta de forma irresponsável possíveis apadrinhamentos institucionais do Governo Federal para com a instituição estudantil.

Em nota, a Presidente da UNE, Lúcia Stumpf, rebateu a denúncia infundada e esclareceu que toda e qualquer instituição da sociedade organizada que esteja legalmente estabelecida possui plena legitimidade para realizar convênios e solicitar patrocínios tanto no âmbito público (Governo) quanto no privado (empresas).

A UNE, assim como qualquer organização civil, tem toda a legitimidade de pleitear verbas públicas e o faz com toda a responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

Estes 3 fatos servem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para nos chamar a atenção para o verdadeiro lado em que estão esses veículos. A quem eles

servem. Se ao povo brasileiro, aos trabalhadores ou ao capital, a uma elite opressora e decadente.

Não dá para continuarmos aturando em nosso País esse tipo de insuflação. Temos que aproveitar a oportunidade que o povo brasileiro nos concedeu, como Deputados Federais, para fazer ecoar o grito de protesto e discordância dessa orquestração descabida contra os movimentos sociais.

Aproveito ainda para fazer um apelo a todos os jornalistas comprometidos com a ética e a defesa da democracia para estarem atentos a esse movimento e evitarem que sejam transformados em instrumentos de manobra da nossa população. Essa é a premissa básica do bom jornalismo.

Por fim, quero prestar a minha solidariedade às lideranças sindicais, estudantis e rurais que hoje são injustamente criticadas, mas continuam fortes, atuantes na luta diária em defesa da população brasileira.

Era o que tinha a dizer.